



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

DANTE HENRIQUE MANTOVANI

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO
TEXTUAL NOS ENSAIOS DE MICHEL DE MONTAIGNE**

Londrina
2008

DANTE HENRIQUE MANTOVANI

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO
TEXTUAL NOS ENSAIOS DE MICHEL DE MONTAIGNE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para conclusão do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa Dra Edina Regina Pugas Panichi

Londrina
2008

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M293a Mantovani, Dante Henrique.

Análise dos processos de construção textual nos ensaios de Michel de Montaigne / Dante Henrique Mantovani. – Londrina, 2008.
140f.

Orientador: Edina Regina Pugas Panichi.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2008.

Bibliografia: f. 137-140.

1. Montaigne, Michel de, 1533-1592 – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Interacionismo sócio-discursivo – Teses. 4. Gêneros textuais – Teses. I. Panichi, Edina Regina Pugas. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 801

DANTE HENRIQUE MANTOVANI

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO
TEXTUAL NOS ENSAIOS DE MICHEL DE MONTAIGNE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para conclusão do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Edina Regina Pugas Panichi
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Luiz Antônio Alves Eva
Universidade Federal do Paraná

Londrina, 05 de junho de 2008.

MANTOVANI, Dante Henrique. **Análise dos processos de construção textual nos ensaios de Michel de Montaigne**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Neste trabalho pretende-se demonstrar como a obra “Ensaaios” de Michel de Montaigne (1533-1592) é constituída e como contribui para o estudo de campos distintos do conhecimento, a saber: ética, política, direito, filosofia, pedagogia, medicina, psicologia e estilística, por meio do estudo do Processo de Construção Textual do autor. Identificou-se nos “Ensaaios” o processo denominado Transmutação de Saberes, assim como os pressupostos formais e lingüísticos do gênero **ensaio**, cujas configurações foram expostas pelo instrumento teórico da Análise Conversacional. Foram identificados procedimentos que assinalam o estilo *sui generis* da escrita de Montaigne, por intermédio das seguintes teorias enunciativas: Lingüística Textual, Interacionismo Sócio-Discursivo, Análise do Discurso e Análise Conversacional, ambas empregadas para análise de fragmentos de alguns dos “Ensaaios”. Nessa perspectiva, o presente trabalho possibilitou identificar aspectos do Processo de Construção Textual de Michel de Montaigne e sugeriu direções para a seqüência desse estudo, pois foram analisados apenas alguns fragmentos dos Ensaaios, de modo que o *corpus* inexplorado é ainda muito grande e pode engendrar outros trabalhos.

Palavras-chave: Michel de Montaigne. Construção textual. Transmutação de saberes. Gênero ensaio.

MANTOVANI, Dante Henrique. **Análise dos processos de construção textual nos ensaios de Michel de Montaigne**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

This research intends to study how is built Michel de Montaigne's book "Essays" and how can this contribute for various kind of knowledge, like: ethics, politics, law, philosophy, pedagogy, medicine, psychology and stylistics, throughout studying author's Textual Building Process. It was identified on "Essays" the process denominated Knowledge Transmutation, likewise Essay's formal and linguistic premises, whose configuration was exposed by theoretical instrument of Conversational Analysis. By this way, it was studied the process witch remark Montaigne's *sui generis* writing style, from the following denunciative theories: Text Linguistics, Discursive Interactionism, Discourse Analysis and Conversational Analysis, used for analyzing fragments from some of the "Essays". In this point of view, this work intends to identify Michel de Montaigne's Text Building Process and suggest the sequence of this kind of research, because only a few Essays' fragments were analyzed, and the whole research *corpus* is wide.

Keywords: Michel de Montaigne. Text construction. Knowledge transmutation. Gender essay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL DOS SENTIDOS	12
1.1 TEXTO E CONTEXTO	12
1.2 CONCEPÇÕES DE TEXTO, LÍNGUA, SUJEITO E SENTIDO	14
1.3 A IRONIA ENQUANTO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL	20
1.4 AS ESTRUTURAS DE PENSAMENTO NOS “ENSAIOS” DE MONTAIGNE	26
1.5 MARCAS DE INTERTEXTUALIDADE NOS “ENSAIOS”	29
2 GÊNERO ENSAIO: MARCAS DE ORALIDADE	38
2.1 <i>EXAGIUM</i>	38
2.2 LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA	40
2.3 GÊNESE DO ENSAIO E ORALIDADE	46
2.4 ESTRUTURA TÓPICO-DISCURSIVA NO ENSAIO <i>DA CRUELDADE</i>	55
3 DOS SABERES NOS <i>ENSAIOS</i> DE MONTAIGNE	65
3.1 TRANSMUTAÇÃO DE SABERES	65
3.2 FILOSOFIA E EDUCAÇÃO	70
3.3 ÉTICA, POLÍTICA E DIREITO	84
3.3.1 Do intertexto: liberalismo político e formações discursivas	92
3.3.2 Centralidade da Virtude para as concepções Éticas de Montaigne	106
3.3.3 Ética, História e Ensaística	110
3.4 ESTILÍSTICA, POÉTICA E CONSTRUÇÃO TEXTUAL	111
3.5 MEDICINA, EPIDEMIOLOGIA E PSICOLOGIA	125
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu de uma preocupação formal, que se deve ao ofício de seu autor: a música.

A primeira precaução que um regente ou instrumentista deve tomar no preparo de uma partitura é analisar sua forma, ou seja, como se dá a disposição dos elementos do discurso no tempo.

Dessa forma, é preciso que se identifiquem as questões estruturais, para que o conhecimento da obra seja pleno, de modo que se entregue ao público uma apresentação de qualidade, de acordo com as exigências do criador da partitura a ser executada.

Na História da Música, o ofício do músico sempre foi discutido e complementado pelo exercício do conhecimento filosófico. Inclusive, é notável que a leitura de cabeceira de L.V.Beethoven fosse a *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, filósofo prussiano contemporâneo do compositor alemão.

Analogamente, no autor desta dissertação, o livro “Ensaio”, de Michel de Montaigne, suscitou uma curiosidade formal sem precedentes, por ser o gênero ensaístico livre, heterodoxo, um gênero não estável¹, cuja forma textual é sinuosa e de difícil análise, fugindo dos padrões canônicos das formas literárias e/ou pragmáticas da linguagem literária e cotidiana.

Percebeu-se que o gênero **ensaio** estava mais para *A Arte da Fuga*, de J.S. Bach - peça musical polifônica que se caracteriza pela superposição de vozes beirando o experimentalismo - do que para a ópera barroca, na qual uma voz principal é acompanhada por uma grande massa instrumental homogênea.

Dessa forma, o desenvolvimento no cenário enunciativo da música de Bach e dos “Ensaio” de Montaigne aproximar-se-ia sob a égide da incorporação de vozes ao discurso, de maneira lúdica, porém com parâmetros formais sérios funcionando como balizadores ao processo de criação.

Por outro lado, a estrutura “monográfica” da ópera barroca poderia ser comparada ao **tratado**, gênero bastante cultivado por filósofos medievais e modernos, anteriores e contemporâneos a Montaigne, no qual uma idéia obsessiva

¹ De acordo com Augusto (2001), exemplos de gêneros estáveis seriam o conto, a poesia, ou o romance e Montaigne seria seu mais notável inaugurador.

é perseguida por uma série de argumentos que assinalam sua importância e/ou veracidade.

Da perspectiva da Análise Musical, a leitura dos “Ensaio” de Montaigne estimulou uma análise formal de alguns de seus capítulos, porém com os instrumentos da lingüística, uma vez que o texto filosófico é estruturado pelo discurso verbal, e não pelo discurso dos sons.

A partir dos dados citados, verificou-se a possibilidade da existência de algo mais geral, profundo e determinante nas estruturas formais dos “Ensaio”: o Processo de Construção Textual por meio do qual o autor elaborou seus textos.

Portanto, das preocupações formais suscitadas pela leitura dos “Ensaio”, rumou-se para a tentativa de dispor seus elementos estruturais em parcelas inteligíveis de saber referencial.

Esse anseio encontrou aporte na Linha de pesquisa *Estudos do Texto/Discurso*, do programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa de minha orientadora, profa. Dra Edina Regina P. Panichi, que já havia desenvolvido pesquisas englobando o termo *transmutação de formas* para análise de processos de criação textual, tal como se tentou realizar neste trabalho.

Um referencial teórico que serviu de base para a formulação dos raciocínios investigativos deste trabalho foi a *Crítica Genética*, segundo a qual um texto/obra de arte/do pensamento não nasce pronto(a), e que seus autores, muitas vezes, utilizam-se de procedimentos os mais diversos para atingirem uma versão final de algum texto/obra de arte. Esse processo deixa como legado ao pesquisador versões intermediárias entre a idéia inicial do autor e a obra final (SALLES, 1998).

Essas etapas intermediárias de elaboração encontram-se registradas em versões parciais, no caso da escrita, havendo ainda textos cuja elaboração posterior pode ou não ter resultado em versões definitivas.

De acordo com a tradutora de Montaigne para o português, Rosemary Costheck Abílio, o autor teria reelaborado alguns de seus textos, tendo publicado versões distintas ao longo dos anos de sua vida.

No entanto, a Crítica Genética não é o referencial teórico adotado neste trabalho, ou seja, não serão estudadas as sucessivas etapas de reelaboração anteriores à versão definitiva, devido à momentânea indisponibilidade documental, uma vez que os manuscritos de Michel de Montaigne encontram-se arquivados em

bibliotecas francesas.

Contudo, retomar o raciocínio estimulado pela Crítica Genética é importante, porque, de fato, o texto de Montaigne não nasceu pronto e passou por um processo de construção até chegar à versão analisada neste trabalho.

Para evidenciar esses Processos de Construção Textual de Montaigne, foram utilizados os instrumentos teóricos da Lingüística Textual, Análise do Discurso e Análise Conversacional, assim como o termo *Transmutação de Saberes*, derivado de uma leitura semiótica do processo de construção textual de Pedro Nava, por Panichi e Contani (2003).

Nesse sentido, foram utilizadas duas traduções do francês para o português: a de Sérgio Millet (1984) e a de Rosemary Costheck Abílio (2002). A primeira cria um ritmo fluido ao texto de Montaigne, e isso facilita a análise das idéias, enquanto a segunda tradução reproduz o ritmo original do texto em francês, facilitando, assim, a análise das estruturas discursivas, principalmente devido à reprodução literal dos fragmentos em latim, cuja incidência é tamanha nos “Ensaaios” que o tornam quase uma obra bilíngüe.

A análise do texto em francês não foi necessária, porque a ênfase deste trabalho esteve voltada para procedimentos discursivos e questões estruturais relativas ao gênero ensaístico, assim como para as estratégias enunciativas², enfim, para questões que não exigem a discussão de termos específicos da Língua francesa.

Contudo, não se pode diminuir a relevância dessa perspectiva, pois certamente um estudo apropriado do francês utilizado por Montaigne pode revelar questões importantes para a compreensão de sua obra.

Outra ressalva: as teorias enunciativas empregadas para análise de fragmentos dos *Ensaaios* atêm-se aos seus aspectos fundamentais, no intuito de evidenciar o Processos de Construção Textual de Michel de Montaigne: não é o objetivo deste trabalho aprofundar discussões teóricas, até por se tratar de um

² Fiorin (2005) dá nome a seu livro e denomina **Astúcias da Enunciação** os recursos linguísticos utilizados pelos autores para atingirem suas finalidades expressivas. O objetivo desta dissertação é estudar justamente esses procedimentos enunciativos que subjazem à superfície do texto de Montaigne. Já no prefácio do livro de Fiorin, contudo, o autor faz a ressalva de que os tópicos de lingüística que irá abordar independem da Língua em que o texto tomado como exemplo está escrito, pois as “Astúcias da Enunciação” consistiriam em procedimentos comuns às diversas línguas.

trabalho de análise de *corpus*.³

Assim, relevantes características desse processo puderam ser sistematizadas, revelando marcas do estilo de escrita de Montaigne.

No primeiro capítulo, a constituição partilhada texto-contexto, subjacente a todo processo lingüístico de elaboração discursiva. Essa concepção é pressuposto lógico, teórico, metodológico e epistemológico da Lingüística Textual, e possibilita reconstruir em parte o contexto histórico-cultural da Renascença, período no qual viveu Michel de Montaigne (1533-1592), e exerceu influência decisiva na sua obra.

No segundo capítulo, é discutida a flexibilidade que o gênero ensaístico sistematizado por Montaigne conferiu à disposição das estruturas de pensamento por ele partilhadas na construção do texto.

Analizou-se o compartilhamento pelo Processo de Construção Textual do autor de procedimentos discursivos característicos da Língua Falada, os quais delimitam peculiaridades do gênero ensaístico, justificando, assim, a utilização do instrumento teórico da Análise Conversacional.

No terceiro capítulo deste trabalho é discutido o procedimento de Transmutação de Saberes, o qual possibilita traçar analogias entre a forma dos “Ensaaios” e distintos campos do conhecimento.

A construção das seqüências textuais por meio desse processo evidencia o diálogo que o autor estabeleceu com os conhecimentos disponíveis em sua época, e, nesse trânsito, seu texto foi sendo construído.

A combinação das regularidades de seu estilo resulta no objeto desta investigação: os Processos de Construção Textual utilizados por Michel de Montaigne na redação de seus “Ensaaios”.

Ressaltando o caráter interdisciplinar deste trabalho, só é possível entender o Processo de Construção Textual de Montaigne por meio da identificação dos saberes presentes em seus textos, pois cada fragmento do escrito consiste na disposição de uma parcela do conhecimento de mundo do autor, ou seja, os objetos do mundo passam a ser objetos do discurso. (BEAUGRANDE, 1997).

Por outro lado, estudar os “Ensaaios” de Montaigne é importante devido à originalidade e abrangência temática dessa obra.

³ A seleção do *corpus* se deu da seguinte maneira: foram selecionados fragmentos de Ensaaios variados que demonstrassem os Procedimentos de Construção Textual abordados na pesquisa.

Essa é a razão pela qual sua obra influenciou de maneira significativa renomados escritores e filósofos que viveram depois de Montaigne, como por exemplo: Descartes, Pascal, Shakespeare⁴ e até mesmo o fundador do gênero **romance** - Miguel de Cervantes (MILLET, 1969).

Cada ensaio parte de um tema, que está esboçado no título. Os temas são discutidos de maneira argumentativa, e são tecidas variações que reúnem uma vasta escala de saberes, sintetizados de maneira notável, possibilitando reflexões pontuais sobre a existência humana.

Por isso, é importante analisar a “genealogia das referências” na obra de Montaigne, no que tange às formulações advindas de seu conhecimento de mundo. Em decorrência disso, cabe averiguar as estruturas de pensamento que compõem seu texto: reconstruindo esse percurso, evidencia-se o Processo de Construção Textual que corresponde ao fator responsável pela disposição formal das estruturas textuais.

Essas estruturas formais são de difícil circunscrição: no prefácio e em várias passagens de seus Ensaios, Montaigne sinaliza que a matéria de seus textos é sua própria subjetividade, que o autor define como complexa, cheia de arestas e fugidia.

Ele consegue delinear-las, contudo, por meio de comparações que faz entre os seus pensamentos e pensamentos alheios. Dessa forma, constrói um vasto quadro de referências e síntese dos pensamentos de autores relevantes da história do pensamento filosófico, político, teológico e literário do Ocidente, da Antigüidade à Idade Moderna.

Essa linha investigativa possibilita evidenciar, nos “Ensaios”, sua dimensão de “obra-síntese” da visão de mundo humanista, a qual se desenvolveu no período histórico em que viveu Montaigne: o Renascimento.

Espera-se contribuir, com esta dissertação, para uma maior acessibilidade da obra ensaística de Michel de Montaigne, tanto para a leitura crítica, especializada, quanto para uma leitura descontraída.

Montaigne foi um importante pensador do período renascentista, além de escritor esmerado e bem-humorado, porém, antes de tudo, foi um

⁴ Shakespeare reproduziu, inclusive literalmente, trechos completos do ensaio *Dos Canibais*, de Montaigne, em sua tragédia *A Tempestade*.

humanista típico do *cinquecento*, por isso se preocupou seriamente em contribuir para a formação do caráter humano.

A análise de seu processo de construção textual pode redimensionar alguma parte dessas preocupações humanistas, seja em sala de aula, ou, ainda, contribuir a um processo consciente de leitura do mundo.

1 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL DOS SENTIDOS

1.1 TEXTO E CONTEXTO

A análise de fragmentos dos “Ensaios” de Montaigne nos permite reconstruir o contexto histórico vivido pelo autor.

Essa reconstrução parcial do momento histórico vivido por Montaigne revela questões fundamentais sobre os sentidos textuais de sua obra ensaística, assim como evidencia dados importantes para a compreensão de seu Processo de Construção Textual.

Ao analisar Processos de Construção Textual, por exemplo, no ensaio *Da Educação das crianças*, pode-se demonstrar a forma como o autor interage, por meio do texto, com o contexto no qual viveu, por meio da discussão sobre as idéias pedagógicas que surgiram e que foram adotadas no período em questão.

Dessa forma, vêm a primeiro plano os saberes com os quais o autor dialogou na construção da sua obra, o que adiante será estudado juntamente à questão da **intertextualidade**.

O tema do referido ensaio é a educação do jovem, proposições pedagógicas, cujos elementos constitutivos evidenciam o conhecimento de mundo do autor ao tratar da temática, ou seja: abre-se uma janela para identificação da concepção surgida durante o Renascimento, segunda a qual define a educação como a busca do equilíbrio entre o corpo, a mente e o espírito, o que consiste, por sua vez, em uma releitura de concepções pedagógicas advindas do período clássico da filosofia grega.

Essa visão de mundo, partilhada por Montaigne, insere-se nas preocupações do Antropocentrismo Humanista, movimento cultural que se configurou no séc.XVI como uma tentativa de retomada da cultura e dos ideais da civilização clássica greco-romana, cujo objetivo era inovar a cultura sob o signo dos preceitos da cultura greco-latina⁵.

⁵ Em sentido estrito, o termo “Renascimento” é utilizado para designar a tentativa de reconstrução da cultura Greco-latina pelos humanistas dos séculos XIV ao XVI.

Montaigne, assim como outros autores do Renascimento, certifica-se nesses valores da Antigüidade, contrapondo-se aos valores que considera arcaicos, irracionais, inverificáveis na realidade, característicos das práticas medievais embasadas na visão de mundo teocêntrica e estimuladas pela doutrina católica.

Esses valores advindos da fé católica eram defendidos por alguns dos contemporâneos de Montaigne e serviam de base às práticas pedagógicas que o autor considerava inadequadas, porque seus defensores não se pautavam pelos valores humanistas de harmonia, equilíbrio, moderação, “o homem como medida de todas as coisas”, esses valores eram característicos do signo do Renascimento.

Dessa forma, pode-se dizer que o diálogo do texto com o contexto se caracteriza como um Processo de Construção Textual de Sentidos, que pode ser verificado em fragmentos dos “Ensaio”, se forem estabelecidas analogias com as estruturas de pensamento presentes nos trechos analisados.

Seguindo por esse raciocínio, verifica-se a forma como Montaigne insere-se no contexto sócio-cultural de sua época - por meio do estudo de seu Processo de Construção Textual - no complexo de questões que definem o Humanismo Renascentista.⁶

Revelam-se, assim, formas textuais do conhecimento de mundo do autor, que seriam as tentativas de instaurar o homem como o centro de todas as preocupações filosóficas, políticas e existenciais.

Portanto, por meio desse estudo das “marcas” lingüísticas no Ensaio *Da Educação das Crianças*, visualiza-se uma substancial discussão a respeito da educação em um momento crucial da história moderna: o Renascimento.

Trata-se de um momento histórico que evidencia uma mudança e uma ruptura entre paradigmas distintos, no qual uma visão de mundo centrada na fé é substituída por outra, centrada na *razão*; por esse motivo, o homem passa a ser o centro de todas as preocupações desse novo paradigma.

⁶ É preciso ressaltar a diferença existente entre o Humanismo Renascentista e outras variações conceituais de Humanismo, encontradas na história do pensamento filosófico. Na Idade Média, por exemplo, prevaleceu o humanismo teológico, oriundo das concepções de São Tomás de Aquino (séc. XIII), o qual difere, por exemplo, do humanismo existencialista, criado pelo filósofo francês do séc. XX, Jean Paul Sartre, que inclui em sua formulação, inclusive, as análises sócio-econômicas de Karl Marx. O humanismo que se encontra na obra de Montaigne pode ser definido como uma re-leitura da ética clássica, desenvolvida por pensadores tais como Sócrates, Platão, Aristóteles, Epicuro, Sêneca e outros pensadores estoicos, pertencentes ao período clássico da Filosofia Antiga. A revisão da ética clássica feita por Montaigne adequa-se ao contexto histórico do Renascimento, da qual teve origem sua ética humanista, centrada na valorização do ser humano em todos os seus aspectos. Isso será discutido novamente no cap.3.

Por esse diagnóstico, é possível verificar como o texto flui do contexto e como este determina os princípios da construção textual de sentidos.

Conseqüentemente, esse raciocínio visualiza não apenas as propostas pedagógicas referentes ao Renascimento, como o próprio conhecimento de mundo de Montaigne.

No referido ensaio, visualiza-se a intenção de o autor interferir no contexto de sua época, por intermédio de proposições metodológicas para o ensino, no intuito de contribuir para a educação da nobreza. Trata-se de uma educação contextualizada, engajada nas questões e problemáticas de seu tempo, no qual a transição de paradigmas foi marcada por conflitos religiosos entre católicos e protestantes, assim como pelo surgimento de uma nova classe social: a burguesia.

O estudo do conteúdo dessas proposições metodológicas é relevante, uma vez que por meio delas pode-se recriar o contexto histórico em questão e visualizar como ações lingüísticas situadas cristalizam os sentidos no texto, assim como se evidenciam os processos de construção textual.

Convergindo para esse propósito, a análise textual de *Da Educação das Crianças* será aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho e demonstrará aspectos dos Processos de Construção Textual de Montaigne, evidenciando como o autor defende uma metodologia de ensino correspondente ao espírito de sua época, cujas preocupações focavam-se no estímulo ao equilíbrio na formação do indivíduo.

Por conseguinte, evidencia-se como o contexto vivido pelo autor se configura em saberes que passam por um processo de transmutação, até assumirem a forma definitiva do texto ensaístico.

1.2 CONCEPÇÕES DE TEXTO, LÍNGUA, SUJEITO E SENTIDO

Uma vez admitida a dupla via de determinações entre texto e contexto, entre o conhecimento de mundo do autor e os recursos lingüísticos utilizados por ele na construção textual dos sentidos, essa idéia pode relacionar-se à concepção Sócio-Interacionista de Linguagem, para a qual a Língua corresponde ao elemento de ligação entre a mente do sujeito enunciador e o mundo que ele

transforma em discurso (BRONCKHART, 1999). Essa concepção é também adotada pela Lingüística Textual (KOCH, 2004).

O discurso assume a forma de um fenômeno pessoal em que o dizer é influenciado pela co-enunciação, ou seja, aquilo de que se fala é determinante para o que se fala; portanto, há uma “via de mão dupla” entre a mente e o mundo, sendo que tanto o discurso quanto a realidade são construídos nesse processo de interação.

Dessa forma, ocorre homologia entre essas concepções e os procedimentos de construção textual de acordo com a hipótese de Beaugrande e Dressler (1981), que os denominam como “princípios de construção textual do sentido”, os quais consistiriam na transposição dos elementos do contexto para o próprio texto, tendo, no entanto, o autor um papel ativo nesse processo de reelaboração textual da realidade.

Nesse sentido, a Lingüística Textual e o Interacionismo Sócio-Discursivo postulam que todo usuário da língua possui a capacidade de reelaborar textualmente um determinado contexto, sendo esse, inclusive, um dos principais pontos que as diferenciam, enquanto teorias enunciativas, da Análise do Discurso de Linha Francesa da primeira fase. Segundo essa teoria, o sujeito é tão influenciado por ideologias alheias a si que não consegue se desvencilhar dessas marcas ideológicas no ato da produção textual, reproduzindo, assim, relações de classe contidas nas ideologias (ALTHUSSER, 1994).

Diante dessa perspectiva, a intencionalidade autoral é uma reelaboração textual subjetiva da realidade contextual. Identificá-la e visualizar seu percurso é refazer caminhos e estratégias de Construção Textual dos Sentidos.

Esse percurso é instaurado por um sujeito competente para o uso da linguagem, que a utiliza nos limites de seu conhecimento de mundo.

A Lingüística Textual ajuda, também, o esclarecimento desse ponto, pois engendrou, ao longo de seu desenvolvimento teórico, diferentes concepções de texto, linguagem, sujeito e sentido (KOCH, 2004).

Nesse ponto, dá-se novamente a homologia entre a Lingüística Textual e o Interacionismo Sócio-Discursivo, pois ambas as concepções teóricas baseiam-se em pressupostos teóricos que levam em conta dimensões não consideradas pelas concepções advindas das teorias estruturalista e cognitivista.

Para a concepção estruturalista, a língua é entendida como um código, um sistema de normas e relações abstratas a ser apreendido por um sujeito, ao passo que na concepção cognitivista a Língua é entendida como uma habilidade inata a ser desenvolvida pelo sujeito em um processo de *maturação* (FARACO, 2005).

Já na concepção sócio-interacionista, a língua é entendida como entidade psicossocial interativa, capaz de produzir ações finalisticamente orientadas, ações de pensamento e linguagem (BRONCKHART, 1999).

A relação entre os resultados da ação humana e os produtos da linguagem, no âmbito da perspectiva sócio-interacionista, foi estudada por Bronckhart (1999). Segundo o autor, as ações lingüísticas decorrem da interação entre experiências de vida e suas reelaborações textuais:

A tese central do interacionismo sócio-discursivo é que a ação constitui o resultado da apropriação, pelo organismo humano, das propriedades da atividade social mediada pela linguagem (BRONCKHART, 1999, p. 42).

De acordo com essa concepção, o texto seria, portanto, resultado de um processo complexo de interação entre o pensamento, por intermédio da linguagem, e uma série de dados e eventos que constituem a faceta observável de uma determinada realidade histórica.

Não ocorreria separação, nessa concepção de linguagem, entre fenômenos internos e externos à mente. Por esse motivo, pode-se deduzir que é ativo o papel do sujeito perante a reelaboração dos conteúdos da realidade por intermédio da linguagem.

A língua adquire o patamar de “entidade construída” por conta da interação que se dá entre o sujeito discursivo e o mundo. Por conseguinte, dessa interação evidencia-se o contexto, integrando a cultura e a vida social nesse processo.

Nesse sentido, toma-se de empréstimo para ressaltar a caracterização dessa concepção o ponto de partida encontrado por Koch (2004), no âmbito já da Lingüística Textual, relacionando-a às concepções de texto, sujeito e sentido:

O meu ponto de partida para a elucidação das questões relativas ao sujeito, ao texto e à produção textual de sentidos tem sido uma concepção sócio-interacional de linguagem, vista, pois, como “interação” entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sócio-comunicativa.[...] Produtor e interpretador do texto são, portanto estrategistas, na medida em que, ao jogarem o “jogo da linguagem”, mobilizam uma série de estratégias – de ordem sócio-cognitiva, interacional e textual – com vistas à produção de sentido(KOCH, 2004, p. 19)

A autora aponta aqui para a questão da produção textual de sentido, para a qual a Linguística Textual passa a dar atenção especial a partir da denominada *Virada Cognitivista*, mais precisamente aos fatores de textualidade, no intuito de definir teoricamente os elementos que constituem um texto, ou seja, que fazem com que um texto seja um texto.

A ação mútua entre sujeitos ativos socialmente daria origem às manifestações da linguagem – pois, para concretização das finalidades sócio-comunicativas, os sujeitos mobilizam estratégias que possibilitam a veiculação dos sentidos por meio de textos.

Com isso, a autora aponta para o núcleo da concepção Sócio-Interacionista e assim se depreende a adequação dessa vertente para o estudo dos Processos de Construção Textual do Sentido nos “Ensaio” de Montaigne.

Os sentidos textuais, nessa perspectiva, seriam como “direcionamentos semânticos”, ou seja, para onde o autor encaminha o leitor, utilizando como argumentos os dados contidos no contexto que reelabora em sua obra.

Por esse motivo, Koch (2004) utiliza o termo “estratégias”, para mostrar como ocorre a estruturação de um texto, no momento em que o autor parte de finalidades específicas no decorrer do processo que conduz na reelaboração de um dado contexto.

Como decorrência da necessidade de encontrar fatores de textualidade, Koch(2004) baseou-se em Beaugrande e Dressler (1981) para fundamentar-se nos sete critérios delimitados pelos autores para embasamento simultâneo à questão da construção textual dos sentidos.

Dois critérios centrados no texto – coesão e coerência – e cinco centrados no usuário: situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

Discutindo, por exemplo, o critério da *intencionalidade*, por meio de sua identificação é possível reconstruir estratégias e recursos de construção textual, tais como a ironia e as analogias com estruturas de pensamento empregados por determinado autor em sua obra.

Koch (2004) define da seguinte maneira esse fator de textualidade:

A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados, em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação lingüística coesa e coerente, ainda que esta intenção nem sempre se realize integralmente (KOCH, 2004, p. 42)

A intencionalidade relaciona-se com a construção textual dos sentidos, na medida em que é resultado da cristalização das ações de mundo finalisticamente orientadas por determinado autor, ou ainda, na medida em que a intenção de atingir determinada finalidade comunicativa objetiva provocar resultados concretos na realidade, interferindo em determinado contexto e modificando-o, gerando novos acontecimentos ou novos entendimentos.

Galembeck (2005) contribui para a elucidação dessa linha de raciocínio, ao tratar conceitualmente da relação entre ação e linguagem, na qual discute uma definição de sentido textual:

O sentido de um texto e a rede conceitual que a ele subjaz emergem em diversas atividades nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles (GALEMBECK, 2005, p. 74-5).

Na seqüência, o autor sugere que as ações são um relevante substrato para a cristalização dos sentidos em um texto, consoante à concepção

sócio-interacionista de linguagem, no que tange à interação entre sujeitos e contexto:

Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor/falante tem consciência de que se dirige a alguém, num contexto determinado, assim como o ouvinte/leitor só pode compreender o texto se o inserir num dado contexto. A Produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas e o sentido flui do próprio contexto (GALEMBECK, 2005, p. 74-5).

Portanto, conclui-se que ocorre entre os sujeitos um *compartilhamento de contextos*, no ínterim das atividades de linguagem, uma vez que há várias esferas de interação entre sujeitos e contexto, e que a linguagem funciona como elemento mediador entre as várias instâncias dessa rede de interações.

Em direção complementar, Koch (2004) discute o critério da intencionalidade, delineando o entendimento de como esse critério se relaciona aos princípios de coesão e coerência textual: “E existem, ainda, casos em que o produtor do texto afrouxa deliberadamente a coerência, com o fim de obter efeitos específicos (parecer embriagado, desmemoriado)” (KOCH, 2004, p. 42).

O relaxamento deliberado da coerência, ou seja, a forma como o autor conecta os elementos lingüísticos que concorrem para a Construção Textual dos Sentidos, funciona como uma marca da intencionalidade, e é muito comum enquanto procedimento de Construção Textual dos Sentidos em diversos dos “Ensaio” de Montaigne.

Como se fizesse uma autocrítica, o autor “afrouxa” deliberadamente a coerência para obter efeitos de ironia, e para encaminhar o leitor a tecer determinadas conclusões, ou - em contraste com o brilhantismo dos argumentos expostos no restante do ensaio - para que o leitor acredite que Montaigne exagera na autocrítica, gerando assim o efeito contrário, ou seja, de valorização da inteligência do autor.

Com isso, é dedutível que a intencionalidade configura usos lingüísticos que se caracterizam como marcas de estilo, entendido aquilo que diferencia forma de conteúdo, pois não existem estruturas “automáticas” de

preenchimento de textos e para isso o autor estabelece critérios e estratégias formais que diferenciam sua escrita em um padrão reconhecível a que se denomina estilo.

Portanto, se for admitido que os textos sejam construídos no processo de interação sócio-discursiva, o qual permitiria ao autor “optar” entre estratégias distintas de construção textual, na medida em que ele efetua tais opções, é possível visualizar configurações relativas ao *estilo* desse autor.

Dessa forma, pode-se identificar nesse estilo os Processos de Construção Textual por meio dos quais o autor escreveu sua obra.

No entanto, este trabalho focar-se-á nos Processos de Construção Textual, mais precisamente, no segundo capítulo, no aspecto do gênero ensaístico e o que ele “outorga” a esses processos em termos de possibilidades e, no terceiro capítulo, nos saberes que o autor utiliza em um processo de Transmutação de Formas para a construção textual.

Em seguida, nos próximos subitens, buscar-se-ão outros elementos que definam os Processos de Construção Textual de Montaigne, para que seja possível aprofundar os aspectos supra-mencionados nos capítulos em questão.

1.3 A IRONIA ENQUANTO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Um dos procedimentos que é possível identificar em muitos dos “Ensaaios” de Montaigne é a ironia, a qual se configura, em alguns dos “Ensaaios”, por meio do procedimento antes mencionado, no qual o autor se auto-deprecia para inspirar um efeito contrário de auto-valorização.

Esse seria um dos processos de construção textual que se evidenciam por meio da identificação do critério da intencionalidade e caracteriza o “afrouxo deliberado da coerência”, a que se refere Koch (2004) no fragmento exposto no item anterior.

A autora, inclusive, propõe uma definição para a coerência textual que engendra lingüisticamente o procedimento da ironia e o caracteriza enquanto Processo de Construção Textual de sentidos derivado da intencionalidade:

A forma como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também lingüísticos, de modo a formar um tecido (tessitura), uma unidade de nível superior à frase, que dela difere qualitativamente (KOCH, 2004, p. 35).

A coerência, portanto, estaria relacionada à intencionalidade também quando esta se propõe a “afrouxar” aquela, no intuito de criar efeitos de sentido específicos, como por exemplo, a ironia.

Dessa maneira, interligar-se-iam os elementos lingüísticos da superfície da frase por meio de **recursos lingüísticos**, dentre os quais a ironia, enquanto “marca” da intencionalidade autoral.

De acordo com Maingueneau (1997), a ironia pode ser definida como o enunciado de caráter hiperbólico, assim como na explicitação de uma enunciação ou ainda no deslocamento de sentidos entre campos discursivos distintos.

O autor de um texto utilizar-se-ia desse recurso para tratar de temas permeados pela ambigüidade, o que geraria ainda mais dubiedade na esfera da Construção Textual dos Sentidos.

De acordo com o autor, a ironia ocorre também quando há sutileza na exposição de concepções distintas no texto, ou ainda para aumentar a dificuldade de interpretação: “*a ironia é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes e cuja extensão é difícil de circunscrever*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 99).

Dessa forma, faz sentido afirmar que Montaigne utiliza-se da ironia em grande parte de seus textos, pois justamente apresenta concepções distintas de maneira sutil e recorrente, de modo a obter efeitos de sentido que se aproximam de uma perspectiva irônica, diminuindo assim a assertividade das proposições discutidas, o que isenta o enunciador da responsabilidade pelas idéias expostas.

Muitas das concepções que Montaigne discute divergem entre si, mas fazem sentido em uma perspectiva semântica global, pois convergem para o entendimento de um assunto com mais pontos de vista analisados, portanto, de maneira bem embasada do ponto de vista argumentativo.

Nesse sentido, Maingueneau (1997) complementa ainda a caracterização da ironia enquanto Processo de Construção Textual que possibilita a exposição de idéias contraditórias entre si: “A. Berrendoner nela vê uma enunciação

paradoxal onde o que o enunciado diz é o contrário do que diz a enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 109).

Delimitar o uso da ironia, portanto, evidencia a relação do texto com o contexto vivido pelo autor, pois, considerando-a um procedimento que possibilita a apresentação de concepções distintas os sentidos se configuram com maior complexidade; e torna-se possível deduzir, por meio da descrição do contexto textualizado, se a ironia o evidenciou.

No caso dos “Ensaio” de Montaigne, por se tratar de uma obra escrita no período que corresponde ao fim da Idade Média e início da Idade Moderna, marcado pela reforma religiosa protestante e por perseguições políticas e religiosas, muitas vezes arbitrárias, a ironia funcionava como uma forma de “despistar” essas perseguições.

Nesse contexto histórico-cultural marcado pela inversão de valores e mudanças paradigmáticas, os autores cujas publicações fossem interpretadas equivocada ou maliciosamente contrariando interesses, eram punidos de maneira severa e exemplar.⁷

Por esse motivo e por razões de prudência, a ironia serviu nesse contexto, na obra de Montaigne, para prescindir da responsabilidade pelas idéias contidas no trabalho publicado e para escapar da perseguição de ordem política. E, dessa forma, a ironia, devido à multiplicidade de sentidos que engendra, possibilita ao autor que dela faz uso tratar de temas polêmicos, assumindo perspectivas distintas, e relacionando argumentos de maneira descomprometida.

Assim, sua presença evidencia o critério da intencionalidade, bem como as analogias com estruturas de pensamento que se efetivam na obra ensaística de Montaigne por meio da menção que o autor faz aos autores clássicos do pensamento da Antigüidade.

Koch (2004) define esse recurso lingüístico diante do que denomina “jogo da linguagem”, o qual seria jogado por “estrategistas”, que seriam o **produtor** e o **interpretador** de determinado texto:

⁷ Por esse motivo Montaigne não publicou em vida o inflamado libelo anti-autoritário de seu amigo Etienne de La Boétie, intitulado *Discurso sobre a servidão voluntária*, cuja influência na escrita de Montaigne será discutida no capítulo 2 deste trabalho. Inclusive, essa precaução se justificou duplamente, pois Montaigne já havia sido preso em função dessas perseguições político-religiosas.

1-)O produtor/planejador, que procura viabilizar seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais(indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos; 2-)O texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis; 3-)O leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos (KOCH, 2004, p. 19).

Acerca da expressão “mobilização do contexto”, que a autora considera fundamental à interpretação de um texto, cabe acrescentar que os conhecimentos de mundo são considerados do autor formas de ação, pois se trata de saberes cuja propriedade é a interferência na realidade.

Esses conhecimentos são as marcas do contexto e podem ser identificados no texto, pois decorrem de estratégias de processamento textual: por isso, na seqüência, faz-se menção ao termo **estruturas de pensamento**.

Esse termo diz respeito a formas de conhecimento situadas historicamente, as quais proliferam sentidos no âmbito da atividade textual interativa, ou seja, na interação multi-constitutiva de sentido que se dá entre o autor, o leitor e o texto.

Assim se configuram os conhecimentos de mundo, que se expressam por meio dessas estruturas de pensamento no texto.

Bronckart (1999) discorre a respeito de características das ações lingüísticas, sugerindo que os textos resultam de ações conscientes e finalisticamente orientadas e criam assim as configurações textuais advindas do pensamento ativo, do qual se pode depreender no emprego da linguagem os Processos de Construção Textual.

Outra formulação pertinente de Bronckart (1999) é a de que as ações de linguagem são sempre recortes da atividade social do produtor do texto.

Ao definir a concepção sócio-interacionista de linguagem, o autor supõe que ocorreria em sua constituição o **compartilhamento de contextos**, o que seria uma decorrência lógica dessa hipótese, postulando-se o paradigma da

intersubjetividade, que seria o trânsito entre o pensamento e a linguagem, processo que se dá pela ação de indivíduos situados historicamente.

Esses processos consistem nas interações que se dão entre a mente, que re-elabora continuamente os conteúdos da realidade, e o mundo, configurado como o resultado mental de uma contextualização histórica e cultural (BRONCKHART, 1999, p. 42-62).

É importante ressaltar essa concepção de linguagem caracterizada pela interação entre o texto e o contexto, pois ela contribui para evidenciar os Processos de Construção Textual nos “Ensaio” de Montaigne, sejam os relativos à intencionalidade, à ironia enquanto estratégia discursiva ou ainda à configuração lingüística das estruturas de pensamento que estão presentes no texto do autor.

Os processos de construção textual aqui abordados contribuem para a construção ensaística de Montaigne porque consistem na tradução do conhecimento de mundo do autor.

Abordar a relação entre texto e contexto na construção da linguagem é uma forma de visualizar a escrita de Montaigne, pois o autor operou transformações dos objetos de mundo com os quais tomou contato em discurso, e esse processo de construção da realidade se dá por intermédio do texto.

Na seqüência, os procedimentos que serão abordados no capítulo 2, relativos às marcas de oralidade nos Ensaio de Montaigne, podem também ser observados por esse prisma, ou seja, é revelador o fato de Montaigne ter se deixado influenciar em maior ou menor grau por procedimentos de estruturação discursiva próprios da fala, pois ficamos assim sabendo de seu apreço pelos autores latinos que se utilizavam de procedimentos semelhantes; dessa forma, pode-se deduzir a importância do estudo desses processos de construção textual para o entendimento da escrita de Montaigne.

Da mesma forma, no terceiro capítulo, no qual será discutida a questão da transmutação de saberes enquanto procedimento de construção textual, pode-se também deduzir a mesma questão: como a transformação de saberes de vários campos do conhecimento influenciaram a escrita de Montaigne?

Esta dissertação é uma tentativa de resposta a essas perguntas.

Por outro lado, a Lingüística Textual também é adequada a este estudo, pois é um ramo dos Estudos da Linguagem que se outorga um objeto de estudo abrangente, ou seja, a estruturação do texto, e se adequada por isso em

estudos transdisciplinares, pois tem como objetivo, dentre outros, possibilitar a reconstrução do contexto por meio do estudo do texto, sendo que o contexto é também composto por uma infinidade de saberes e identificar esses saberes nos “Ensaio” de Montaigne é parte importante do que propõe esta dissertação.

Nesse sentido, pesquisas recentes apontam que os Estudos da Linguagem precisam das outras ciências para que se formalizem (BEAUGRANDE, 1997).

Em outras ciências, isso também ocorre, como quando é preciso descrever o fenômeno da digestão humana, para o que se faz necessária a descrição de fenômenos físicos, químicos e biológicos; ou ainda, na explicação de como se dá a produção dos sons da fala, para o que se fazem necessários saberes advindos da fonética, da acústica e da lingüística.

Como discutido anteriormente, Beaugrande (1997) define a linguagem como resultado de um processo de interação entre fenômenos estudados por várias ciências e disciplinas do conhecimento humano.

Portanto, a Ciência da Linguagem, para o autor, seria necessariamente interdisciplinar e a linguagem um fenômeno heterogêneo por excelência, que abarcaria para sua descrição o engendramento de saberes da Filosofia, da Psicologia Cognitiva e Social, da Sociologia, da Antropologia, da Etnografia da Fala, da Semiótica, das Ciências Cognitivas, de Estudos no campo da Inteligência Artificial, da Neurobiologia, Informática, etc. (BEAUGRANDE, 1997, p. 85-95).

Por fim, a interdisciplinaridade assinala os pressupostos epistemológicos do Humanismo Renascentista, e o configura como estrutura de pensamento que é partilhada por Montaigne.

Esse fenômeno pode ser demonstrado em inúmeros textos de seus “Ensaio”, bem como a heterogeneidade de saberes que leva à definição da linguagem como sendo produto da interação sócio-cognitiva de determinado indivíduo situado cultural e historicamente.

Nesse sentido, a Lingüística Textual propiciou o embasamento teórico para a subsequente formulação do termo *Transmutação de Saberes* e sua identificação enquanto Processo de Construção Textual nos “Ensaio” de Montaigne, que se dará no terceiro capítulo desta dissertação.

1.4 AS ESTRUTURAS DE PENSAMENTO NOS “ENSAIOS” DE MONTAIGNE

Na obra de Montaigne, verificam-se determinações multi-direcionais entre texto e contexto também na referência a estruturas de pensamento dos autores clássicos da cultura greco-romana, com ênfase na releitura efetuada pelo autor das obras de Sócrates, Platão, Cícero, Sêneca e Plutarco.

Em relação aos dois últimos filósofos, no Ensaio *Defesa de Sêneca e Plutarco*, diz Montaigne:

Minha intimidade com esses filósofos, a ajuda que me proporcionaram em minha velhice e também este meu livro escrito quase unicamente com o que deles tirei, constituem como que a obrigação, para mim, de defender-lhes o nome (MONTAIGNE, 1984, p. 329).

Montaigne alude nesse fragmento, como em inúmeras outras passagens dos “Ensaio”, que deve muito de seus escritos ao que absorveu das leituras que fez desses autores. A leitura e valorização de suas obras, por si, configuram-se como estruturas de pensamento características do Humanismo Renascentista.

Em relação a essas estruturas de pensamento, é possível identificar, mais precisamente, nos “Ensaio” de Montaigne, marcas do diálogo que o autor estabelece com as doutrinas filosóficas pré-platônicas, o próprio platonismo e o neoplatonismo, este representado pela constante menção aos pensadores estóicos.

No fragmento seguinte do ensaio *Apologia de Raymond Sebond*, Montaigne estrutura o texto em diálogo direto com essas doutrinas:

Platão dizia que os corpos nunca têm existência; nascem somente. Considerava que Homero, fazendo do Oceano o pai dos deuses e de Tétis a mãe, quisera mostrar que tudo estava sujeito a vicissitudes, transformações e variações perpétuas, opinião essa de todos os filósofos anteriores a Platão, com exceção de Parmênides que negava o movimento dos corpos, caro ao mestre; Pitágoras achava que toda matéria é móvel e sujeita a mudanças; os estóicos que o tempo presente não existe e que o que assim designamos não passa do ponto de junção do passado com o futuro (MONTAIGNE, 1984, p. 278).

Contudo, além da ponderação acerca dessas doutrinas, Montaigne atinge um grau diferenciado na indagação filosófica.

Eva (1995a) assinala o movimento de Montaigne no sentido de “abandonar” proposições do estoicismo em favor de posturas céticas, que se caracterizariam pelo descrédito nutrido pelo autor em subscrever qualquer noção de verdade que não fosse a noção do conflito de inúmeras noções de verdade enquanto método para fundamentação dos saberes. Com isso, Montaigne obtém um efeito argumentativo que aponta outro contexto para a indagação filosófica, do qual essa nova verdade flui enquanto contraposição à negação de outras noções de verdade.

Ainda no ensaio *Apologia de Raymond Sebond*, evidencia-se essa mudança em favor do ceticismo em relação aos primeiros textos dos “Ensaaios”, marcados pela concordância de Montaigne em relação aos preceitos do estoicismo :

Nada conhecemos de nosso ser, porque tudo o que participa da natureza humana está sempre nascendo ou morrendo, em condições que só dão de nós uma aparência mal definida e obscura; e se procurarmos saber o que somos na realidade, é como se quiséssemos segurar a água; quanto mais apertamos o que é fluido tanto mais deixamos escapar o que pegamos. Por isso, pelo fato de toda coisa estar sujeita a transformação, a razão nada pode apreender na sua busca daquilo que realmente subsiste, pois tudo, ou nasce para a existência e não está inteiramente formado, ou começa a morrer antes de nascer (MONTAIGNE, 1984, p. 277-8).

O autor instaura, dessa maneira, um modo de pensar particular, não alinhado a escolas filosóficas, um método centrado na ponderação, no diálogo entre concepções distintas de verdade, sem partilhar dogmaticamente de qualquer uma delas, por fim, um método que precisará de um novo gênero para se expressar: o Ensaio.

Trata-se de um “método comparativo”, no qual são comparadas, testadas, e discutidas as implicações da convivência de múltiplas noções de verdade junto ao pensamento humano.

As conseqüências disso para o estudo do processo de construção textual de Montaigne se dão no trânsito que ocorre entre essas várias estruturas de pensamento, os “blocos, a argila e a argamassa” de seu texto vão se combinando e

dando origem a uma obra monumental cujo acúmulo das partes, por sua vez, não corresponde ao todo da construção.

Isso quer dizer que Montaigne constrói seus textos a partir de elementos díspares, os quais aparentemente não teriam qualquer ligação entre si, não fosse pelo método “comparativo” de pensamento que os reúne em um todo cujo sentido global independe dos sentidos individuais de suas partes.

Portanto, as referências intertextuais e analogias com estruturas de pensamento referentes ao classicismo greco-romano nos possibilitam analisar como o autor se aproxima do contexto a partir do qual tece seus escritos: o Renascimento.

Mais precisamente, o procedimento utilizado por Montaigne é apoiar-se nos pensamentos desses autores clássicos para criar uma visão de mundo adequada à época histórica de transição entre a Idade Média e a Moderna na qual viveu.

O ensaio *Apologia de Raymond Sebond* é uma “exceção que confirma a regra”, pois nesse texto Montaigne se apóia na figura de um estudioso espanhol que viveu apenas dois séculos antes dele, mas que criou sua obra numa linha de pensamento derivada de Aristóteles, via obra de S. Tomás de Aquino, para criticar atitudes e posturas filosófico-teológicas de seus contemporâneos.

O Ensaio em questão consiste em um comentário acerca da obra “Teologia Natural ou Livro das criaturas” do teólogo espanhol que dá nome ao texto.

Montaigne defende as idéias desse teólogo, cuja obra “podia muito bem se tratar de uma quintessência tirada de S. Tomás de Aquino”, este, por sua vez, um teólogo medieval que banhou seu pensamento no Aristotelismo, em contraposição às posições que considerava equivocadas em seus contemporâneos. (MONTAIGNE, 1984, p. 205)

O pai de Montaigne recebeu de presente o livro de Sebond, por ser o livro “muito útil e apropriado às circunstâncias, pois estávamos na época em que a reforma de Lutero começava a expandir-se e a abalar em muitos países as antigas crenças” e o sugeriu ao jovem Montaigne como exercício de reflexão filosófica (MONTAIGNE, 1984, p. 205).

Montaigne inicia a argumentação em favor dos preceitos de Sebond tentando desfazer as objeções a ele formuladas por leitores da “Teologia Natural”, seus contemporâneos que achavam que a fé não poderia ser demonstrada racionalmente:

A primeira objeção ao livro é que os cristãos se enganariam em querer sustentar com argumentos puramente humanos uma crença que só se concebe pela fé e por intervenção particular da graça divina. Parece-me que tal objeção provém de uma exagerada piedade, por isso mesmo convém refutá-la com tanto maior delicadeza e respeito.” (MONTAIGNE, 1984, p. 205).

Esse procedimento é comum, ou seja, apoiar-se em autores do passado para se contrapor a alguns posicionamentos de seus contemporâneos. No terceiro capítulo desta dissertação, esse processo será explicitado por meio da análise da Transmutação de Saberes em estruturas textuais.

Por fim, o que se depreende desse processo é que as estruturas de pensamento acomodam-se textualmente nos “Ensaio” de Montaigne conforme o autor faz referência a elas, assim se constituem enquanto partes de um todo que independe de seus sentidos individuais, convergindo assim para a Transmutação de Saberes que evidencia os Processos de Construção Textual do autor.

1.5 MARCAS DA INTERTEXTUALIDADE NOS “ENSAIOS”

Como discutido anteriormente, as estruturas de pensamento aqui circunscritas nos “Ensaio” de Montaigne estão relacionadas intertextualmente à especulação filosófica presente nas doutrinas filosóficas greco-latinas, a saber, o socratismo, aristotelismo, estoicismo, ceticismo e epicurismo.

As referências ao pensamento greco-latino são evidentes nos *Ensaio* - pensamentos e idéias de Cícero, Ovídio, Sêneca, Horácio, Virgílio, Lucrécio, Propércio: o próprio Montaigne enuncia no prefácio e em alguns dos “Ensaio” que deve muito de seu pensamento, e também de seu estilo, a esses e outros autores.

Ao enumerar essas referências intertextuais nos “Ensaio” o autor busca criar um contexto propício à reflexão, e é importante para isso que seja lembrado o fato de que Montaigne foi o responsável pela sistematização do gênero Ensaio.

Nesse sentido, há uma estreita relação entre as especificidades do gênero ensaístico, a reflexão filosófica e o fenômeno da Intertextualidade: no intuito de refletir sobre a realidade do período no qual viveu – o Renascimento -, o autor inaugura um gênero propício ao mesmo tempo à reflexão filosófica ampla e à reflexão situada ao seu momento histórico.

O Renascimento se caracterizou pelo afloramento de uma grande quantidade de idéias, entre um número muito maior de pessoas do que na Idade Média, devido ao advento da imprensa de Gutenberg e à concomitante retomada das obras de inúmeros pensadores do período da cultura clássica Greco-romana.

Dessa forma, o exercício da filosofia devia funcionar como uma forma de “filtrar” essa grande quantidade de informações e de posicionamentos enunciativos distintos, para isso a ponderação por intermédio de “ensaios” mostrou-se bastante adequada, pois esses textos eram despreziosos exercícios de pensamento e de estilo de escrita.

Esses exercícios, dentro dessa nova perspectiva intelectual, encontraram, em termos discursivos, um procedimento correspondente: a Intertextualidade.

O pensamento devia ser embasado sempre nas obras dos autores clássicos, como forma de criar um novo contexto para a indagação filosófica, que se contrapusesse ao contexto anterior, fundamentado nos valores da fé cristã.

Portanto, um meio plausível para o estudo dos Processos de Construção Textual na obra de Montaigne é reconstruir os vestígios das inúmeras referências que o autor faz a outros autores para que se delimite, assim, procedimentos recorrentes de estruturação discursiva.

De acordo com Moreau (1987), em relação aos vestígios da intertextualidade na obra de Montaigne :

Ocorre serem elas (as citações) inconfessadas e se insinuarem no texto sub-repticiamente; o mais das vezes conservam a forma latina. Raramente prolongadas, quase sempre curtas e amontoadas, constituem uma espécie de pó brilhante e tenaz que se introduz por toda a parte, gruda na idéia, perturba, sobrecarrega e por momentos a obscurece, diluindo-lhe o contorno (MOREAU, 1987, p. 6).

O autor contribui para que se evidenciem as referências intertextuais nos “Ensaio”, isso se daria por meio da reconstrução das estruturas de pensamento recorrentes, bem como sua reelaboração, procedimento que se daria numa combinação convergente para a consolidação dos Processos de Construção Textual adotados por Montaigne.

O fenômeno da Intertextualidade pode ainda ser definido como a referência que todo texto faz a outros textos ou fragmentos de textos efetivamente produzidos, com cujos sentidos seja possível estabelecer algum tipo de relação.

De acordo com Jenny (apud KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 17). “Propomo-nos a falar de intertextualidade desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas que seja qual for o seu nível de estruturação”

A intertextualidade pode implicar deslocamento de sentidos, retextualização, pois, em alguns casos, ocorre uma mudança na força ilocucionária de um texto quando em contato com outro texto.⁸

Exemplificando essa característica da linguagem, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) distinguem ainda quatro tipos de Intertextualidade: **Intertextualidade Temática**, relativa à continuidade terminológica que se dá em uma mesma área do saber, ou uma mesma corrente de pensamento; se dá na mídia quando um tema é considerado focal e também dentro de gêneros estáveis, como a epopéia, contos de fadas, peças teatrais, novas versões de um mesmo filme, entre quadrinhos do mesmo autor, etc. (KOCH et.al., 2007, p.18).

Essa forma de Intertextualidade ocorre nos “Ensaio”, quando Montaigne estrutura suas reflexões em diálogo com outros campos do conhecimento, ou seja, ao utilizar termos dessas áreas, estabelece intertextualidade com as obras dos autores dessas áreas.

Isso ocorre, por exemplo, nas refutações teológicas esboçadas no ensaio *Apologia de Raymond Sebond*, fragmentos textuais que são tecidos com terminologia própria do campo das ciências da religião:

⁸ A identificação desse fenômeno da linguagem é fundamental para que se evidenciem os Processos de Construção Textual dos Sentidos e a reelaboração das estruturas de pensamento nos “Ensaio” de Montaigne, pois o autor freqüentemente faz referência a outros textos que ora contradizem ora corroboram seus posicionamentos enunciativos. Quando ocorre o segundo caso, daí o fenômeno da intertextualidade não implica deslocamento de sentidos, mas sim uma continuidade semântica, estrutural e do *ethos* discursivo.

É somente a fé que nos revela os inefáveis mistérios de nossa religião e nos confirma a sua verdade; o que não significa seja bela e louvável empresa por em serviço dessa fé os meios de investigação que o homem recebeu de Deus (MONTAIGNE, 1984, p. 205).

Esses indícios de Intertextualidade Temática evidenciam-se ainda mais no próximo fragmento, no qual as questões da fé são tratadas com entonação própria ao campo discursivo religioso, do qual Montaigne reproduz determinadas terminologias, no propósito de melhor tratar do tema abordado neste ensaio:

Deveríamos envergonhar-nos. O adepto de qualquer seita humana, por estranha que seja, a ela adapta rigorosamente sua conduta, e nós outros cristãos só nos unimos à nossa divina doutrina por palavras. Quereis a prova? Comparai nossos costumes aos dos maometanos e pagãos e vede o quanto os nossos são inferiores, mesmo quando devido à superioridade de nossa religião deveríamos brilhar extraordinariamente. Cumpriria que dissessem: são justos, caridosos, bons, logo devem ser cristãos. O resto é comum a todas as religiões, a esperança, a confiança, os acontecimentos que fortalecem, as cerimônias, as penitências, os mártires (MONTAIGNE, 1984, p. 206).

Aqui Montaigne adota uma tonalidade exaltada para fazer valer seus argumentos, o que nos remete à Intertextualidade Temática, pois são rigorosamente tratados nesse fragmento os mesmos temas religiosos dos sermões apostólicos.

Intertextualidade Estilística: ocorre quando o produtor do texto imita, repete ou parodia certos estilos ou variedades lingüísticas, como nos textos que reproduzem a linguagem bíblica, um jargão profissional, um dialeto, um estilo de determinado gênero (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 19).

Em alguns casos, no ensaio *Apologia de Raymond Sebond*, esse tipo de intertextualidade se insinua, entretanto, não se pode afirmar que ocorra devido à constante e contundente seriedade dos argumentos levantados pelo autor para defender alguns pontos de vista, pois há uma contradição entre a gravidade do assunto tratado e a leveza da linguagem adotada para abordá-lo.

Isto é: em ensaios de temática densa como *De como filosofar é aprender a morrer*, *Da crueldade* e *Apologia de Raymond Sebond*, a linguagem por

vezes leve, descompromissada, bem-humorada que Montaigne emprega, contrasta com os “ares de gravidade” do assunto-tema do ensaio.

Essa leveza de linguagem, por sua vez, é um efeito possibilitado pelo gênero ensaístico, em cuja visualização os procedimentos de construção textual aqui analisados podem auxiliar.

No caso do fragmento transcrito a seguir, Montaigne se utiliza desse expediente, pois parodia a linguagem bíblica e o estilo do escritor romano Juvenal para discutir a diversidade da criação divina, assim como seu funcionamento:

Assim como vamos à caça dos animais, os tigres e leões vão à caça do homem. Esse exercício praticam-no também reciprocamente: os cães correm as lebres, a solha caça a tenca, as andorinhas perseguem as cigarras, os gaviões procuram melros e cotovias. “A cegonha alimenta seus filhotes com serpentes e lagartixas caçadas nos campos incultos; a águia, servidora de Júpiter, caça nas florestas as lebres e os cabritos”⁹ (MONTAIGNE, 1984, p. 215).

Montaigne “imita” o ritmo do texto de Juvenal um pouco antes de transcrevê-lo no contexto da discussão da obra divina, que se dá no ensaio *Apologia de Raymond Sebond*; há também uma menção implícita à linguagem bíblica, que procede por encaminhamentos semelhantes. Dessa forma, ocorre a Intertextualidade Estilística.

Já no Ensaio *Da Glória*, Montaigne incorpora traços do estilo do apóstolo Paulo, ao tratar sobre o tema-título desse ensaio:

Ora, tudo o que é justo comporta sempre ilustração suficiente, o testemunho da consciência já constituindo por si glória bastante: “nossa glória está no testemunho de nossa consciência”¹⁰. Quem só é homem de bem sob a condição de que o saibam, quem só quer fazer o bem para que sua virtude alcance a celebridade, não presta por certo grandes serviços (MONTAIGNE, 1984, p. 287).

Logo após a menção ao argumento de São Paulo, Montaigne adota traços de seu estilo messiânico procedendo na argumentação por generalizações do tipo: “quem faz isto, terá aquilo”, aos moldes do gênero discursivo messiânico que

⁹ Juvenal

¹⁰ São Paulo

objetiva explicitar às pessoas quais as conseqüências do não cumprimento dos propósitos divinos em suas ações no mundo.

Intertextualidade Explícita: ocorre quando no próprio texto é feita menção à fonte do intertexto, ou seja, quando um fragmento citado é reportado como tendo sido dito por outro, ou por outros generalizados (“como diz o povo”, “segundo os antigos”). É o caso, ainda, das citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções; o argumento de autoridade, em textos dissertativos.

Esse tipo de intertextualidade ocorre também na Língua Falada, quando nas retomadas do texto do parceiro, para sucedê-lo no desenvolvimento do tópico discursivo, ou, comumente, para contraditá-lo ou, ainda, para ironizá-lo (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 28).

Esse procedimento é o mais comum nos “Ensaios” de Montaigne, pois os textos são praticamente bilíngües, tamanha a quantidade de fragmentos e citações literais de textos de autores que escreveram em Língua Latina.

Dentre os inúmeros exemplos adequados desse tipo de intertextualidade na obra de Montaigne, o que vai ser apresentado a seguir, contribui para evidenciar as estruturas de pensamento mencionadas no tópico anterior.

Foi transcrito o texto em português, seguido da citação literal em língua latina, com a tradução na nota de fim de página:

À minha franqueza tão freqüentemente admitida devo a inclinação que tenho para a modéstia, para a obediência às crenças que me são prescritas, para uma constante reserva e moderação de opiniões, e aversão por essa arrogância importuna e belicosa que acredita e confia totalmente em si, inimiga mortal da disciplina e da verdade. *Nil hoc est turpius quam cognitioni et perceptioni assertionem approbationemque praecurrere*¹¹. Dizia Aristarco que antigamente mal se acharam sete sábios no mundo e em sua época mal se achavam sete ignorantes. Não teríamos mais razão do que ele para dizê-lo em nossa época? A afirmação e a obstinação são sinais expressos de tolice (MONTAIGNE, 2002, p. 438).

Montaigne cita literalmente Cícero, precursor da filosofia estóica, o qual apregoa moderação e equilíbrio para as ações humanas nesse aforismo. No

¹¹ Cícero.Trad. –“Nada é mais vergonhoso do que fazer a asserção e a decisão precederem a percepção e o conhecimento.”

terceiro parágrafo, apoiado na autoridade evocada do célebre orador romano, critica a pretensão e o imediatismo de seus contemporâneos.

Outro exemplo desse tipo de intertextualidade se dá no fragmento subsequente:

Aristóteles coloca a glória em primeiro lugar entre os bens que nos vêm de fora de nós mesmos, e considera igualmente criticável buscá-la exageradamente ou dela fugir. Creio que se possuíssemos o que Cícero escreveu a propósito, veríamos opiniões espantosas, pois ele foi obcecado por essa paixão, a ponto de, se ousasse, cair no absurdo em que outros caíram de considerar a própria virtude válida tão-somente, e desejável, na medida em que acarreta honrarias. “A virtude escondida não difere muito da obscura ociosidade”¹²(MONTAIGNE, 1984, p. 286).

Ao discutir a questão da relação entre glória e virtude, Montaigne coloca à frente argumentos de Aristóteles, Cícero e Horácio, evidenciando, dessa forma, a intertextualidade explícita, ou seja, a menção direta à fonte do intertexto.

Por **Intertextualidade implícita**, Koch, Bentes e Cavalcante (2007) definem:

Ocorre quando se introduz no próprio texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário. No primeiro caso, verificam-se as paráfrases, mais ou menos próximas do texto fonte: é o que Sant’Anna (1985) denomina *intertextualidade das semelhanças*, e Grésillon e Maingueneau (1984) chamam de *captação*, no segundo incluem-se enunciados parodísticos e/ou irônicos, apropriações, reformulações de tipo concessivo, inversão da polaridade afirmação/negação, entre outros (*intertextualidade das diferenças*, para Sant’Anna, *subversão*, para Grésillon e Maingueneau (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 30).

Esse tipo de intertextualidade ocorre nos trechos em que Montaigne adota os ritmos e argumentos dos textos de oradores latinos, parafraseando-os em meio a algum tipo de estratégia enunciativa que exija exemplos e logopéias, isto é, jogos mentais de persuasão.

¹² Horácio

Pode-se visualizar esse procedimento no seguinte fragmento do ensaio *Dos Canibais*:

Não há muitos indícios, entretanto, de que seja a Atlântida o Novo Mundo que acabamos de descobrir, pois quase tocava a Espanha e seria efeito incrível da inundação tê-la transportado à distância, em que se encontra, de mais de mil e duzentas léguas. Ademais os navegadores modernos já verificaram não tratar-se de uma ilha, mas de um continente contíguo às Índias Orientais, por um lado, e por outro às terras dos pólos; e se destes se acha separada é por tão pequeno estreito que não se deve tampouco considerá-la uma ilha (MONTAIGNE, 1984, p. 100).

O autor parafraseia o mito da Atlântida, continente descrito por Platão em seus Diálogos, cuja existência nunca foi comprovada, sem, contudo, remeter-se à fonte de tal lenda: trata-se de um conhecimento de mundo textualizado que emerge como exemplo da Intertextualidade Implícita.

No segundo parágrafo do fragmento, Montaigne reforça sua argumentação, utilizando para isso recursos de exemplificação característicos da Oratória Latina.

Essa influência fica mais evidente no seguinte fragmento:

Quando o Rei Pirro entrou na Itália, e verificou a formação de combate do exército romano, disse: “Não sei que espécie de bárbaros são estes (pois os gregos assim chamavam a todas as nações estrangeiras), mas a formação de combate, que os vejo realizar, nada tem de bárbaro.” A mesma coisa diziam os gregos do exército que a seu país Flamínio conduziu. E Filipe assim falou igualmente, ao perceber do alto de um outeiro a bela ordenação do acampamento daquele que, sob Públio Sulpício Galba, acabava de entrar em seu reino. Isso mostra a que ponto devemos desconfiar da opinião pública. Nossa razão e não o que dizem, deve influir em nosso julgamento (MONTAIGNE, 1984, p. 100).

Montaigne expõe eventos da história militar do mundo antigo como se falasse para uma multidão desse período, como um orador extraído da realidade próxima exemplos para embasar os pontos de vista expressos no discurso.

Para isso concorrem os eventos, os nomes próprios e regiões geográficas evocadas pelo autor, bem como a estratégia argumentativa adotada, que conferem ao texto a dimensão da Intertextualidade Implícita.

No capítulo subsequente, serão pormenorizados pontos compartilhados entre os “Ensaaios” de Montaigne e os parâmetros de estruturação discursivos característicos da oratória latina.

Evidenciar-se-á, dessa forma, como se configura a intertextualidade implícita, a qual, inclusive, será discutida sob nova perspectiva teórica, derivada da Análise Conversacional, que estuda procedimentos discursivos característicos da Língua Falada, e o compartilhamento dessas “estratégias discursivas” pela Língua Escrita.

Portanto, a intertextualidade implícita, no próximo capítulo, terá como substituto o termo “marcas de oralidade”, devido ao compartilhamento das estruturas sócio-lingüístico-cognitivas que se dá entre a Ensaística de Montaigne e a Oratória Latina e outras formas discursivas que apresentam marcas de oralidade.

2 GÊNERO ENSAIO: MARCAS DE ORALIDADE

2.1 *EXAGIUM*

Bronckart (1999) postula que a apreensão de um texto se deve em parte à formatação do mesmo em gêneros; dentre os vários aspectos relativos à concepção da linguagem enquanto evento sócio-interacional, encontram-se, de acordo com o autor, três formas macro-tipológicas de gêneros: o *narrativo*, o *descritivo* e o *dissertativo*.

O autor considera, no entanto, que em muitos textos ocorre complementaridade entre esses gêneros; e em relação ao ensaio, muitos autores concordam em um aspecto quanto à sua definição: trata-se de um gênero cuja estruturação evidencia uma liberdade auto-concedida pelo autor, pois contém raciocínios, observações, anotações, até mesmo devaneios que se sucedem e se entrelaçam sem um procedimento fixo de estruturação.

Por esse motivo, o gênero torna-se adequado para a indagação filosófica descompromissada, pois advém da disposição textual de pensamentos não necessariamente sistemáticos, mas que se prestam à análise e reflexão de variada gama de fatos, fenômenos, idéias, acontecimentos e também experiências de vida.

Coelho (2001) contribui para o entendimento do gênero, partindo da etimologia da palavra francesa “ensaio”:

“Ensaio”, em francês *essai*, vem do latim *exagium*, que significa peso, ato de pesar; é parente próximo de “exame”, que originariamente também tinha o significado de pôr na balança, pesar. Se, como gênero literário, tem antecedentes em diversos tipos de composição que se apresentam como “miscelânea”, “discursos”, “selva” ou “floresta”, Montaigne foi o primeiro a usar o termo para designá-lo.[...] Tem também o sentido de “prova”, como em “provar um vinho”, por exemplo. Trata-se, então, de pôr à prova os próprios pensamentos, ver se se sustentam; e de por à prova pensamentos alheios, confrontando-os (pesando-os) uns contra os outros. (COELHO, 2001, p. 34)

É perceptível a forma como os pensamentos são “postos à prova” nos “Ensaio” de Montaigne, pois recorrentemente o autor abandona concepções defendidas inicialmente em um mesmo texto.

Portanto, é essencial traçar considerações acerca do gênero textual aqui abordado, para que se tenha como um dado relevante a sua especificidade para a Análise Discursiva subsequente.

Montaigne põe à prova seus pensamentos, que dialogam entre si, e nesse processo são reelaborados textualmente saberes distintos: essa questão será discutida mais detalhadamente no capítulo 3.1 desta dissertação.

No entanto, um exemplo de como Montaigne transita entre saberes distintos, operando ponderações e colocando à prova pensamentos é quando ocorre a isenção do enunciador em relação a concepções de verdade – posições enunciativas pré-estabelecidas, ou seja, o autor não adere abertamente a determinada formação discursiva, pois essa adesão é sempre mascarada, sutil, contraditória, indecisa, portanto a adesão nunca é dogmática (EVA, 1995a, p. 213-232).

De acordo com Chauí (1984), devido ao pioneirismo de Montaigne na prática desse gênero, a partir do séc. XVI, uma linha de ensaístas britânicos teria sido estimulada pela obra ensaística do pensador francês, e isso demonstra, em certa medida, a repercussão das idéias contidas em sua obra.

Por outro lado, Millet (1969) identifica a ensaística de Montaigne como a influência mais notável para o desenvolvimento de toda a grande literatura européia, seja na filosofia ou na literatura propriamente dita.

Esses dados assinalam os raciocínios que foram desenvolvidos até aqui para a análise dos Processos de Construção Textual dos sentidos nos “Ensaio” de Montaigne, ou seja, torna-se necessário tecer considerações mais pormenorizadas a respeito das especificidades do gênero ensaístico, uma vez que a singularidade de sua obra se dá por meio dessa tipologia textual de natureza atipológica.

No próximo item, passa-se à averiguação dessa hipótese de que a singularidade da escrita de Montaigne e os processos de Construção Textual dos “Ensaio” se caracterizam pelo compartilhamento dos procedimentos de estruturação discursivos próximos da fala.

2.2 LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA

Objetiva-se, neste item, circunscrever influências formais do gênero “Ensaio”, investigando as “cordas que se entrelaçam” em sua constituição na obra de Michel de Montaigne, por meio de uma discussão a respeito de procedimentos de estruturação tópico-discursivos característicos da Língua Falada.

Preliminarmente, é necessário refletir acerca da disposição formal dos elementos textuais no gênero ensaístico, no qual não se percebe a *priori* uma estrutura pré-estabelecida: ocorre sobreposição alinear de temas, argumentos, raciocínios, ironia, reflexões filosóficas, confidências, comparações e sinuosidades quase indetectáveis, pré-barrocas.

Devido à estrutura não-dogmática do gênero ensaio, e por seu caráter mais flexível no que tange à disposição textual dos pensamentos assim como para verificar essas hipóteses, buscou-se identificar no ensaio *Da crueldade*, de Michel de Montaigne, os procedimentos de estruturação discursivos característicos da Língua Falada que estariam na origem dos “Ensaio”.

A hipótese a ser averiguada aqui, acerca da influência da oralidade nos “Ensaio”, é a seguinte: de que forma os procedimentos de estruturação da Língua Falada contribuem para o entendimento da singularidade do gênero ensaístico?

De acordo com Augusto (2001), o Ensaio seria “um intruso nos aristocráticos salões da filosofia e da polêmica com paletó e gravata, o ensaio estragou a festa ao inserir nas discussões ditas elevadas três delinqüentes retóricos: a digressão, o exagero e a malícia” (AUGUSTO, 2001, p. 10).

Na introdução desse seu livro de ensaios – cuja menção a Montaigne se dá por conta do pioneirismo na prática do gênero, e no intuito de prestar-lhe tributo ao pensador francês, como fosse uma espécie de patrono ao neófito escritor - o autor ressalta propositadamente o elemento irreverente dos “Ensaio” de Montaigne para demonstrar a maleabilidade que o autor atingiu por meio da prática desse gênero de reflexão filosófica.

Augusto (2001) afirma que a introdução do Ensaio na filosofia teria sido uma verdadeira revolução, pois teria amenizado imposturas, dogmatismos e os ares de gravidade da filosofia.

O autor segue em sua tentativa de caracterizar o gênero ensaístico:

Um ensaio não é exatamente um artigo, nem uma meditação, tampouco um monólogo, uma resenha, uma memória, um tratado, uma crítica acerba, uma reportagem, uma elegia, uma sucessão de apoteogemas, mas pode se assemelhar a um ou vários desses tipos de escrita. Não é, por isso mesmo, um gênero estável e facilmente identificável como o romance e a poesia, mas um genérico (AUGUSTO, 2001, p. 9-11).

Ora, se considerarmos que a abertura seria característica do gênero ensaístico, e que a Língua Falada, por sua vez, é mais aberta do que a Língua Escrita, em termos de procedimentos de estruturação discursivos, ficaria nítido que, se houver influência desses procedimentos da fala no gênero Ensaio, o ensaísta teria a possibilidade de optar por entre caminhos os mais diversificados em seu Processo de Construção Textual¹³

Brown e Yule (1983) ponderam acerca das diferenças entre Língua Falada e Língua Escrita, e afirmam que na língua falada há cinco características que permitiriam traçar distinções.

Elas seriam as seguintes: 1-)Monitoramento, correspondente a controle e planejamento simultâneo das construções verbais; 2-)A língua não é ferramenta, ou seja, na conversação a linguagem adquire caráter de interação; 3-)Recursos paralingüísticos e prosódicos; 4-)Simultaneidade: o texto enquanto processo possui uma duração temporal e por esse motivo, os eventos ocorrem muitos próximos, sendo que as dimensões de planejamento e execução do discurso se dão simultaneamente; 5-)Sintaxe menos estruturada, ou seja, não são partilhadas as estruturas canônicas, tal como ocorre na Língua Escrita.

Por outro lado, de acordo com Marcuschi (1990) fala e escrita formariam um *continuum*, cujo “meio termo” seriam as situações que adquirem características de ambos os processos, tais como: declamação, noticiário televisivo, comunicação acadêmica.

Essa hipótese é importante porque possibilita identificar marcas de oralidade em textos escritos, tal como se pretende aqui discutir, em fragmentos do ensaio *Da Crueldade*, de Montaigne.

¹³ Por conta disso, foi possível identificar marcas de oralidade no ensaio *Da Crueldade*, pois Montaigne se utiliza de recursos que remetem a mecanismos de estruturação da Língua Falada, em nossa hipótese, devido simultaneamente à complexidade do tema e ao caráter maleável do ensaio.

Contudo, ainda na distinção entre fala e escrita, Halliday (1989) postula que fala e escrita são igualmente complexas, mas são complexas de formas diferentes: na LE ocorreria densidade lexical, ao passo que na LF, identifica-se o enredamento gramatical. Por densidade lexical, entende-se a proporção de itens lexicais por oração: substantivos, verbos, adjetivos, advérbios de modo.

Por enveredamento gramatical, segundo o autor, entender-se-iam os mecanismos de expressão encontrados pela mente para efetuar o monitoramento do ato conversacional.

Por último, de acordo com o autor, haveria ainda na LF uma tendência à dispersividade informacional e a um maior envolvimento intersubjetivo entre os interlocutores; ao passo que na LE ocorreria uma tentativa de distanciamento, como fosse possível apagar as marcas dos interlocutores: haveria também uma tendência maior à concentração de informações e ao uso de estruturas sintáticas canônicas.

Dessa forma, pode-se deduzir que a LE é mais centrada, mais focada, ao passo que a LF é mais dispersa; nesta ocorrem, em confirmação a essa hipótese, tópicos discursivos que se desdobram em subtópicos, o que, por sua vez, é indício de planejamento momentâneo.

Ocorre uma maior dinamicidade na LF, ao passo que na LE, o processo de escrita é um ato isolado, por meio do qual se torna mais fácil a delimitação de um contexto.

A dificuldade na delimitação do contexto na LF justifica os recursos “improvisatórios” dos quais lançam mão os usuários da língua para tentativa de criação de um contexto por meio da linguagem.

Ocorre, nesse caso, o enredamento gramatical, ou seja, determinado interlocutor busca recursos lingüísticos de aproximação à idéia pretendida, considerados, na situação de Interação Verbal, os fatores e variáveis da situação conversacional.

Traçadas as distinções iniciais entre LE e LF, passa-se agora à caracterização de processos de construção da LF, os quais, em um segundo momento, buscou-se identificar no ensaio *Da Crueldade*, de Montaigne.

Castilho (1989) apresenta três mecanismos característicos de construção textual da LF:

1-)Ativação, onde se dá a introdução e o desenvolvimento do tópico conversacional, no qual se dá também a organização do enunciado.

Nesse processo, ocorreria aquilo que Halliday (1989) caracteriza como “emaranhado gramatical”, ou seja, o uso de construções de suporte à aproximação da idéia almejada por um dado interlocutor em uma dada situação de Interação Verbal.

2-)Reativação: “característica da fala, representa uma volta ao já-dito, por meio da retomada (ou reformulação) de porções do tópico ou do enunciador.” (CASTILHO, 1989, p. 92)

3-)Desativação: caracterizar-se-ia pela ruptura total ou parcial com o tópico da conversação ou com determinado enunciado; pode se dar por meio de inserções parentéticas ou por meio de digressões. É desencadeada pelo falante e/ou pelo interlocutor.

Ainda em relação à produção de enunciados na LF, é relevante mencionar a correlação entre tópico discursivo e a forma como são construídas as referências, ou seja, topicalização e referenciação andam juntas, sendo os referentes os objetos aos quais remete o texto.

Novamente, de acordo com Marcuschi (1990), o autor de determinado texto promove um enquadre, o qual corresponde a um quadro cognitivo mais amplo – esse procedimento resulta na ancoragem, na qual o dado no texto remete a um contexto compartilhado pelo autor.

No íterim do processo de referenciação, os objetos de mundo passam a ser objetos de discurso, estes são, por sua vez, os objetos de mundo reelaborados pela visão de um autor.

Na LF, esse processo ocorre como discursivização, que se traduz por meio da fluidez dos tópicos abordados, devido ao fato de que o discurso não é planejado, uma vez que não há como prever a interferência das ações do interlocutor, pois não há pauta pré-definida no ato conversacional.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o autor, ao virtualizar o interlocutor, incorpora mecanismos constitutivos da LF – marcas de oralidade. Esse processo ocorre diversas vezes no ensaio a ser abordado em seguida, e funciona como mecanismo de mudança de tópico.

Contudo, em relação à fala, o tópico é construído cooperativamente por meio de trocas, intersecções, desmembrando-se como construção de enquadres de um todo fluído que vai ser filtrado, textualizado (MARCUSCHI, 1990).

Os objetos do discurso, contudo, constroem o tópico: os objetos da realidade são “digeridos” pelo autor e traduzidos em tópicos, por intermédio da remissão aos objetos de discurso, sendo que a construção do tópico está ligada à continuidade referencial.

Dessa forma, constrói-se o contexto e uma visão de mundo que não é necessariamente a do autor, pois mesmo passando por esse processo de reelaboração, os objetos do mundo mantêm suas características, ainda que sejam discursivizados.

O contexto, contudo, é um conceito pré-teórico, e como tal, não pode ser submetido a uma definição: é, portanto, fluído, vago e ilimitado, estruturando-se por meio de relações – pois os objetos do mundo não se encontram isolados e, quando textualizados por meio da referenciação, remetem às formações discursivas das quais emanam os textos.

Um tópico discursivo, no entanto, pode sofrer expansão, recategorizações sócio-históricas por parte do produtor e do receptor de determinado texto: a topicalização da LF não pode seguir a mesma linearidade da LE, pois não há uma definição prévia de itens a serem discursivizados, consideradas as variáveis do ato conversacional.

Afere-se das formulações de Marcuschi (1990) que o tópico, portanto, é aquilo do que se está falando e que, enquanto na LE há comumente um roteiro, um planejamento autoral que comumente não aparece no texto final, na LF não há roteiro prévio para a construção do tópico.

São propriedades do tópico a *Centração* ou *Focalização* – enfoque em um tópico por meio de referentes explícitos ou dedutíveis.

Há duas formas de centração: a geral se traduz como **Supertópico**, ao passo que as centrações localizadas situam-se nos **Tópicos** e **Subtópicos**, e a coerência no texto falado se dá em relação a essas duas dimensões.

Ocorrem, ainda enquanto características do tópico, a *Organicidade* – que pode ser horizontal e vertical, e diz respeito respectivamente à centração 1-) Nos Tópicos e Subtópicos e 2-) Ao Supertópico - e a Segmentabilidade, que dizem respeito a como se relacionam as unidades/subdivisões do tópico conversacional.

Outro mecanismo próprio à LF que pode funcionar como um instrumento para análise de marcas da oralidade em textos escritos é a formulação feita por Travaglia (1999) acerca da Paráfrase.

A paráfrase é considerada um processo de reativação do tópico conversacional: trata-se de uma reiteração, uma correção, uma retomada do que foi dito com alterações na forma como se diz e pode ser ainda considerada um elemento-chave a produção de novos sentidos, pois retoma formulações discursivas antepostas.

Distingue-se o enunciado Matriz como enunciado reformulado e a Paráfrase como enunciado reformulador.

A paráfrase é mais freqüente na fala, por se tratar de uma situação de interação verbal onde se faz necessária a contextualização, o que, por conseguinte, faz com que um assunto mantenha-se em foco.

Decorre o uso da paráfrase da necessidade de criar um *Universo Comum Compartilhado*, para que o enunciador passe a impressão de que domina o assunto sobre o qual está falando.

Ocorre na paráfrase também uma dimensão retrospectiva, na qual se busca criar o foco sobre aquilo que está sendo dito.

Pode-se distinguir cinco formas de paráfrase: 1-)quanto à adjacência, ou seja, se a reformulação é subsequente ou não ao enunciado matriz; 2-)quanto à presença de marcadores, na qual a formulação se dá pela própria formulação discursiva que não precisa ser assinalada; 3-)quanto à expansividade – se é paralela, condensada, expansiva, ou seja, se expande, contrai ou mantém o nível de referentes no discurso; 4-)quanto à função – definição, explicitação, exemplificação, causa/ conseqüência; 5-)quanto à procedência: Heteroparáfrase – reformulação da fala de outrem- e Autoparáfrase: reformulação da própria fala.

A transposição desses processos constitutivos da LF para análise das marcas de oralidade nos “Ensaio” de Montaigne, explica, em parte, a forma como os pensamentos são textualizados, postos à prova de maneira alinear, assistemática e como resultam no gênero textual que se busca caracterizar aqui.

Nesse sentido, uma característica marcante que se pode analisar no ensaio *Da Crueldade* é a fluidez de tópicos, como será possível observar adiante.

Ocorre, ainda, outra peculiaridade característica da LF nos “Ensaio”: o falante/escritor que se “biparte” e se torna o próprio interlocutor, dessa

maneira, são utilizados processos constitutivos da LF na organização da escrita, uma vez que o autor cria a imagem de um interlocutor ao qual se dirige - sua própria pessoa -, portanto, incorpora mecanismos de planejamento, monitoramento e execução da LF.

2.3 GÊNESE DO ENSAIO E ORALIDADE

Passa-se, agora, à discussão de hipóteses mais pontuais para circunscrição do gênero ensaístico-montaigniano, por meio da reconstrução de possíveis marcas de oralidade.

As marcas de oralidade dizem respeito à forma como o autor partilha de procedimentos de estruturação discursivos característicos da fala.

Numa situação de interação verbal, concretizada por meio do texto falado, há uma relevante variável que deve ser levada em consideração para o entendimento de qualquer forma de construção discursiva oral: a interação presencial entre destinador e destinatário do discurso, entre enunciador e enunciatário, entre falante e ouvinte.

Dessa forma, no quesito *planejamento* do discurso a ser proferido em situação conversacional situada, tais variáveis interferem de maneira decisiva no direcionamento que o falante imprime à estruturação discursiva.

Por conta disso, é possível deduzir que as variáveis do ato conversacional tornam comuns procedimentos de estruturação lingüístico-discursivos, os quais permitem – para além de um mero improviso – a mobilização de estratégias diversificadas pelo falante.

Quanto maior o domínio do aparato lingüístico – inclusa a dimensão da elaboração de estratégias discursivas – maior é o número de possibilidades à disposição do falante, para que atinja determinada finalidade, no intercurso do ato conversacional no qual está engajado.

O falante coordena aspectos cognitivos, lingüísticos e discursivos (estratégias de produção), e assim ocorre, igualmente, o binômio: condições de produção/competência lingüística.

Para relacionar procedimentos próprios da LF ao processo de construção textual dos Ensaios, de Michel de Montaigne, é bom lembrar especificidades da conversação, isto é, da Interação Verbal.

Castilho (1989) discute cinco escalas de Interação Verbal, entre as quais figura a oratória, definida como exposição oral pública ornamentada, com fins de persuasão.¹⁴

Na Antiguidade Clássica, devido às contendas pela posse de terras travadas por membros do exército romano – os quais passavam longos períodos de tempo ausentes de seus lares, e por conta disso necessitavam reivindicar constantemente a legitimação de suas posses perante os magistrados, - a oratória surgiu como arte serva da persuasão, uma verdadeira necessidade, que requintou o exercício da magistratura em Roma (ROBERTS, 2001, p. 215-225).

O papel da oratória no mundo antigo ocidental – fruto derivado da retórica, arte de planejamento e embelezamento do discurso, principalmente da fala em público, sistematizada em inúmeros tratados, incluso o de Aristóteles – *Arte Poética* e, o tratado desaparecido *Retórica* - era o convencimento, em geral de uma corte deliberativa, de cuja decisão dependia a validade da posse de terras e/ou propriedades, ou, ainda, a imposição das penalidades relativas ao descumprimento da legislação vigente (GUIRAUD apud MELO, 1976).

Em torno de decisões acerca da propriedade e/ou validade de alguma sentença, era preciso que, para além do embelezamento da fala, o discurso fosse estruturado de maneira a ser convincente: dessa eficácia lingüística dependia a própria mobilidade social na sociedade romana.

O papel dos oradores, nesse contexto, era partir de um tema, uma idéia, sistematizar uma série de argumentos, embelezando-os e fundamentando-os com dados convincentes – e para que um dado fosse convincente, naquela época, era necessário haver verossimilhança, ou seja, proximidade em relação à verdade do mundo natural.

No fragmento seguinte, Montaigne comenta o modo como os animais seguem mais a natureza do que os homens, e o exemplo deveria ser seguido pelos humanos:

¹⁴ As outras formas são: Gíria, Exposição Institucionalizada, Interação Simétrica e Interação Assimétrica.

Alegar, para amesquinhá-los, que obedecem simplesmente à natureza, sua orientadora, realmente não significa que careçam de saber e discernimento, significa, isso sim, que possuem essas qualidades em mais alto grau do que nós, graças a tão admirável professora (MONTAIGNE, 1984, p. 215).

Por isso, na obra de oradores, tais como Cícero, Juvenal, Marcial ou mesmo Sêneca, percebe-se uma preocupação constante com a comparação entre fatos humanos e fatos da natureza.

Nessa perspectiva, os recursos de comparação, por meio da fala, caracterizaram a oratória como a arte do convencimento, e nisso o peso dos exemplos da realidade era muito grande.

A quantidade de exemplos citados por Cícero para suporte de seus argumentos é de volume considerável.

Por outro lado, as ações humanas retas, pautadas pela ética, eram consideradas, por dedução, como derivação das leis naturais, como se depreende do fragmento seguinte, retirado da súpula do estoicismo romano – as *Meditações*, do imperador-filósofo Marco Aurélio:

Conserva-te simples, bom, puro, digno, inimigo da opulência, amigo da justiça, piedoso, benevolente, terno, firme no cumprimento de teus deveres. Luta por ser como te quis fazer a filosofia. Adora os Deuses. Protege os homens. A vida é curta. Da existência terrena os únicos frutos são a disposição virtuosa e os atos úteis à sociedade. [...] Da mesma forma, o trabalho do homem também não é contrário à natureza, desde que faça o que deve fazer o homem. E também não lhe pode ser nocivo, não sendo contrário à natureza (MARCO AURÉLIO, 2003, p. 58).

Essa estrutura de pensamento, comum aos pensadores estoicos, é retomada em muitos ensaios de Montaigne e, como será tratado no terceiro capítulo, está na base até mesmo das reflexões do autor a respeito das práticas médicas.

No entanto, o que interessa no presente momento, é como essa estrutura de pensamento engendrou processos de construção textual, no caso, por meio da oratória, com o partilhamento de estruturas características da fala.

Montaigne cita constantemente pensadores estoicos –os quais, em grande parte, realizavam dupla jornada entre a política e a elaboração de textos

filosóficos - para embasar sua argumentação, ou apenas para exemplificar algum raciocínio, utilizando-se sistematicamente do recurso da exemplificação e da comparação entre fatos da vida humana e da natureza, tal como na oratória.

Desse modo, é possível deduzir que os recursos característicos de estruturação da LF engendraram a oratória, e que devido ao conhecimento de Montaigne acerca da cultura latina ser muito grande por ter sido alfabetizado em latim e ter nutrido desde tenra infância contato muito próximo com os ideais da civilização romana, que um ponto de intersecção entre sua produção ensaística e a oralidade se dá por intermédio da oratória latina.

Abundam no texto montaigniano citações e menções a oradores romanos: dessa forma, as marcas de oralidade em seu processo de construção textual apresentam uma dimensão dupla.

Ao passo que diversos trechos são transcritos literalmente do texto original em latim e o ritmo do texto aproxima-se ao ritmo de um texto falado proferido em público, em termos estruturais, por outro lado, lançar mão de procedimentos de exemplificação e comparação entre fatos da vida e da natureza, isso é também um ponto de contato com a oralidade, por intermédio da arte oratória latina.

O Ensaio *Da grandeza romana* inicia como se fosse um discurso, pois o autor inclusive utiliza o verbo “dizer” para propugnar sua entrada no assunto-título do texto:

Quero dizer apenas uma palavra a propósito deste assunto inesgotável, a fim de mostrar o simplismo dos que colocam em pé de igualdade a grandeza romana e as míseras grandezas de nossa época[...]Marco Antônio observava que a grandeza do povo romano se manifestava menos pelo que tomava do que pelo que dava. Na realidade, um século antes de Antônio, apossara-se de um reino, entre outros, mediante um ato de autoridade como não conheço igual na história, suscetível de dar mais alta idéia de seu poderio[...]O rei, embora vitorioso, renunciava, ante três linhas do Senado, à conquista de um país grande como o Egito: justifica-se portanto que comunicasse pouco depois por seus embaixadores ter acolhido a injunção com o respeito que devotava aos deuses imortais (MONTAIGNE, 1984, p. 314-315).

Os argumentos são enfatizados com dados contundentes da realidade, no intuito de defender a idéia de que a grandeza de Roma teria sido de

fato incomparável, principalmente em relação aos feitos dos contemporâneos de Montaigne.

Esse procedimento de enfatizar as idéias por meio da exposição de dados da realidade é uma marca de oralidade nesse ensaio, pois trata-se de um recurso característico da oratória latina, atualizado por Montaigne.

A própria entrada no assunto da grandeza de Roma se dá por intermédio do verbo que remete à fala, o autor escreve que “quer **dizer** apenas uma palavra” acerca desse tema, como se encarasse uma multidão enquanto estrutura seu discurso.

Ainda nesse sentido, é necessário remarcar que além da influência direta exercida pela Oratória latina no processo de construção textual dos Ensaaios, ocorre ainda uma influência indireta, na própria gênese da obra de Montaigne.

O maior amigo de Montaigne em vida foi Étienne de La Boétie, escritor e poeta francês, cuja principal obra- *Discurso sobre a Servidão Voluntária* - um inflamado libelo contra qualquer modalidade de opressão, foi confiada pelo autor a Montaigne, para que fosse publicada postumamente, devido a uma situação generalizada de perseguição político-religiosa ocorrida no contexto da reforma protestante na França.

Ao receber a obra das mãos de Boétie, a empolgação de Montaigne foi tamanha que se pôs a escrever ensaios, os quais serviriam de “moldura” ao inflamado manifesto contra a tirania, característica esta que podia bem definir o período histórico no qual viveram os autores (COELHO, 2001).

Os “Ensaaios”, em contrapartida, são ponderações em tom diplomático, ameno, conciliador, se comparados à tonalidade exaltada do texto de Boétie: O *Discurso sobre a Servidão Voluntária* segue os moldes tradicionais da oratória latina, supra caracterizados.

Todavia, aqui é importante inserir a ressalva de que os recentes estudos em Língua Falada e Interação Verbal no Brasil excluem a oratória de seu campo de constituição de *corpus*, justamente devido à característica do planejamento prévio e do exagero (tonalidades inflamadas) - elemento necessário para que o discurso se torne mais convincente, mas que excluem a espontaneidade praticamente absoluta da elaboração discursiva que antecede o ato conversacional (CASTILHO, 1989).

Guiraud (apud MELO, 1976), afirma que há três tonalidades possíveis para o discurso, as quais caracterizariam três possíveis estilos: o simples, o médio e o sublime.

O discurso político-jurídico – campo fértil ao advento da oratória -, sem dúvida, partilha do estilo sublime: o texto de Boète é exemplo preciso desse modelo temático-formal, caro à Antiguidade Clássica e subjacente ao aparecimento histórico das instituições republicanas, ou seja, o discurso retórico.

No entanto, além da parte pronta de todo discurso, na antiguidade, havia ainda o espaço para o improvisado, o qual era determinado pela reação do público e, dessa forma, há espaço para as variáveis que determinam o compartilhamento das estruturas discursivas próprias da fala, ou seja, deve-se também ressaltar o contato presencial entre falante/produzidor e ouvinte/receptor do texto, o que caracteriza uma situação de interação verbal típica da fala.

Montaigne, ao dialogar com essa forma discursiva, visualiza um ponto de partida formal para a composição de seus ensaios: tal como uma “moldura reflexiva” a um texto com tomadas de posição firmes e altamente subversivas para a época em que foram aglutinadas.

Tão incendiárias eram – e são ainda – as proposições de Boète que, por precaução muito bem refletida, Montaigne não as publicou junto de seus ensaios, tão menos em vida (COELHO, 2001).

Contudo, o que se depreende de tais influências, novamente, é o ponto de contato com a oratória latina, dessa vez sob o viés formal, em termos de macro-concepções textuais, na própria gênese dos Ensaios de Montaigne.

E essa remissão, mesmo subliminar, reforça a hipótese de que a especificidade do gênero ensaístico se dá em estreita comunicação com a oralidade, isto é, com procedimentos de estruturação discursivos característicos da Língua Falada.

Nesse sentido, para reforçar tal hipótese, sob outro ângulo, pode-se referir à importância do conhecimento que Montaigne detinha acerca da vida e obra de Sócrates.

O pensador francês revela sua admiração pelo método socrático de investigação filosófica em inúmeros pontos dos *Ensaios*:

Da freqüentação do mundo tira-se uma admirável clareza para o julgamento dos homens. Estamos todos trancados e encolhidos em nós mesmos e temos a visão limitada ao comprimento de nosso nariz. Perguntaram a Sócrates de onde ele era. Ele não respondeu: “De Atenas”, e sim: “do Mundo”. Ele, que tinha o pensamento mais aberto e mais amplo, abarcava o mundo como sua cidade, projetava seus conhecimentos, sua sociedade e suas afeições para todo o gênero humano, e não como nós, que olhamos apenas à nossa roda (MONTAIGNE, 1984, p. 455).

Estender o pensamento a todos é o exercício do método socrático: a *Maiêutica*, este termo, em grego, possui o sentido de *dar à luz*, ou ainda, a atividade da parteira: Sócrates colocava-se diante de seus concidadãos como o *parteiro da verdade*, ou seja, ao filósofo caberia a principal atribuição e função diante da polis de *dar luz à verdade*.

Esse processo, entendido como "trabalho de parto" etéreo, dar-se-ia por meio de diálogos sobre os mais variados assuntos, com interlocutores os mais improváveis e diversificados.

Em seus ensaios, Montaigne dialoga acerca de diversos assuntos, tendo como interlocutores personagens ilustrativos de seu tempo, acerca dos quais reflete e, ainda, traça reflexões a respeito das estruturas de pensamento da antiguidade, por meio da mesma “epistemologia discursiva” inaugurada por Sócrates, na qual a linguagem adquire função de mediadora entre o pensamento e a realidade.

Dessa forma, a importância de delimitar especificidades da linguagem empregada por Montaigne em seus *Ensaaios* é fundamental para a circunscrição das estruturas de pensamento com as quais dialoga na composição de seu método (assistemático) de reflexão, qual se dê por intermédio do processo de construção textual.

Para o desenvolvimento desse processo, portanto, é relevante o ponto de remissão à oralidade, pois ocorre uma transmigração de peculiaridades, uma transmutação de formas, por meio da qual os *Ensaaios* partilham de estruturas características da Língua Falada.

Contudo, ainda na Grécia Antiga, o primeiro sentido do termo *Dialética* - tal como Platão desmembrou do método de investigação filosófica inaugurado por seu mestre – Sócrates - advém, igualmente, da oralidade: trata-se do

diálogo entre os cidadãos livres da *polis*, no intercurso do amplo e informal processo de conversação pública, então denominado **filosofia**.

Averigua-se aqui, portanto, a forma como a Maiêutica Socrática, a Dialética Platônica, a Oratória Latina e a Ensaística Montaigniana, por analogia, partilham dos procedimentos de estruturação discursivos característicos da Língua Falada.

Trata-se, portanto, de uma preocupação antes relativa à forma dessas manifestações do pensamento humano intermediadas pela linguagem, do que com os conteúdos por elas expressos.

Sócrates sentia-se imbuído de uma "missão filosófica", seria ele o "guardião da verdade", contudo, a verdade deveria ser um exercício de formulação de objeções a concepções cristalizadas; sobretudo, a si mesmo.

Montaigne, ao seu turno, inicia seus *Ensaíes* com a ressalva de que a matéria-prima de suas reflexões é ele próprio, a quem, contudo, possui de antemão uma série de objeções e, dessa maneira, ironicamente, estende tais objeções ao livro que se segue ao intróito.

Sócrates, por outro lado, tinha dificuldades em formular objeções a si mesmo, pois as outras pessoas achavam que sabiam algo sobre a verdade e ele, ao contrário, achava que não sabia muito sobre a verdade, uma vez que ela residiria no processo constante de redarguição intersubjetiva (PLATÃO, 2001).

Da mesma forma faz Montaigne, efetuando auto-exames, autocríticas, buscando conhecer-se a si mesmo – tal como na fórmula socrática - e emparelhando os pensamentos de diversos autores, como fossem as opiniões de ilustres cidadãos transitando pelas ruas da uma *àgora* imaginada, qual ensejo à ensaística renascentista.

Por último, como uma derivação das estruturas dialógicas migradas dos métodos clássicos de estruturação do pensamento e de ação lingüística, pode-se depreender que algumas reflexões de Montaigne possuem ainda outro grau de remissão à oralidade, por este turno, relativo ao desdobramento de seu próprio eu.

Algumas reflexões contidas nos *Ensaíes* parecem dirigidas ao próprio autor, qual seja um desdobramento de si, aquele a quem se dirige: trata-se de um lugar-sujeito que vai questionando os papéis que assume, dessa forma, pode-se deduzir uma espécie de *metalinguagem enunciativa*, que consiste numa

linguagem subjetiva voltada à si mesma – o que, por sua vez, torna-se um recurso apropriado à reflexão, pois permite a auto-análise tão cara à filosofia socrática.

Na ciência, a “patologia da linguagem” estuda as formas monológicas de comunicação, ao passo que a lingüística ocupa-se das formas dialógicas, nas quais ocorre negociação de sentidos entre interlocutores situados.

No entanto, o desdobramento de si, o interlocutor virtual ao qual Montaigne se dirige, por vezes, configura-se por meio de uma complexa rede de interconexões, as quais revelam a presença intrínseca da polifonia discursiva, isto é, as múltiplas vozes que habitam o discurso (BAKHTIN, 1992).

Ao falar de si para si, Montaigne projeta também a imagem de um leitor ao qual se dirige, a quem formula estratagemas, cujo propósito é ludibriar camadas superficiais de entendimento, buscando atingir os “bons entendedores”, aplicando o bom humor ao mesmo tempo em que seduz os mais inteligentes, que não “se perdem”, em meio às teias de desdobramentos e virtualizações de interlocutores que o autor lança às vistas do leitor de maneira quase sub-reptícia (COELHO, 2001).

Nesse patamar, completa-se a quadratura aqui proposta para verificar marcas da oralidade nos Ensaio de Montaigne; retomando-os: 1-) Os ritmos e técnicas de estruturação discursiva característicos da Oratória Latina; 2-) A influência formal do *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, de Étienne La Boétie; 3-) As formas de reflexão filosófica surgidas na Grécia Antiga, baseadas no dialogismo; 4-) A virtualização de interlocutores: desdobramentos do **eu** e do **tu**, atestando a multiplicidade de vozes que compõem o discurso.

Esses indícios apontam caminhos instigantes para a pesquisa filológica, os quais não poderão ser aprofundados nesta ocasião, mas que sugerem continuidade a este trabalho de pesquisa.

Para o momento, funcionam como suporte à hipótese traçada – e em certa maneira a confirmam -, de que as marcas de oralidade influem enquanto processos de construção textual dos sentidos nos Ensaio de Montaigne.

2.4 ESTRUTURA TÓPICO-DISCURSIVA NO ENSAIO *DA CRUELDADE*

Passa-se agora a considerar em que medida alguns dos processos aludidos nos tópicos anteriores constituem marcas de oralidade em fragmentos do ensaio *Da Crueldade*, de Michel de Montaigne, o qual apresenta uma estruturação bastante apropriada para a visualização dessas questões.

É preciso ressaltar dois aspectos nesta análise: buscou-se verificar o quesito da *organicidade* na disposição tópica do texto, dessa forma, a estrutura de topicalização foi identificada e transcrita na ordem de aparição no texto.

Alguns pontos foram exemplificados com fragmentos do texto de Montaigne, uma vez que a totalidade estrutural não pode ser esgotada, para o contexto do presente estudo, no entanto, é possível apontar alguns caminhos para que um estudo mais detalhado possa ser empreendido em outra ocasião.

De início, aponta-se a presença de um Supertópico, que coincide com o título do texto, ou seja, o tema mais geral, a referência, o enquadre mais amplo, nesse ensaio, é o tema da crueldade.

Esse tema se desdobra em vários tópicos, o que aponta no ensaio (escrito) para uma estrutura de organização discursiva que partilha os processos de estruturação característicos da LF.

O que chamamos de Tópico 1 – T1 – trata da virtude, considerada como a característica humana cuja presença ou ausência possibilita o aparecimento de condutas adequadas ou inadequadas ao indivíduo, marcadas, no caso, pela crueldade.

Esse tópico se desmembra em seis subtópicos – centramentos mais específicos - relativos à forma como a virtude se manifesta em campos distintos da atividade moral, espiritual e intelectual do homem: são os seguintes: SBT1- Virtudes em Deus e no homem; SBT2- A Virtude para os filósofos estóicos e epicuristas; SBT3- Virtude em Epaminondas: “É porque a virtude se favorece na luta que Epaminondas, adepto, entretanto, de uma terceira seita, recusa as riquezas que muito legitimamente lhe oferecem os fados, pois quer, diz, lutar contra a pobreza, e a sua era grande e nunca o abandonou.”; SBT4 – Virtude em Sócrates; SBT5 – Virtude em Epicuro; SBT6 – Virtude em Catão; SBT7 – Sobre a morte; SBT8- sobre

as personalidades propensas ao vício; SBT9 – Nacionalidade e virtudes correlatas¹⁵(MONTAIGNE, 1984, p. 198).

Por meio de uma locução que na LF seria classificada como rema – que consiste naquilo que se afirma a respeito do tema, podendo ou não retomá-lo - , o autor “direciona os holofotes” àquilo de que está falando.

Assim Montaigne muda o Tópico, ou seja, muda o enfoque, a referenciação do texto: “A propósito, uma palavra a meu respeito”, e segue versando sobre a sua relação pessoal com a virtude e com os vícios (MONTAIGNE, 1984, p. 198).

Nesse novo Tópico, Montaigne, além de discorrer sobre os melindres de sua personalidade, apóia-se nas vidas de personagens marcantes da civilização clássica para comparar a conduta deles ao seu próprio exercício da virtude : SBT1 – Virtude em Antístenes; SBT2 – Virtude em Aristipo; SBT3- Virtude em Epicuro.

Num procedimento de reativação do Tópico corrente, o autor se dirige a um interlocutor – o leitor projetado – por meio do seguinte questionamento: “Será verdade que, para sermos completamente bons, tenhamos de o ser por disposição natural e inconsciente, independentemente de leis, raciocínios e exemplos? (MONTAIGNE, 1984, p. 198).

SBT4- Estóicos: virtudes como sistema; SBT5-Corpo Humano como sistema; SBT6-Aristóteles e os Peripatéticos; SBT7-Sócrates e a virtude; SBT8- Amigos de Estílpon.

O autor pontua esses sub-temas com o procedimento de desativação tópica de **digressão**, ou seja, por uma conversa paralela, que dilui o tópico: “*Minha inocência é inata e ingênua; tenho pouca vontade e pouca malícia*” (MONTAIGNE, 1984, p. 198).

Inserese repentinamente o Tópico 3, por meio de uma remissão ao Supertópico, - a crueldade - que aparece pela primeira vez no ensaio lexicalizada: “Entre os vícios um há que detesto particularmente: a **crueldade**” (MONTAIGNE, 1984, p. 201).

¹⁵ Não é preciso transcrever literalmente todos esses Subtópicos para demonstrar o raciocínio traçado, uma vez que isso só ajudaria a comprovar os assuntos tratados no texto, disponíveis nas edições consultadas.

O enfoque adotado por Montaigne nesse novo tópico é dirigido à reflexão acerca da crueldade humana em relação aos animais, pois segue o autor, em relação ao “vício” da crueldade:

Por instinto e por reflexão, considero-o o pior de todos; e cheguei mesmo a esta fraqueza de não poder ver matarem um frango sem que me seja desagradável, nem posso ouvir uma lebre gemer nos dentes dos cães, apesar de adorar a caça (MONTAIGNE, 1984, p. 201).

Esse tópico desmembra-se em um subtópico acerca do controle das paixões relativas à volúpia e imoderação dos apetites, e isso é importante para evitar a crueldade, pois a volúpia: “quando levada ao paroxismo, nos domina a ponto de destruir-nos a razão” (MONTAIGNE, 1984, p. 201).

Após essa reflexão, o tópico anterior retorna, dessa vez focalizando a atividade da caça, como o terreno da ação humana onde a crueldade se manifesta por meio de “uma impotência momentânea da razão” (MONTAIGNE, 1984, p. 202).

Esse tópico é desativado subsequente por meio de uma digressão, na qual Montaigne retoma o mito de Diana, a deusa romana da caça, e suas representações de indiferença diante do amor.

Essa desativação tópica possui um caráter de divagação fortemente caracterizada numa relação lógica que pode ser inferida da utilização da locução “Por isso os poetas representaram Diana indiferente”, como o autor se permitisse tecer uma especulação que viesse a confirmar o tópico anterior e, ainda, como se essa “novidade” tivesse lhe ocorrido pela eminente reflexão (MONTAIGNE, 1984, p. 202).

O processo de dirigir um pensamento a si próprio enquanto interlocutor marca, nesse contexto, a presença e atuação da digressão enquanto mecanismo de Desativação Tópica.

No entanto, o caráter de desativação do tópico é mesmo confirmado pelo mecanismo de reativação subsequente: “*Volvamos ao nosso tema*” – novamente o Rema que confirma o Tema -aqui o autor chama a si próprio para o retorno ao supertópico: a crueldade.

Dessa forma, a crueldade é novamente topicalizada, com o seguinte enfoque – como se dá a crueldade nas misérias alheias: “Entristecem-me grandemente as misérias alheias” (MONTAIGNE, 1984, p. 202).

Este tópico desmembrar-se-á em subtópicos relativos a SBT1-Choro; SBT2-Morte; SBT3-Execuções capitais; SBT4-Crueldade nas execuções ordenadas por soberanos de Roma.

No quarto subtópico, ocorre uma transição gradual ao tópico seguinte-T5- que trata de Crueldades desferidas ao corpo humano, mesmo após a morte:

Os selvagens que assam e comem o corpo dos mortos, provocam em mim uma impressão menos penosa do que os que os atormentam e torturam quando ainda em vida; não posso sequer assistir calmamente às execuções capitais impostas pela justiça, por mais razoáveis que sejam[...] Alguém, querendo dar uma prova da demência de Júlio César, dizia: era suave em suas vinganças: Tendo forçado alguns piratas a se renderem contentou-se com os mandar estrangular, só os crucificando depois de mortos. Sem dizer quem foi esse historiador latino que se atreve a considerar demência o fato de apenas mandar matar o ofensor, fácil é adivinhar que estava sob a impressão dos horríveis e repugnantes exemplos de crueldade que os tiranos de Roma puseram em voga. [...]Tais atrocidades não devem exercer-se nos que ainda vive e sim na carcaça (MONTAIGNE, 1984, p. 202).

Por meio dessa transição, Montaigne transfere o enfoque da crueldade dos romanos para formas de crueldade para além da morte e, nesse contexto, insere uma citação do pensador Romano Marco Túlio Cícero, a qual funciona como uma paráfrase exemplificativa do tópico em andamento:

Mas os poetas ressaltam muito bem o horror que essas sevícias acrescentam à morte: Ah! Que se arrastem desonrosamente por terra, gotejando sangue, os restos de um rei semiqueimado, ossos à mostra (MONTAIGNE, 1984, p. 202).

Ainda como recursos exemplificativos e subtópicos que reativam o enfoque, Montaigne cita casos de crueldade no período em que viveu: “Vivo em uma época em que, por causa de nossas guerras civis, abundam exemplos de incrível crueldade. Não vejo na história antiga nada pior que os fatos dessa natureza [...]”, e também subtópicos relativos às formas de castigo adotadas por Artaxerxes na

Pérsia antiga, e pelos Egípcios, além de pontuar o tópico com outro subtópico acerca de um condenado que sentiu-se aliviado por saber que de última hora trocaram o procedimento de sua execução: “E parecia ter se livrado da morte, tão-somente porque trocara a maneira de morrer” (MONTAIGNE, 1984, p. 202-203).

A Mudança de enfoque, nesse ponto do texto, característica anteriormente identificada na LF, ou seja, fluidez de tópicos e dispersividade informacional – a riqueza desse processo, dessa maneira, no ensaio em questão, torna-se visível, pois aumenta o grau e a densidade das referências que são transportadas para o texto.

Antes dos sucessivos estágios de re-enfoque, cabe ressaltar a digressão que confirma o processo de desativação tópica neste trecho, acerca da idéia egípcia do sacrifício de porcos: “Idéia ousada essa de querer pagar com pinturas e simbolicamente a Deus, que é substância essencial”, porém, a digressão caracteriza-se aqui pela forma como o autor se desdobra em interlocutor de si mesmo (MONTAIGNE, 1984, p. 203).

Assim, dialoga com a instância enunciativa desdobrada, por meio da anteriormente referida *metalinguagem enunciativa*, o que resulta no efeito de sentido de descontração, próprio da digressão, pois ocorre uma espécie de “rarefação” na carga de informações. Após a utilização desse procedimento de desativação tópica, imediatamente, terá espaço o procedimento de re-focalização/retomada.

Dessa forma, novamente ocorre a transição gradual entre os tópicos discursivos, no ponto em que Montaigne passa a comentar –T6- sobre a crueldade de matar unicamente pelo prazer de tirar a vida de outrem.

Para exemplificar o tópico, o autor lança mão de uma citação de Sêneca, buscando definir este que considera o pior tipo de crueldade a que o homem pode chegar – matar por crueldade: “É o último grau a que pode atingir a crueldade: que um homem mate um homem, sem ser impelido pela cólera ou o medo, e unicamente para o ver morrer”. (MONTAIGNE, 1984, p. 203).

Esse tópico dá lugar, por meio de uma transição tópica marcada pelo enfoque criado na reflexão do usuário-produtor do texto, novamente, à crueldade dos homens para com os animais, em SBT1:

Quanto a mim, nunca pude sequer ver perseguirem e matarem um inocente animal, sem defesa, e do qual nada temos a recear, como é o caso da caça ao veado, o qual, quando sem forças e sem fôlego, e sem mais possibilidades de fuga, se rende e como que implora o nosso perdão com lágrimas nos olhos: gemendo, ensangüentado, pede mercê (MONTAIGNE, 1984, p. 203).

Para exemplificar o tópico, Montaigne cria também os seguintes subtópicos: SBT2-O tratamento dado por Pitágoras aos peixes; SBT3-Sobre como a crueldade humana em relação aos animais revela a propensão natural do homem à inumanidade; SBT4-Das recomendações da Teologia de afabilidade para com os animais; e a passagem gradual do SBT5-Sobre Pitágoras e suas concepções a respeito da alma humana ao SBT6- da forma como os druidas – líderes religiosos da França pré-latinizada – incorporaram a doutrina pitagórica da *metempsicose*, na qual as almas humanas reencarnariam, após a morte, nos corpos de animais, de acordo com suas ações praticadas durante a vida - dessa forma, para os druidas, Deus:

Aprisiona as almas em corpos de animais: a que foi cruel no urso, a do ladrão no lobo, a do velhaco na raposa e depois de ter passado assim por mil metamorfoses, purificadas enfim no rio do esquecimento, são devolvidas às suas primitivas formas humanas. A alma valente encarnavam-na em um leão: concupiscente em um porco; covarde, em um veado ou uma lebre; maliciosa, em uma raposa; e assim por diante, até que, purificada pela penitência, voltasse para o corpo de um homem: eu mesmo recordo-me quando da guerra de Tróia, era Eufórbio, filho de Panteu (MONTAIGNE, 1984, p. 203).

Logo após esse trecho, Montaigne muda o enfoque e o tópico discursivo, por meio de uma asserção parafrástica: “Não concordo com esse parentesco entre os animais e nós” (MONTAIGNE, 1984, p. 203).

É preciso ressaltar agora que as paráfrases reafirmam o Supertópico e, portanto, não são indícios contrários à mudança de tópico.

Mesmo que a paráfrase seja considerada uma retomada, ela pode se dar por meio de enfoques distintos: é preciso considerar aqui a sua dimensão recategorizadora, ou seja, a paráfrase re-insere determinado assunto em seu campo discursivo original, e dessa forma procede na reconstrução do contexto que possibilita a coerência textual.

A mudança tópica, no entanto, é entendida como mudança de enfoque, isto é, enquanto mecanismo de referenciação, que se dá por meio da inserção de novos dados informativos e respectivas abordagens discursivas.

Na seqüência, o oitavo tópico – T8- trata do possível parentesco e/ou hierarquia existentes entre homem e animal; dessa forma, a referenciação desmembra-se nos seguintes subtópicos: SBT1-Por meio de uma citação de Juvenal, Montaigne mostra como se dava esse sistema valorativo no Egito antigo; SBT2- As concepções de Plutarco sobre os atributos humanos dos animais; SBT3- Sobre a presunção de superioridade do homem em se achar superior aos animais.

É curioso notar como o SBT2 do T8 modifica completamente o enfoque criado para o SBT6 do T7, contudo, mantendo o equilíbrio nas comparações:

A interpretação muito aceitável que dá Plutarco desse erro, é também, honrosa para os animais; não era o gato ou o boi, por exemplo, que os egípcios adoravam e sim os atributos divinos que simbolizavam: no boi a paciência; no gato a vivacidade; ou como os borguinhões e os alemães, o gosto pela liberdade que eles colocavam acima de tudo o que vinha de Deus (MONTAIGNE, 1984, p. 204).

Esse trecho demonstra a propensão de Montaigne em elencar visões de mundo distintas enquanto procedimento de construção textual dos sentidos: além dos exemplos provenientes das situações concretas nas quais se imiscuiu, o autor apresenta em seus textos não apenas autores variados, de inúmeras localidades, mas, freqüentemente, utiliza-se de pensamentos aparentemente díspares para atingir determinada finalidade enunciativa.

Faz parte do processo do Ensaio o diálogo entre essas distintas visões, o que constitui uma influência da Língua Falada: cabe ao analista do discurso visualizar em que medida essas distintas concepções dialogam entre si. O produtor de um texto falado freqüentemente menciona suas referências, como forma de suporte ao discurso “improvisado”, e do embate entre essas distintas visões de mundo o discurso vai sendo produzido.

Portanto, o estudo das marcas de oralidade nos “Ensaio” de Montaigne lança um entendimento agudo acerca de seus processos de construção textual, porque possibilita reconstruir procedimentos de estruturação discursiva por

meio da análise de marcas lingüísticas, de cuja superfície brotam as “estruturas profundas” do texto.

Na seqüência, Montaigne reafirma o T8, por intermédio de uma reelaboração textual de contextos enquadrados pelos subtópicos apresentados anteriormente:

Quando encontro em autores muito sensatos dissertações tendentes a provar certa semelhança entre os animais e nós, quanto participam de nossos próprios privilégios e quanto temos em comum, torno-me muito menos presunçoso e abduco sem dificuldades essa realeza imaginária do homem sobre as demais criaturas” (MONTAIGNE, 1984, p. 204).

Acerca dessa reafirmação tópica, o autor tece novamente reflexões digressivas, dirigindo-se ao próprio entendimento – é perceptível que essas conclusões foram possibilitadas pela discussão tópica anteriormente estabelecida: “Aos homens devemos justiça; às demais criaturas solicitude e benevolência. Entre eles e nós existem obrigações que nos obrigam reciprocamente” (MONTAIGNE, 1984, p. 204).

Após esse momento digressivo, Montaigne insere o último tópico discursivo no ensaio em questão, que funciona como algo próximo a uma digressão, se considerado em relação aos tópicos anteriores.

Por sua vez, o T9 pode ser considerado uma digressão que desativa o Supertópico, o qual permanece implícito nos tópicos, por meio das relações de organicidade, anteriormente discutidas.

O Supertópico se mantém implícito por ser o tema-título do ensaio - Da Crueldade –, e por isso está presente em todos os tópicos e subtópicos, sendo aludido em maior ou menor escala; algumas vezes, como no caso do T9, como o grau de alusão da organicidade vertical é baixo, então supomos que o Supertópico está implícito.

Observe-se que no título o termo “Da” antes de “Crueldade” anuncia que o texto irá tratar dos atributos e derivações conceituais do termo-chave; portanto, todos os tópicos, de fato, podem ser considerados, nesse sentido, variações conceituais com maior ou menor grau de remissão ao Supertópico.

No entanto, preferiu-se aqui considerar aquela digressão um tópico, para demonstrar de maneira mais pontuada sua organização interna.

Pode-se objetar que o T9, por tratar da relação entre homens e animais, não seja separável do tópico anterior, porém, neste o enfoque se dá na relação de conhecimento entre o mundo humano e o animal, e não sobre a esfera afetiva.

Dessa forma, optou-se por desmembrar T9 em nove Subtópicos, com as seguintes temáticas: SBT1-Relações entre Montaigne e seu cão; SBT2-Os Turcos e seus hospitais de animais; SBT3-Relações entre os romanos e seus gansos; SBT4-Sobre como os atenienses outorgaram a liberdade aos seus burros; SBT5-Sobre os funerais oferecidos pelos Agrigentinos aos animais; SBT6-Sobre como os egípcios embalsamavam os animais; SBT7-A afeição que nutria o eminente atleta Címon por sua égua vitoriosa, SBT8-Xantipo, o antigo, que nomeou o mar Egeu com o nome de seu cão; SBT9-sobre como Plutarco teve escrúpulos em vender seu boi de estimação.

Da separação de Supertópico, Tópicos e Subtópicos, assim como da menção aos processos de afirmação, retomada e diluição de assuntos, deduzem-se marcas de oralidade nos *Ensaíos*, de Montaigne.

É possível, assim, identificar características da fala no texto escrito, tais como a dispersividade informacional, a organicidade e a estruturação típica da fala e supor que a forma do texto se deve, em última análise, ao partilhamento desses procedimentos.

Essa análise, ainda que atida em poucos dentre vários aspectos pertinentes, pode ser aprofundada, pois permite identificar processos próximos da estruturação da LF na composição do texto escrito de Montaigne de maneira a propiciar o resgate de sentidos que poderiam passar despercebidos em outro tipo de análise.

Dessa forma, verificam-se os objetivos traçados anteriormente, pois a análise desses processos permite recompor os caminhos da construção textual dos sentidos e delimitar especificidades do gênero ensaístico.

Isso é possível porque se fez uso de instrumentos teóricos adequados, ou seja, a Análise da Conversação pode contribuir para elucidar procedimentos de construção textual também em textos escritos.

Dessa forma, em relação ao Ensaio *Da Crueldade*, conclui-se que ocorre no texto o compartilhamento de processos de estruturação discursiva característicos da Língua Falada – principalmente a estruturação textual em Supertópico, Tópicos e Subtópicos, e a utilização de procedimentos de ativação, reativação e desativação, os quais de acordo com Marcuschi (1990) e Castilho (1989) são procedimentos característicos da LF - e isso é fundamental para o entendimento da forma textual obtida pelo autor no gênero ensaístico.

Isso aponta também para a verificação do objetivo deste capítulo, pois permite supor que a abertura ao pensamento possibilitada pelo gênero ensaístico pode ser parcialmente explicada por meio da identificação de processos de estruturação discursiva característicos da fala.

Portanto, é possível identificar marcas da oralidade em gêneros textuais, bem como as derivações disso em recursos estilísticos, retóricos e argumentativos.

Também é possível evidenciar procedimentos de estruturação discursiva que não seguem os padrões canônicos da linguagem literária e/ou filosófica, contribuindo, assim, para identificação da singularidade na escrita ensaística de Michel de Montaigne.

Para esse propósito, foi adequada a utilização do instrumento teórico dos estudos sobre LF para análise e entendimento da especificidade do gênero ensaístico, cujo exemplar paradigmático consiste justamente na obra ensaística de Montaigne.

Novos estudos podem surgir dessa experiência: textos filosóficos, romanescos, poéticos, injuntivos, administrativos, políticos, jurídicos, burocráticos, esportivos, artísticos, crítica literária e/ou teatral podem apresentar, certamente, marcas de oralidade, pois a Análise da Conversação permite solucionar determinadas “incógnitas” de textos que rompem padrões normativos e/ou possuem uma marca de *hibridismo* entre fala e escrita, tais como os gêneros discursivos relativos à internet, ao telejornal, e às entrevistas jornalísticas.

Entender essas diferenças e instâncias de multiconstituição entre LE e LF, bem como os pressupostos lingüísticos adequados a cada situação em que ocorre Interação Verbal, isso é um construto relevante para pesquisadores, profissionais da palavra, lingüistas, professores e até para leitores atentos.

3 DOS SABERES NOS *ENSAIOS* DE MONTAIGNE

3.1 TRANSMUTAÇÃO DE SABERES

Montaigne viveu durante o séc.XVI(1533-1592) e sua existência atravessou, por isso, boa parte do século do Renascimento.

Nesse contexto, o Humanismo foi o movimento cultural que deu a tônica do *cinquecento* europeu, portanto, para designar essa visão de mundo centrada na valorização do ser humano e todas suas dimensões, pode-se falar em *humanismo renascentista*, perspectiva diferente, por exemplo, do *humanismo teológico* que teve cena na Idade Média.

A expressão cultural do Humanismo Renascentista foi a valorização de todas as instâncias do ser humano nos variados campos do conhecimento; isso gerou discussões que fundaram novos *saberes*, os quais tiveram por função sublinhar posicionamentos existenciais e ações políticas.

Nesta parte da dissertação, objetiva-se demonstrar como os saberes que circularam nesse contexto foram selecionados, filtrados e textualizados nos *Ensaio*s, de Montaigne.

Para designar esse processo, utiliza-se o termo *Transmutação de Saberes*, que nos permite refazer os caminhos de cristalização textual do conhecimento de mundo do autor dos “Ensaios”.

Os saberes com os quais Montaigne tomou contato não se resumem à produção teórica, literária ou filosófica do séc.XVI, mas acomodam uma síntese abrangente de toda a cultura medieval e, principalmente, da Antiguidade Clássica.

Isso se deve ao fato de ter sido preservada no Império Bizantino (373-1473 d.C.) toda a produção cultural da Grécia e de Roma, cuja tradição intelectual chegou em bom estado de conservação ao século do Renascimento e, sobejamente, inspirou novos rumos à cultura, à ciência, à política, às artes e à religião .

O principal fruto desse movimento de retomada, na filosofia, foi o surgimento de uma tradição *racionalista* - emblematizada pela obra de René Descartes e sua formulação paroxística: *cogito ergo sunt* -; contudo, isso não

ocorreu da noite para o dia, e a obra de Montaigne é também um exemplo pontual desse período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, intitulado Renascimento.

Holanda (1996) contextualiza esse processo sócio-histórico-simbólico e traça um panorama de como se davam os cruzamentos de saberes durante a Renascença:

É bem significativo o viço notável alcançado, em geral, durante o Renascimento, por estudos tais como o da **Retórica, da Magia, da Astrologia, da Alquimia**, que, na sua maior parte, julgamos hoje anti-científicos e ineficazes, por isso mesmo nos parece tender a uma daquelas escamoteações. Na primavera da Idade Moderna, quando à tradição medieval, árabe e cristã se alia a do mundo clássico, agora ressuscitada, povoando o céu de imagens “onde se transfiguram ganhando forças novas, as crenças mitológicas da Antiguidade”, longe de chegarem a desfalecer, é, ao contrário, um recrudescimento o que conhecem muitos desses estudos. Em todo o longo curso da polêmica dos **humanistas contra a escolástica e o aristotelismo**, a superioridade freqüentemente afirmada da Retórica em confronto com a Dialética e a Lógica relaciona-se para muito à sua capacidade de **aderir ao concreto e ao singular**, ou, ainda, à sua eficácia maior como instrumento de persuasão. Pode-se dizer que o influxo deste modo de sentir irá marcar ulteriormente o pensamento e, segundo todas as probabilidades, **a estética dos seiscentistas, dirigindo esta última, de um lado, no sentido de esquivar-se à expressão direta, e de outro, paradoxalmente, para a forma incisiva e sem meandros**. A propósito deste último aspecto houve mesmo quem relacionasse à especulação de certos humanistas a doutrina do estilo chão, propugnada pelos puritanos, e nela visse o prenúncio, quando não exatamente a causa do **racionalismo**. Contudo, o pano de fundo daquela especulação ainda é o complexo de ensinamentos contra os quais ela procura rebelar-se, ganhando forças através desta rebelião: o aristotelismo e a escolástica medieval, mas a escolástica de físicos e lógicos como o fora o português Pedro Hispano, não tanto a de teólogos, como o próprio São Tomás de Aquino (HOLANDA, 1996, p. 2-3) (Grifo nosso).

Da interpretação desse fragmento é possível extrair dados relevantes para o entendimento do termo *Transmutação de Saberes*, duplamente.

Primeiro, porque os saberes que hoje consideramos em grande parte *anti-científicos e ineficazes*, tais como a Alquimia, Magia, Retórica e mesmo a Astrologia, tiveram seu ápice no Renascimento.

Trata-se de saberes que estudavam a transformação dos elementos do mundo uns nos outros, quais sejam os elementos químicos em substâncias complexas, ou o posicionamento dos astros em relação à vida humana.

A alguns desses saberes, Montaigne se refere, por exemplo, expressando-se contrariamente aos prognósticos da astrologia e da futurologia; por outro lado, a visão de mundo subjacente ao advento desses saberes era a mesma do Humanismo Renascentista, marcada por um momento de transição de paradigmas.

Ora, é fácil perceber porque momentos de transição histórica geram angústia e saberes voltados para a transformação e adequação das coisas do mundo e do homem umas nas outras: trata-se de uma necessidade de adquirir flexibilidade para o enfrentamento das vicissitudes inerentes ao processo histórico.

No entanto, não se reivindica a primazia dessas formas de conhecimento sob o processo de transmutação textual dos saberes nos “Ensaio” de Montaigne: trata-se apenas de uma curiosidade, um dado do contexto vivido pelo autor que ajuda de maneira heterodoxa na visualização de seu processo de construção textual.

A segunda coincidência relativa à exposição de Sérgio Buarque de Holanda é a seguinte: objetiva-se aqui enfatizar o processo de transmutação de saberes enquanto procedimento para análise do Processo de Construção Textual de Montaigne.

A construção textual, portanto, assemelha-se, nessa perspectiva, ao trabalho do alquimista, e assim ocorre a ênfase nos saberes da Retórica, que, como demonstra o historiador, era utilizada contra os saberes lógico-dialéticos caros aos tomistas.

Contrapondo-se a isso, Montaigne foi um adepto e estudioso da retórica clássica.

Por conseguinte, Holanda (1996) menciona a querela dos humanistas contra a escolástica. Isso será explicitado no próximo tópico, na análise de fragmentos em que Montaigne critica adeptos da escolástica aristotélica.

No próximo grifo do fragmento transcrito, que trata acerca da primazia do concreto e do singular, essa questão fica evidente em muitos Ensaio, nos quais Montaigne valoriza o ponto de vista singular da própria subjetividade, em detrimento de filiações às linhas de pensamento tomistas.

Ora, isso reforça o ponto de partida teórico desta dissertação: para a Lingüística Textual, o sujeito/usuário da Língua possui a capacidade de reelaborar textualmente, de maneira singular, o contexto no qual insere suas ações de linguagem, e dessa forma criam-se os sentidos.

Montaigne, de acordo com essa concepção, constantemente valoriza a perspectiva adotada para a construção de todo o edifício de seus Ensaios: a própria subjetividade. Ora cambaleante, auto-depreciativo, ora altivo, sagaz e erudito, Montaigne assume, já no prefácio, ser o próprio “eu” a matéria fundamental de seu livro.

Isso demonstra também o que Holanda (1996, p. 3) quis dizer com a *estética seiscentista*, a qual se dirigiria, por um lado, “no sentido de esquivar-se à expressão direta, e de outro, paradoxalmente, para a forma incisiva e sem meandros”, ou seja, ao mesmo tempo em que Montaigne parte de suas experiências subjetivas e singulares para a reflexão, assume a própria assimetria e sinuosidades de seu espírito, pois o delineamento dessas questões é sobremaneira impalpável.

Na seqüência, a questão do racionalismo na obra de Montaigne.

A história da filosofia atesta que Descartes formulou a noção filosófica do *cogito ergo sunt* para contrapor-se à primazia do ceticismo na obra de seu predecessor na filosofia francesa: Michel de Montaigne.

Portanto, à descrição genérica da história das idéias traçada por Holanda (1996), enquadra-se a obra de Montaigne como um exemplo pontual, ou seja, como resultado cultural de um processo histórico.

Isso reforça a concepção aqui discutida da **determinação recíproca** entre texto, contexto – o qual só se torna acessível por meio de um texto - e procedimentos que resultam na transmutação de saberes, o que permite circunscrever a singularidade nos processos de construção textual de Montaigne, assim como a expressão da síntese de visões de mundo antagônicas e de saberes aparentemente díspares, conjugados com harmonia e sinuosidade nos *Ensaios*.

Na literatura lingüística, tem-se como referência para se pensar a Transmutação de Saberes os termos *Intersemiose*, e *Transmutação de Formas*, tal como apresentados por Panichi e Contani (2003):

A construção de um texto escrito depende, em muitos casos, da capacidade de construir formas e de levá-las a sucessivas transformações que são de natureza interlingual e intersemiótica. Dentre seus vários sentidos, tradução intersemiótica significa transmutação de formas.[...]Formas aparecem de modo contínuo[...]Como se trata de registrar um fluxo, o que se capta assegurará a recuperação de apenas uma parte do que vem à mente.[...]Há, portanto, uma espécie de química em que formas vão sendo sucessivamente transmudadas e oferecendo traduções de pensamento até o ponto em que se passa a dispor de frases escritas. Não há pensamento sem signos e estes fazem parte de uma cadeia, o que obriga a falar em termos de semiose. A semiose se apresenta, ela própria, como conjunto de formas em movimento (PANICHI; CONTANI, 2003, p. 6-8).

Como se depreende do fragmento, Intersemiose e Transmutação de Formas dizem respeito às reelaborações impingidas a determinados estados/formas de idéias de modo a fazê-las resultar em evento lingüístico ulterior, ou seja, trata-se do estudo de estados intermediários no processo de textualização, apontando assim para sucessivas reformulações de signos.

No livro em questão, os autores tratam da maneira como o memorialista mineiro Pedro Nava se utilizava de fichas, anotações, desenhos, esquemas e arquivos pessoais na elaboração de sua obra memorialística.

No caso desta dissertação, esses termos são fundamentais para que se entenda o procedimento de transmutação de saberes, que é uma forma de transmutação de formas, mais precisamente, da transformação do conhecimento de mundo do autor em estruturas textuais.

Uma vez que o conhecimento de mundo se traduz em diversos saberes contextualizados, optou-se neste trabalho pelo termo transmutação de saberes, para que fosse possível identificar nos Ensaio de Montaigne procedimentos estruturais que singularizam sua escrita ensaística.

Nesse sentido, pretende-se, com essa terminologia, reforçar a hipótese teórica que norteia este trabalho, assim como evidenciar contribuições da abrangente visão de mundo do autor para a criação de sua obra.

Como exposto no capítulo anterior, o gênero ensaístico se origina de um *continuum* entre fala e escrita, o qual adquire forma no trânsito multi-constitutivo das estruturas de pensamento que traduzem contextos históricos.

Nos próximos subitens, busca-se evidenciar essa perspectiva analítica e as conclusões que ela encaminha.

Os itens dividem-se por área de conhecimento como estratégia para ressaltar a abrangência da visão de mundo do autor, assim como sua perspicácia em transitar por esses elementos quintessenciais.

Para isso, exemplos do processo de transmutação textual de saberes foram selecionados dentre alguns dos *Ensaaios*, enquanto mote para a análise do processo de construção textual de Montaigne.

3.2 FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

O principal texto no qual Montaigne introduz os pressupostos teóricos de suas reflexões pedagógicas é o ensaio *Da Educação das Crianças*, no qual o autor cria um mosaico de proposições pedagógico-metodológicas destinadas à educação de um filho da nobreza quinhentista na França.

Franco (2006) contextualiza os fundamentos a partir dos quais Montaigne elaborou as proposições pedagógicas nesse ensaio:

Hoff relata que “a consciência individual”, nos tempos de Montaigne, não conseguia captar o resultado da atividade humana”, pois a ciência natural não estava desenvolvida para poder ser aplicada à produção. Dessa forma, Montaigne “reflete sobre a natureza e elege a natureza humana como centro de sua reflexão”. (MONTAIGNE, 1972, p. 3). Assim, Hoff expõe que o resultado só poderiam ser “propostas moralizantes de hábitos para indivíduos particulares”. E “a orientação educativa só poderia ser particularista: uma educação para o filho do príncipe ou do filho do nobre, com traços fortes da formação cavalheiresca (FRANCO, 2006, p. 5).

Para o entendimento da época em que viveu Montaigne é fundamental traçar um painel do contexto histórico para que seja possível verificar as relações estabelecidas entre o autor e o seu contexto. Nesse sentido, prossegue a autora:

É preciso definir que se trata de uma época da atividade cultural do humanismo renascentista, a qual manifesta sua autoconsciência contra o regime feudal, encaminhando a formação social burguesa, sem, no entanto, destruir o regime feudal (FRANCO, 2006, p. 5).

O período histórico em questão é o Renascimento Europeu, caracterizado fundamentalmente pela contraposição de duas visões de mundo: a visão antropocêntrica, vinculada à razão e à filosofia, e a teocêntrica, vinculada à teologia e à doutrinação religiosa

Montaigne insere-se nesse contexto e, por conta disso, sua obra reflete esse paradigma marcado pelo conflito de idéias e visões de mundo conflitantes.

Cabe acrescentar a esse contexto a eminência da Reforma Protestante geradora de verdadeiro caos político na Europa do séc.XVI, para que se tenha um panorama geral das inquietações presentes no pensamento de autores desse período.

O ensaio *Da educação das crianças* é um tratado pedagógico inserido nesse contexto de conturbação político-religiosa, e reflete as preocupações vigentes, assim como faz referência aos autores da filosofia antiga, inserindo o texto no quadro geral das preocupações renascentistas com a cultura e o conhecimento.

Inicia-se o estudo desse ensaio por meio da análise de um fragmento que contém uma proposição pedagógica a respeito do modo pelo qual o professor deve conduzir o aluno no processo de aprendizado:

É preciso que o obrigue a expor de mil maneiras e acomodar a outros tantos assuntos o que aprender, a fim de verificar se o aprendeu e assimilou bem, aferindo assim o progresso feito segundo os preceitos pedagógicos de Platão (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

O que fica evidente da leitura desse fragmento, numa primeira etapa, é a “autoridade” evocada para defesa de proposição metodológica contextualizada: o autor faz uso da cultura antiga, na menção a Platão, para dar forma a seu pensamento. Trata-se de um procedimento recorrente nesse e na maioria dos *Ensaio*s, ou seja, a menção aos autores clássicos da filosofia antiga para dar forma aos próprios pensamentos.

O fragmento subsequente é uma exacerbação do que o autor discute no parágrafo anterior: “É indício de azia e indigestão vomitar a carne tal qual foi engolida” (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

Subseqüentemente, ele critica os métodos pedagógicos praticados por seus contemporâneos, centrados na memorização, segundo os quais, o aluno simplesmente teria que repetir os conteúdos tal como houvera decorado dos livros.

Montaigne propõe, com isso, atividades que primem pela necessidade de estimular a contínua reelaboração dos saberes apreendidos pelo aluno, sendo tarefa do preceptor unicamente supervisionar o processo.

É mais evidente a natureza dessa proposição se forem discutidas relações entre o pensamento, a linguagem e a ação, assim como formas de relacionamento dessas três realidades lingüísticas.

Dessa forma, pode-se salientar a proximidade da proposição metodológica de Montaigne com os pressupostos teóricos do construtivismo piagetiano e wigotskiano, que permeiam o pensamento pedagógico contemporâneo¹⁶ (VIGOTSKY, 1998).

No fragmento transcrito, Montaigne posiciona-se, embrionariamente, contra as pedagogias autoritárias, que priorizam a repetição vazia e sem propósito de conteúdos transmitidos por um preceptor que é também detentor absoluto do conhecimento, em detrimento da capacidade reflexiva do aluno, considerado “tabula rasa” para a finalidade do aprendizado.

Por outro lado, as pedagogias de caráter experimental, surgidas na América a partir dos estudos de John Dewey, tem em Montaigne, também, um importante precursor.

O chamado “escolanovismo” postula que o professor deve ser apenas um instigador do processo de auto-construção do saber, que o aluno leva a cabo sem necessitar de uma rígida estrutura de ensino (DEWEY, 1979a).

Dessa forma, pode-se identificar no texto de Montaigne uma vinculação latente às proposições do escolanovismo, pois o autor sugere que ao aluno compete a reacomodar de maneira ativa os saberes apreendidos, e que deva se dar em um processo solitário de reelaboração discursiva dos assuntos da

¹⁶ Inclusive, as pedagogias de tonalidade sócio-crítico-reflexivas, tais como a crítica de Dermeval Saviani e a libertária de Paulo Freire, assentam suas barreiras epistemológicas na interação e aprendizado mútuo entre mestre e aluno.

realidade. Dessa maneira, o professor torna-se uma espécie de “facilitador”, tal como propõe Dewey (1979b).

Ainda em relação à atividade do preceptor de estimular posturas ativas ao aluno, mais um exemplo de como Montaigne se aproxima de posturas pedagógicas escolanovistas e de como se utiliza da ironia como forma de sublinhar estruturas de pensamento com as quais dialoga na construção textual dos sentidos:

1-)Se o aluno for de tão estranho temperamento que prefira ouvir histórias à narrativa de uma bela viagem ou à de sábios propósitos; que, ao som do tambor que excita o jovem entusiasmo de seus camaradas, se volte para quem o convida a ver histriões; que não ache mais agradável e reconfortante regressar, empoeirado e vitorioso de um combate do que vencedor na péla e na dança, (2-)não vejo outro remédio senão que o preceptor o estrangule logo, em não havendo testemunhas, ou que o coloque como pasteleiro – ainda que seja filho de duque – em qualquer das nossas boas cidades, (3-)pois ensina Platão que é preciso colocar as crianças não de acordo com as posses dos pais mas segundo as faculdades de seu próprio espírito (MONTAIGNE,1984, p. 83).

Em (1-) percebe-se a marca do contexto, nas ações apropriadas para a educação do pupilo que o autor considera imprescindíveis para um jovem nobre do período histórico do Renascimento, entremeadado por guerras civis e religiosas, e perigos de naturezas distintas.

A partir de (2-) a proposição interfere no contexto criado por meio do estilo irônico-hiperbólico, pois o autor não sugere literalmente homicídio, mas apenas que o preceptor deve estar atento aos melindres de seu aluno, os quais poderiam ser indícios de um caráter fraco e submisso.

Depreendem-se os sentidos textuais, neste fragmento, da fraqueza e da submissão, que são entendidos como características da visão de mundo *teocêntrica* contra a qual o Humanismo Renascentista – principal influência de Montaigne –era repleto de objeções.

De acordo com o fragmento, se essas condutas fossem percebidas no educando, este deveria ser designado pelo preceptor para exercer funções de servidão, ou seja, não estaria apto para exercer atividades próprias da nobreza.

Nesse trecho, o processo de construção textual evidencia a transmutação de saberes, pois, ao sugerir o cultivo das virtudes no caráter do aluno,

Montaigne faz referência intertextual, citando as recomendações de Platão a respeito do tema.

Em 3-) nota-se um possível paralelo com pressupostos teóricos e pragmáticos da Escola Nova, pois sugere Montaigne que as aptidões dos alunos devem ser desenvolvidas pelos próprios, em cujos resultados (no aprendizado e no desenvolvimento do caráter) o preceptor não deve interferir.

Subseqüentemente, o conturbado contexto histórico vivido pelo autor evidencia-se nas proposições pedagógicas voltadas para o auto-controle diante de adversidades, assim como nos saberes que se transformam em texto:

É preciso acostumá-lo ao sofrimento e à rudeza dos exercícios, a fim de treiná-lo para o sofrimento e a rudeza da luxação, da cólica, do cauterio, e também do cárcere e da tortura. Pois mesmo aqui ele pode ser presa destes últimos, que devido à época atingem os bons como os maus. Somos testemunhas disso. Quem combate as leis ameaça as melhores pessoas de bem com o azorrague e a corda (MONTAIGNE, 2002, p. 230).

O fragmento expõe o período das guerras civis entre católicos e protestantes na França Reformista do séc. XVI, e a necessidade da educação do jovem abarcar saberes e práticas que possam assisti-lo em caso de cair vitimado por ações decorrentes de tais disputas político-religiosas.

Pode-se novamente discutir paralelos teóricos aos da Escola Nova, concepção pedagógica com base filosófica no pragmatismo¹⁷, cujos preceitos reivindicam ao processo pedagógico o papel de versar os alunos em saberes práticos que os auxiliem nos problemas cotidianos.

Portanto, A Escola Nova é voltada para dotar as pessoas com habilidades práticas que os auxiliem nas tarefas práticas e para o aprendizado da prática, nada melhor do que a ação individual; dessa forma, o professor recolhe-se a indicar tarefas, de cujo cumprimento avaliará o sucesso.

Dessa forma, Montaigne reflete sobre questões análogas às decorrentes dessa concepção pedagógica no Ensaio *Da educação das crianças*,

¹⁷ Essa vertente pedagógica surgiu nos Estados Unidos da América, assentada sob o pragmatismo, concepção filosófica original norte-americana, que auxiliou, inclusive, o notável desenvolvimento industrial do país na passagem do séc. XIX para o séc. XX.

pois objetiva propiciar uma carta de preceitos metodológicos adequados às necessidades dos filhos da nobreza, para os quais o texto é direcionado.

Montaigne contribui também para o entendimento da concepção sócio-interacionista apresentada anteriormente, quando relata ações das quais participou.

Sugere, assim, que a aquisição da linguagem passe pela prática de ações interativas, portanto, em sua proposta educativa para o quesito do aprendizado da linguagem, exemplifica a concepção sócio-interacionista apresentada no primeiro capítulo, na qual elucida como a linguagem faz a mediação entre o pensamento e o mundo:

Acredito, e Sócrates o diz formalmente, que quem tem no espírito uma idéia clara e precisa sempre a pode exprimir, quer de um modo quer de outro, por mímica, até, se for mudo: Não falham as palavras para o que se concebe bem (MONTAIGNE, 1984, p. 86-7).

Esse fragmento evidencia o valor que Montaigne dá ao aprendizado da filosofia, devendo este ocorrer desde cedo, como forma de possibilitar ao aluno construir sua concepção de realidade moderada pelos preceitos clássicos da Filosofia Antiga: simplicidade, economia de meios, conformidade com as leis da natureza.

Beaugrande (1997) propõe para a linguagem a concepção de *ecologismo*, na qual define o discurso como a interface que permite ao sujeito o acesso à sociedade.

Dessa forma, a linguagem funcionaria como mediadora entre o sujeito do discurso e o do mundo, podendo assim tornar-se um instrumento libertador, uma vez que permite a realização de ações concretas por seus usuários.

Ocorre uma correspondência entre essa formulação e a concepção sócio-interacionista de linguagem, para a qual, igualmente, a linguagem faria o intermédio da relação entre a mente e o mundo.

Portanto, o uso da linguagem, para essas concepções, é uma premissa para a autonomia do sujeito e sua conseguinte inserção social; por esse motivo, é possível aproximar tais enfoques teóricos das proposições metodológicas

contidas no texto de Montaigne, o que o aproximaria também, dessa maneira, das concepções pedagógicas construtivistas.

Por outro lado, o autor ressalta a importância do ensino centrado na execução de tarefas de ordem prática, na concretização de ações, como pressuposto para a aquisição das faculdades lingüísticas pelo jovem educando, o que remete novamente à Escola Nova de Dewey:

Se nosso jovem estiver bem provido de conhecimentos reais não lhe faltarão palavras; “Quando as coisas se assenhoram do espírito as palavras ocorrem”; ou ainda, “As coisas atraem as palavras”. Pode ignorar ablativos, conjuntivos, substantivos e gramáticas, quem é dono de sua idéia; é o que se verifica com um laçao qualquer ou rapariga do “Petit Pont”, que são capazes de nos entreter do que quisermos sem se desviarem muito mais das regras da língua que um bacharel em França (MONTAIGNE, 1984, p. 86-87).

Aqui ocorre uma notável convergência de correntes do pensamento pedagógico: ao passo que o autor valoriza os saberes práticos, enaltece também as habilidades interativas da linguagem e, por conseguinte, do aprendizado.

Esse fragmento evidencia que, para Montaigne, as habilidades práticas defendidas pela pedagogia escolanovista concretizam-se unicamente na dimensão sócio-interacional, ou seja, os saberes auto desenvolvidos só podem ser colocados em prática em um dado contexto, e a essa “ativação” do conhecimento em ato situado corresponderia o processo de aprendizado.

Desses fragmentos pode-se visualizar, ainda, duas questões relevantes:

1-)A forma como o autor insere o texto no contexto, fazendo menção à cultura clássica – esse atributo característico da cultura renascentista -, por meio da alusão a Sócrates, e, em contraste acentuado, a uma zona de meretrício da França quinhentista, ao falar sobre as “*raparigas do Petit Pont*”¹⁸ (MONTAIGNE, 1984, p. 86-87).

¹⁸ Raparigas do *Petit Pont* são as prostitutas do subúrbio parisiense quinhentista, a cuja linguagem Montaigne alude como exemplo de versatilidade, em contraposição à artificialidade da linguagem empregada pelos acadêmicos de seu tempo.

Trata-se, portanto, de uma observação que caracteriza o uso situado e adequado da linguagem às inúmeras situações, por conseguinte, essa habilidade deve ser almejada pelo educando.

Portanto, pode-se discutir paralelos entre o escolanovismo, elementos do construtivismo e as proposições pedagógicas de Montaigne.

2-)O autor está inserido e influenciado por esse contexto, no qual a nobreza deveria de fato dar mais importância às ações concretas do que à vazia erudição, exemplifica a concepção de Bronckhart (1999)¹⁹, acerca da linguagem enquanto recorte da atividade social do usuário.

Montaigne exemplifica ainda nesse trecho o processo de transmutação de saberes, na construção textual de sentidos, ao colocar em relevo a complementaridade entre as ações concretas e as ações de linguagem.

O autor se refere, para isso, ao uso da linguagem feito por lacaios e prostitutas de sua época: “Não sabem retórica, nem começam por captar a benevolência do leitor ingênuo e nem se preocupam com isso” (MONTAIGNE, 1984, p. 86-7).

Ocorre também uma crítica, ainda nesse curto fragmento, contra os pseudo-eruditos de seu tempo, adeptos dos excessos verbais e dos exaustivos estudos praticados nessa época, com o propósito de aquisição e domínio da linguagem.

Nesse período, o ensino universitário consistia no *trivium* medieval, composto do estudo da gramática, da lógica e da dialética, as disciplinas da Idade Média, que já não são mais plenamente adaptáveis ao período de Montaigne, no qual a visão de mundo antropocêntrica se levanta para substituir o teocentrismo medieval, e, por decorrência disso, novos saberes e métodos precisam ser elencados ao educando.

Nisso consiste a transmutação de saberes pedagógicos no ensaio “*Da Educação das Crianças*”: as proposições de Montaigne objetivam suprir a lacuna pedagógico-metodológica causada pela substituição de paradigmas, pela mudança na visão de mundo praticada até então, como decorrência de profundas transformações políticas e sociais ocorridas no séc. XVI, as quais, a rigor, permitiram o advento de uma nova classe social, econômica e política: a burguesia.

¹⁹ Faz-se menção aqui à concepção sócio-interacionista de linguagem, tal como defendida por Bronckhart, e apresentada no cap.I nos lineamentos acerca da Linguística Textual.

Também por esse motivo o autor valoriza saberes que possam resultar no desenvolvimento de habilidades comerciais, como plenamente exemplificado no seguinte fragmento, acerca dos saberes que o autor considera indispensáveis a serem desenvolvidos com pertinácia pelo jovem educando:

Ele sondará o alcance de cada um: um vaqueiro, um pedreiro, um viandante, é preciso por tudo a render, e tomar emprestado de cada um segundo sua mercadoria, pois em administração tudo serve; mesmo a tolice e a fraqueza dos outros lhe será instrução. Ao examinar as características e as maneiras de cada um, ele fará nascer em si anseio pelas boas e desprezo pelas más (MONTAIGNE, 1984, p. 233).

Os saberes e métodos sugeridos aqui dizem respeito amiúde ao campo da administração comercial. Um saber bastante atual para o séc.XVI, no qual florescia pela primeira vez o comércio na Europa, de forma isenta em relação ao patriciado medieval, que regulava todas as relações de trabalho, impedindo o comércio.

A família de Montaigne fez fortuna e adquiriu títulos de nobreza por meio do comércio, e consoante com o nascente individualismo burguês, o autor remarca como positivas as habilidades comerciais, dignas de serem inseridas junto aos preceitos educativos (direcionados aos filhos da nobreza) centrados filosoficamente nas obras dos autores clássicos.

Isso permite deduzir que esse novo saber social “aplicado” presente na concepção pedagógica de Montaigne exprime a problemática de seu tempo, e, conseqüentemente, também a organização textual, pois os saberes transmutados constituem as partes e a própria disposição formal do texto.

Outra idéia componente da visão de mundo renascentista, à qual Montaigne se filia para embasar suas proposições metodológicas, é o *universalismo*, o qual, de acordo com o autor, poderia ser praticado por intermédio do uso da razão.

Segue-se um exemplo de como se dá a transmutação desses saberes enquanto processo de construção textual, atrelando o autor estruturas de pensamento em propostas educacionais contextualizadas.

No fragmento a seguir, evidencia-se a contraposição entre duas visões de mundo, a que está sendo substituída, o *teocentrismo*, fundado nos valores da fé medieval, para o qual os ideais clássicos que visam a moderação são

considerados nocivos ao desenvolvimento da fé; e o *antropocentrismo*, para o qual a razão humana deve ser a premissa da investigação filosófica.

Montaigne contrapõe essas duas visões de mundo apresentando idéias de Sócrates, cujos preceitos atualiza para seu contexto, e, em contraposição, idéias de um padre da vila de Bordeaux, na França, ainda apegado, no século do Renascimento, aos valores medievais.

Evidencia-se subseqüentemente o modo como se dá a transmutação desses saberes na construção textual de sentidos, no Ensaio *Da Educação das Crianças*:

Da freqüentação do mundo tira-se uma admirável clareza para o julgamento dos homens. Estamos todos trancados e encolhidos em nós mesmos e temos a visão limitada ao comprimento de nosso nariz. Perguntaram a Sócrates de onde ele era. Ele não respondeu: “De Atenas”, e sim: “do Mundo”. Ele, que tinha o pensamento mais aberto e mais amplo, abarcava o mundo como sua cidade, projetava seus conhecimentos, sua sociedade e suas afeições para todo o gênero humano, e não como nós, que olhamos apenas à nossa roda. Quando em minha aldeia os vinhedos congelam, nosso padre atribui isto à ira de Deus sobre a raça humana, e imagina que o gogo já tenha dominado os canibais. Ao ver nossas guerras civis, quem não brada que esta máquina está desarranjando e que o dia do juízo nos agarra pelo pescoço, sem se dar conta de que já se viram muitas coisas piores, e que entrementes as dez mil partes do mundo continuam a levar vida mansa? (MONTAIGNE, 2002, p. 235).

Montaigne faz uma crítica à concepção medieval que se apropriou do pensamento de Aristóteles acerca da causalidade para explicar a lógica da fé cristã, ou seja, a *escolástica*, para a qual os eventos do mundo aconteceriam em função do cumprimento ou descumprimento das leis da fé.

Por esse motivo, o Padre da cidade de Bordeaux apóia-se na divindade com o propósito de obter explicações para os fenômenos naturais, pois estrutura seu pensamento em conformidade com o casuísmo e a escolástica, em última análise, na visão de mundo que é construída por intermédio da educação medieval.

Essa crítica decorre da intenção, por parte do autor, de ressaltar a maior adequabilidade dos preceitos clássicos para a educação do jovem renascentista, bem expressa na analogia com o pensamento de Sócrates.

Dessa maneira, as estruturas de pensamento - saberes que são marcas do contexto – transmutam-se de texto em sentido e vice e versa.

Assim, a principal característica a ser desenvolvida a partir do aprendizado da filosofia, no processo educacional pelo jovem, segundo o autor, deve ser a prática da virtude.

A virtude se manifestará em moderação, não em impulsos desenfreados, sendo que essas características deveriam ser estendidas por todas as instâncias do aprendizado e aplicadas em todas as situações da vida do aluno:

Ele lhe ensinará esta nova lição: o valor e a grandeza da verdadeira virtude estão na facilidade, utilidade e prazer de seu exercício, tão longe de ser difícil que as crianças a alcançam como os homens, os simples como os sutis. Seu instrumento é a moderação, não a força (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

Nesse sentido, o autor critica as práticas pedagógicas de seu tempo, voltadas para a memorização, cujos frutos resultariam numa vazia erudição, quando diz que “Queimar as pestanas no estudo de Aristóteles [...] ou me obstinar em qualquer ciência, não o fiz nunca” (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

Esse exemplo pode ser mais bem compreendido nos termos da relação entre a visão de mundo e os saberes pedagógicos:

Tratei intimamente em Pisa com um homem bom, mas tão aristotélico que o mais geral de seus dogmas é que a pedra de toque e a regra de toda inteligência sólida e de toda verdade estão na doutrina de Aristóteles (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

Em uma leitura superficial, esse enunciado não apresentaria críticas contundentes aos pedagogos do tempo de Montaigne, porém, como ela se dá por meio da analogia com a estrutura de pensamento do estoicismo, o autor posiciona-se contra a prática de excessos.

Assim, o fragmento demonstra a desmesura subjacente à orientação filosófica cujas derivações pedagógicas seriam desaconselháveis: as pedagogias de inspiração medieval.²⁰

No Ensaio *Da Educação das Crianças*, Montaigne discute longamente a importância do ensino da filosofia para o jovem educando, servindo esta como uma espécie de “moderador” dos apetites e paixões da juventude. Montaigne assenta-se principalmente no pensamento de autores do estoicismo para defender esse primado da filosofia entre os saberes.

Nesse sentido, pode-se citar uma passagem do filósofo romano Marco Aurélio acerca do exagero e da prática de excessos a serem coibidos pelo aprendizado dos preceitos filosóficos. Nela o autor expressa a estrutura de pensamento do estoicismo focada na razão como árbitro das ações humanas, o que levaria à prática de ações moderadas, ao que Montaigne atrela proposições pedagógico-metodológicas:

Veja o interior das coisas. Sobre a qualidade ou o valor de nenhuma delas te iluda”, [...], O que preza a alma dotada da razão universal quer apenas conservar em sua alma disposições e atividades racionais e sociais, e ajudar o próximo a desenvolver idêntica disposição (MARCO AURÉLIO, 2003, p. 53-55).

Essa visão de mundo centrada no uso da razão funciona como um moderador que teria por função eliminar os excessos entre os sentimentos desordenados que inundam o indivíduo, quando este não baliza suas ações no mundo pelos princípios da razão.

A analogia com essa estrutura de pensamento é expressa por Montaigne da seguinte forma, ao se referir à função da filosofia, entendido seu uso na aplicação social, portanto, ressalta sua importância para a educação dos jovens:

Ela faz profissão de serenar as tempestades da alma e de ensinar as fomes e as febres a rirem, não por alguns epiciclos imaginários, mas por razões naturais e palpáveis A alma que aloja a filosofia deve, por sua saúde, tornar sadio também o corpo. Deve fazer reluzir para fora

²⁰ O interlocutor de Montaigne em Pisa tinha seus méritos, porém, mostrou-se adepto de um sectarismo aristotélico que parecia uma seita, tendo ficado assim restrito à visão de mundo típica do tomismo, cujos desdobramentos pedagógicos Montaigne critica neste ensaio *Da Educação das Crianças*.

de si seu repouso e bem estar; deve conformar a seu molde o comportamento externo, e conseqüentemente armá-lo com uma força amável, com uma atitude ativa e alegre e com uma expressão contente e amena (MONTAIGNE, 1984, p. 84).

No intuito de discutir os pressupostos para uma educação contextualizada que integre corpo e mente e tenha por objetivo estabelecer no homem o equilíbrio com o meio social e com a natureza, Montaigne apresenta concepções de Platão acerca do equilíbrio entre a esfera corporal e a espiritual: “Como diz Platão, é preciso não educar uma sem a outra e sim conduzi-las de par, como uma parilha de carros atrelados ao mesmo tempo, não ao contrário” (MONTAIGNE, 1984, p. 84).²¹

No final do ensaio *Da educação das crianças*, Montaigne discute ainda o papel do elemento lúdico no aprendizado infantil, tema recorrentemente debatido por recentes estudos de pedagogia e de psicologia infantil.

Essa valorização do aspecto lúdico do aprendizado evidencia-se no seguinte fragmento, no qual o autor discorre a respeito da metodologia adotada por ele e por seu pai para facilitar o aprendizado da língua grega pelo jovem Montaigne:

Quanto ao grego, [...] meu pai propôs-se me fazer aprendê-lo por arte, mas por um meio novo, em uma forma de diversão e exercício. Rebatíamos um para o outro nossas declinações, à maneira dos que por certos jogos de tabuleiro aprendem a aritmética e a geometria. Pois, entre outras coisas, ele fora aconselhado a me fazer apreciar a ciência e o dever por uma vontade não forçada e por meu desejo pessoal, e a educar minha alma com toda a doçura e liberdade, sem rigor nem imposição (MONTAIGNE, 2002, p. 260).

Além de tratar da problemática do lúdico na educação, Montaigne aprofunda a discussão de hipóteses acerca de como despertar o interesse do aluno.

Faz parte das preocupações político-pedagógicas da atualidade procurar formas de estimular o interesse do aluno, em detrimento de idéias autoritárias centradas em metodologias penosas e infrutíferas.

²¹ Novamente ocorre aqui menção a um pensador da antiguidade para fundamentar propostas metodológicas, procedimento recorrente como mecanismo de construção textual de sentidos neste ensaio.

Nisso, Montaigne foi também um precursor, como se depreende da leitura desse fragmento.

No parágrafo final do ensaio *Da Educação das Crianças*, o autor sintetiza as proposições pedagógicas discutidas anteriormente com argumentos filosóficos em curtas formulações nas quais as principais idéias discutidas no texto são concluídas com metáforas de alcance prático.

O fragmento que retoma as proposições, argumentos e saberes textualizados no ensaio e corresponde ao sentido global do texto é o seguinte:

Para voltar a meu assunto, não há nada como aliciar o apetite e a afeição. De outra forma fazemos apenas burros carregados de livros. A golpes de chicote, dão-lhes para guardar a bolsinha cheia de ciência - a qual, para ser eficaz, não deve somente ser guardada em casa, é preciso desposá-la (MONTAIGNE, 2002, p. 265).

A metáfora matrimonial ressalta a pedagogia centrada na ação consciente e finalisticamente orientada do sujeito, encontrando eco na concepção sócio-interacionista de linguagem e, ainda, no escolanovismo.

Os saberes aprendidos devem ser colocados em prática: sem isso o ensino torna-se vazio. O ensino tradicional, centrado na figura de um mestre detentor exclusivo do saber, assim, de nada funciona.

O texto se encerra de maneira *coerente*, ou seja, retoma temas discutidos, analisados e exemplificados anteriormente e revela, assim, a transmutação de saberes e práticas humanas em labirintos textuais.

As concepções filosóficas subjacentes ao texto revelam seu encadeamento sereno e ordenado pelo uso da razão; o autor, dessa maneira, insere o texto no contexto, empreendendo em cadência própria ao gênero ensaístico os processos de construção textual.

Conclui-se que à amplitude de conhecimentos correspondia a própria essência do humanismo, e isso agregava matéria e forma à existência humana. A educação, enquanto ciência de formação do caráter e da inteligência, deveria levar em conta essas preocupações e, por isso, estimular a obtenção desses saberes amplos e irrestritos.

Esse dado, por sua vez, confirma o processo de transmutação de saberes enquanto procedimento de textualização, pois da combinatória desses

conhecimentos resulta o texto, em suas dimensões de forma, conteúdo, estrutura e argumentação, assim como em termos estilísticos.

A transmutação de saberes é a metamorfose de estruturas de pensamento em sentidos textuais e verificou-se que nesse processo o texto é construído em diálogo inextrincável com seu contexto de produção.

Assim ocorre a textualização dos sentidos, por meio do entrelaçamento dos vários saberes constitutivos da visão de mundo do autor, o qual, por sua vez, compartilha a visão de mundo do período histórico no qual está inserido.

Verificou-se, ainda, que, além da conveniente dedução teórica que essa análise possibilitou para o contexto desta dissertação, há a possibilidade de aplicação do presente raciocínio para desvendar outros saberes, ou, ainda, para aprofundar deduções no campo da pedagogia.

Outra consequência que pode ser aprofundada em trabalhos posteriores, seria o maior detalhamento das proposições pedagógico-metodológicas de Montaigne, bem como suas adequações em relação aos preceitos do humanismo renascentista.

3.3 ÉTICA, POLÍTICA E DIREITO

Neste item, busca-se circunscrever - nos Ensaios de Montaigne - as concepções éticas das quais se aproxima enunciativamente o autor, a saber, a concepção almejada por Montaigne consiste em estabelecer o *equilíbrio* e a *moderação* no cultivo da **virtude**, tal como ocorre nas concepções filosóficas da Antigüidade.

As concepções éticas encontradas na obra de Montaigne foram denominadas *Ética Humanista* – pois a visão global do autor a respeito da ética insere-se no contexto do séc. XVI, no qual estava em curso, na Europa, o processo de revolução cultural do *antropocentrismo*.

O principal embasamento filosófico do antropocentrismo advém da visão de mundo humanista, a partir da qual os pressupostos da visão de mundo teocêntrica, imperante durante a Idade Média passaram a ser gradualmente

substituídos: assim se entronizou o homem enquanto centro de todas as preocupações filosóficas e políticas, tendo saído desse patamar as preocupações religiosas.

É nesse período que se inicia também, ainda em germe, o *Liberalismo*, no campo da Economia Política e do Direito, ideologia na qual o indivíduo – e seus direitos - passam a ser pensados como centros irradiadores do processo jurídico-normativo.

Efetua-se subseqüentemente, dessa forma, uma análise que se baseia em pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Linha Francesa na delimitação da concepção Ética Humanista em Montaigne e a importância disso para identificar o pioneirismo no desenvolvimento de concepções liberalizantes, no que tange à economia política.

Por sua vez, as concepções éticas em Montaigne são caudatárias das leituras que o autor fez da filosofia grega e da re-leitura latina dessa escola fundadora do pensamento ocidental.

Por isso, inicia-se aqui a circunscrição da ética nos “Ensaio” de Montaigne por meio de uma analogia com o surgimento da ética jurídica na Grécia Antiga na obra de Sócrates, autor que, para Montaigne, teria sido sua maior influência filosófica.

De início, o aspecto central a ser abordado é o problema do conhecimento, tal como tratado pelo filósofo que fundou um método de pensamento e uma escola de filosofia na Grécia, cujos preceitos são o núcleo central das concepções jurídicas apresentadas por seu discípulo Platão, na *Apologia de Sócrates*, obra na qual o autor descreve o julgamento e morte de Sócrates.

A concepção socrática é central para a delimitação de concepções de Ética e Justiça que permeiam os *Ensaio*, de Montaigne, e também para que se entenda o teor de significados do termo *Ética Humanista*.

Para isso, é preciso apontar como as concepções de justiça socráticas estão inextricavelmente relacionadas ao seu método de investigação filosófica, que é também, em certo grau, adotado por Montaigne, e o faz tecer considerações análogas sobre a problemática da justiça em seu tempo.

No fragmento seguinte do Ensaio *Sobre a Experiência*, Montaigne reflete acerca de concepções de lei como emanção das leis da natureza, hipótese cara aos estóicos: “A natureza sempre as faz mais bem feitas do que as que

fazemos para nós. Atestam-nos a descrição da idade de ouro dos poetas e o estado que vemos viverem as nações que não tem outras” (MONTAIGNE, 2002, p.424-5).

Em seguida, o autor pondera a respeito do caráter da democracia ateniense, cuja legislação era arbitrada por um conselho de sábios: “Que risco haveria se os mais sábios expedissem assim os nossos, de acordo com as circunstâncias e pela evidência, sem obrigação de precedente e de consequência?” (MONTAIGNE, 2002, p.424-5).

Logo na seqüência, Montaigne enuncia aproximadamente a concepção da justiça universal de Sócrates, que será adiante retomada, e faz ainda uma crítica aos seus contemporâneos, que estariam ainda impregnados pelo obscurantismo medieval:

Tínhamos dúvida quanto a Ulpiano, voltemos a duvidar também quanto a Bartolo e Baldo. ²²Seria preciso apagar o rastro dessa inumerável diversidade de opiniões, e não pavonear-se com ela e encher a cabeça de posteridade. Não sei o que dizer disso, mas sente-se por experiência que tantas interpretações dispersam a verdade e desbaratam-na (MONTAIGNE, 2002, p. 426).

Montaigne sublinha a concepção de justiça de Sócrates, baseada no universalismo, que é elaborada como uma contraposição à sofística, cujo relativismo era considerado um obstáculo à formulação de concepções de justiça alinhadas com a verdade.

A multiplicidade de opiniões seria nociva à justiça, porque ela deveria ser válida universalmente, e não se curvar às circunstâncias.

Na *Apologia de Sócrates*, Platão apresenta as principais concepções acerca da ética e da justiça no pensamento de seu mestre.

Nesse texto, fica evidente a concepção da filosofia enquanto atividade, vivo exercício que se constrói por meio do diálogo entre os cidadãos da *pólis*, preocupados com os grandes temas e assuntos de interesse público.

No ínterim dessa atividade, as concepções de justiça, para Sócrates, adquirem importância central enquanto objeto de investigação; tal exercício

²² Dois juristas do séc.XIV, que no século XVI ainda tinham grande influência. É comum Montaigne criticar autores em voga em sua época baseando-se nos filósofos clássicos. Esse elemento de retomada do passado permeia seu processo de construção textual enquanto transmutação de saberes recorrentes ao século do Renascimento Europeu.

filosófico, contudo, se dá por intermédio do peculiar método de investigação da realidade inaugurado por ele: a **maiêutica**.

Maiêutica possuía o sentido de *dar à luz*, ou ainda, a atividade da parteira: Sócrates se apresentava ante seus concidadãos como o “parteiro da verdade”, ou seja, ao filósofo caberia a principal atribuição e função diante da pólis de *dar a luz à verdade* – naturalmente, a filosofia seriam os instrumentos de parto, o “fórceps” extrator de conhecimentos.

Esse processo, entendido como "trabalho de parto" etéreo, se daria por meio de diálogos sobre os mais variados assuntos, com os interlocutores mais improváveis e diversificados.

Em seus ensaios, Montaigne – admirador contumaz da vida e obra de Sócrates -, igualmente, dialoga sobre diversos assuntos, e adota, também, à sua maneira, a *Maiêutica*.

Estabelece diálogo com interlocutores diversificados, muitas vezes implícitos, personalidades de seu tempo, a respeito das quais reflete e, nesse bojo, traça reflexões acerca do pensamento ético da antiguidade.

Utiliza-se, para isso, da mesma “epistemologia discursiva” inaugurada por Sócrates, e nela a linguagem adquire a função de mediadora entre o pensamento e a realidade.

Dessa forma, a importância de se delimitar especificidades da linguagem empregada por Montaigne em seus *Ensaaios* é fundamental para a circunscrição das estruturas de pensamento com as quais dialoga na composição de seu método (assistemático) de reflexão.

Contudo, ainda na Grécia antiga, o primeiro sentido do termo *Dialética* - tal como se apropriou Platão desse método de investigação filosófica inaugurado por seu mestre - advém desse processo: trata-se do diálogo entre os cidadãos livres da *pólis*, no intercurso do amplo e informal processo de conversação pública - a filosofia.

No esteio dela, as concepções de justiça são construídas como um vívido exercício possibilitado pelo uso público da racionalidade filosófica.

Sócrates sentia-se imbuído de uma "missão filosófica", seria ele o "guardião da verdade", contudo, a verdade deveria ser um exercício de formulação de objeções a concepções cristalizadas; sobretudo, a si mesmo.

Montaigne, por sua vez, inicia seus ensaios com a ressalva de que a matéria de suas reflexões é ele próprio, a quem, contudo, possui de antemão uma série de objeções e, dessa maneira, ironicamente, estende tais objeções ao livro que se segue ao intróito.

Sócrates, por sua vez, tinha dificuldades em formular objeções a si mesmo, pois as outras pessoas achavam que sabiam algo sobre a verdade e ele, ao contrário, achava que não sabia muito sobre a verdade, uma vez que ela residiria num processo constante de redarguição intersubjetiva.

No caso das concepções de justiça, no entanto, Sócrates posiciona-se favoravelmente ao governo das leis, as quais formuladas pelo crivo da razão.

Suas reflexões acerca do equilíbrio, a justa medida e a coragem no cumprimento das leis –resgatadas por Montaigne - são discutidas por Platão (2001).

O processo contra Sócrates foi gerado justamente como uma consequência da prática contínua e asseverada de seu método de investigação filosófica – no qual o filósofo viu as perfeitas condições para um derradeiro debate acerca da justiça.

Este debate se encorpou nas constantes objeções que Sócrates desferia contra as autoridades gregas.

O método socrático consistia em expor ao ridículo as pretensões de validade que sustentavam essas autoridades e suas convencionalidades jurídicas, freqüentemente baseadas em princípios de validade pessoais, parciais e, por isso, não universais.

Os questionamentos transformaram-se em acusações: em seu julgamento, os seguintes argumentos foram utilizados: 'blasfemar contra os deuses', 'introduzir novas divindades' e 'corromper os jovens', quando postulava que a ausência de virtude retumba em ignorância - por isso tornando fundamental o **auto-conhecimento** como método de investigação da realidade.

Os Ensaios de Montaigne são uma tentativa de atingir o auto-conhecimento por meio de um processo de discursivização de suas experiências vividas, tomadas como mote para reflexões das mais distintas naturezas.

E o debate acerca da incompletude da justiça, enquanto derivação da incompletude do homem em relação ao conhecimento de si, é emblematizado por Montaigne na seguinte passagem do ensaio *Da experiência*:

Uma vez que as leis éticas, que se referem ao dever particular de cada um em si, são tão difíceis de estabelecer, como vemos que são, não é de espantar se as que governam tanto particulares o sejam ainda mais. Considerai a forma dessa justiça que nos rege: é um verdadeiro testemunho da fraqueza humana, tantas contradições e erros há. O que vemos de favor e de rigor na justiça – e vemos tanto que não sei se o meio-termo é visto tão amiúde – são partes enfermizas e membros injustos do próprio corpo e da essência da justiça (MONTAIGNE, 2002, p. 431).

Fica latente nesse fragmento a importância, para Montaigne, do cultivo da virtude como pré-requisito à prática da formulação e execução das leis, uma vez que os exemplos observáveis em sua época de ineficácia e nulidade jurídica dizem respeito aos seus praticantes: “partes enfermizas e membros injustos do próprio corpo e da essência da justiça” (MONTAIGNE, 2002, p. 431).

Essa verificação da incompletude do processo jurídico de sua época, além de demonstrar a filiação à concepção socrática do auto-conhecimento e da prática pública do auto-questionamento, leva Montaigne a salientar a virtude individual ao primeiro plano das ações na esfera pública, seja nas deliberações políticas ou no esteio do processo jurídico-normativo.

O método Socrático, contudo, resultou em acusações e condenação a seu autor: por ter blasfemado contra os deuses, uma vez que somente o *conhecimento de si* seria capaz de explicar a realidade, e não mais a complexa e arbitrária mitologia helênica, ainda seguida pelos seus contemporâneos como teosofia "confiável".

"Introduzir novas divindades" - Sócrates foi acusado disso devido à sua perseverança, a crença em sua "profundidade interior", um tal *Dáimon*, o qual lhe "ditava" inspiração capaz de torná-lo superior a qualquer debatedor que lhe desafiasse para um diálogo epistemológico.

Esse é um dos traços da transmutação de saberes que Montaigne configurou junto ao pensamento socrático e que subscreve os contornos do nascente liberalismo em seu pensamento ético.

A correspondência é a seguinte: a crença de que somente a liberdade individual incontornável pode aferir, além da vida virtuosa e feliz, a verdadeira liberdade encontra eco na concepção socrática de que o conhecimento

de si deve ser levado às últimas conseqüências, mesmo que, para isso, libere o desconhecido de suas mordças.

Sócrates foi ainda acusado de "corromper os jovens", pois causou muita admiração aos jovens da pólis devido a seu inusitado método de lançar objeções incontornáveis aos contendores de debates públicos.

Desenham-se, na própria condenação, as origens do método e a forma como Sócrates lidou com a sentença.

A virtude - constituída de moderação, equilíbrio e busca da verdade por meio do auto-conhecimento, reside junto ao cerne da concepção de justiça socrática – a qual Montaigne atualiza: o cumprimento da lei deve estar acima das paixões; a virtude é construída pelo cidadão que se permite a investigação da verdade por meio do conhecimento de si, o qual estimula ainda o surgimento do conhecimento nos outros, por meio de debates públicos e/ou privados. Adiante, mostraremos trechos de escritos de Montaigne que confirmam essa incorporação conceitual.

Seguindo nas fontes das quais Montaigne extrai matéria e tradição às suas formulações, a constância, esse outro atributo da moderação, é responsável pelo posicionamento de Sócrates favorável à pena que lhe foi aplicada.

O filósofo assim pensou: se o exercício de minha função for motivo para uma condenação pelas leis da polis, que essa morte, mesmo que injusta, sirva de exemplo para como deve se dar a discussão acerca das concepções de justiça, ao mesmo tempo em que se ressalta homologicamente as características relacionadas com a virtude que deve permear o cumprimento da lei: coragem, temperança, moderação, controle das paixões.

Se a única verdade está no auto-conhecimento e no método de fazer brotar a verdade nos concidadãos, uma morte injusta, devido à constância de hábitos e certeza na elaboração do método investigativo, é um elemento chave para que aflore uma consciência pública acerca de tais pressupostos.

Trata-se, ainda, de um mecanismo de aproximação entre teoria e práxis: a discussão sobre a ética, a virtude e a justiça é consubstancializada em uma ação concreta - a recusa em voltar atrás em posicionamentos acerca da verdade.

Dessa forma, Sócrates instaura um tópico jurídico renitente²³: da razoabilidade na elaboração e no cumprimento das leis.

A forma como Montaigne levou a sério esse exemplo da vida de Sócrates serviu de motivo para alguns intérpretes o considerarem “reacionário”, por se apresentar, constantemente, de gosto alheio às revoluções, e, por outro lado, sempre favorável aos governos instituídos.

No entanto, uma leitura mais minuciosa das reflexões de Montaigne acerca dos vícios que se acoçam ao caráter humano, permite identificar sua repulsa a qualquer forma de tirania.

Outra fonte para as reflexões éticas de Montaigne, Aristóteles, por sua vez, remarca que o ensino da virtude não resulta em conduta virtuosa, pois o ser humano não pode ser adestrado para o cumprimento da virtude, e sim, deve desenvolvê-la por meio de constante exercício de ações retas.

Dessa forma, Montaigne propõe, no início do ensaio *Da crueldade*, que a virtude exige certa resistência contrária para que se manifeste efetivamente no caráter humano, e cita o caso de como Epaminondas tratava de cultivá-la em seu caráter, por meio dessa metodologia:

É porque a virtude se favorece na luta que Epaminondas, adepto, entretanto, de uma terceira seita, recusa as riquezas que muito legitimamente lhe oferecem os fados, pois quer, diz, lutar contra a pobreza, e a sua era grande nunca a abandonou (MONTAIGNE, 1984, p. 198).

Nessa estrutura de pensamento professada por Montaigne, há um elemento a ser salientado, pois a verdade só pode ocorrer no exercício continuado desse método, ou seja, é preciso que a prática da virtude esteja cercada do atributo da constância.

²³ Platão revolta-se, por conta dessa atitude, contra a Democracia Grega – a qual condenou seu mestre, aplicando regras de conveniência e ignorando o chamado de Sócrates para uma discussão acerca de critérios mais efetivos para a validade jurídica. Devido a esse evento, Platão formula, em *A República*, uma outra concepção de justiça, baseada na *hierarquia de valores*, onde o valor supremo seria o ideal, uma noção de verdade que independe das qualidades sensíveis dos seres e objetos. Separa, igualmente, o ideal -considerado caudatário da perfeição - e o real, imperfeito. O bem, na justiça, portanto, advém de uma idéia perfeita de justiça, o qual se distribui aos objetos do mundo.

Contudo, os princípios norteadores da ética (enquanto dimensão que conduz à retidão do caráter e por conseguinte ao cumprimento das leis) e da justiça devem passar por um constante processo de reavaliação e revalidação, de acordo com as verdades constantemente trazidas à tona no intercurso do processo de auto-conhecimento, possibilitado pelo método de produção de inteligibilidade por meio do diálogo: a Maiêutica.

Dessa forma, explica-se com um sólido argumento o não-dogmatismo de Montaigne, ou seja, devido à forma como incorporou a estrutura do pensamento socrático, a qual consiste, em termos epistemológicos, na busca pelo conhecimento do mundo a partir do auto-conhecimento.

A lei, portanto, como o diálogo, deve ser um exercício vívido, e não uma presunção de validade, da mesma forma como nada sabe aquele que acredita que tudo sabe e diferentemente daquele que sabe que nada sabe.

Montaigne toma este pressuposto como ponto de partida de sua visão de mundo humanista: a razão humana é imperfeita, nada pode conhecer por completo, contenta-se em ponderar sobre aspectos da realidade.

As leis em vigor, contudo, não podem ser simplesmente descartadas, uma vez que algo mais aprimorado é muito difícil de obter e corre-se o risco de recaídas no obscurantismo.

As leis devem ser universais, por isso sua validade deve ser universal; e em sua emolduração emprega-se todo o esforço da filosofia.

3.3.1 Do intertexto: liberalismo político e formações discursivas

No ensaio *Da Presunção* há um tema principal que está no título - a *presunção* - portanto, relaciona-se ao campo da especulação a respeito da ética, e, novamente, à contraposição entre vício e virtude.

O tema da presunção é discutido e relacionado a outros temas: Montaigne freqüentemente expõe suas experiências pessoais como mote para reflexões e comentários, além da já mencionada recorrência ao estoicismo, proveniente dos moralistas latinos.

Tais pensadores, identificados com o surgimento do Direito Romano, partilham da visão de mundo do estoicismo: constantemente são citados fragmentos de Cícero, Marcial, Juvenal, Horácio, Sêneca, Terêncio e outros expoentes dessa corrente de pensamento neoplatônico.

Dessa maneira é possível visualizar a discussão, tecida pelo ensaísta francês, a qual relaciona ética e moral, em seus vários atributos e conseqüências práticas, bem como ponderações acerca da prática política e do direito no seio da nascente ideologia liberal.

Para visualizar com margem de nitidez a “adesão” de Montaigne – por meio da retomada dos clássicos – ao campo discursivo do liberalismo político, nos utilizaremos do instrumento teórico da Análise do Discurso, a qual possibilita, para o presente trabalho, identificar termos de conexão lógico-discursiva às idéias supra-mencionadas.

Cabe ressaltar que os argumentos filosóficos são formulados por intermédio de estratégias discursivas, as quais se pretende, em parte, esclarecer por meio do construto teórico a ser utilizado subseqüentemente.

O lingüista russo Mikhail Bakhtin é considerado um dos precursores dos modernos estudos lingüísticos, sejam em Análise do Discurso, Análise Conversacional, Lingüística Textual, Lingüística Funcional, Interacionismo Sócio-Discursiva, devido, dentre outros fatores à sua noção de interação social, para a qual a linguagem contribui como elemento que conecta o indivíduo ao meio social em que vive.

Por conta disso, segundo o autor, a língua é resultado de um processo social de comunicação – interação verbal - e revela níveis de adequação do sujeito-enunciador ao contexto em que se insere, o qual, muitas vezes revela lingüisticamente seus níveis de adesão a camadas discursivas pré-existentes

Esse sujeito passa por um processo de afetação mútua com o contexto social em que um acontecimento discursivo desencadeia novas situações de interação que possibilitam a proliferação de novos sentidos: toda nova situação de interação produz novos sentidos, inclusive a re-leitura em distintos momentos históricos da mesma carga de informações em um mesmo texto.

Dessa forma, a linguagem seria composta por uma instância verbal e uma não verbal, esta correspondente aos dados do contexto da enunciação, aquela, aos usos da língua por determinado sujeito inserido historicamente,

revelando no discurso, portanto, as limitações impostas por essa inserção nas duas instâncias, quais sejam as limitações sócio-ideológicas.

Bakhtin (1992) deduz desse pressuposto que todo signo verbal é necessariamente ideológico, e a palavra, que expressa a ideologia no aspecto verbal do discurso, é necessariamente *dialógica*, ou seja, revela um jogo de vozes que “duelam” para serem assimiladas de tal ou qual maneira.

A esse processo, que ocorre na cena da enunciação, entre o enunciador, destinatário e o contexto, Bakhtin denominou por *dialogismo*.

Tal formulação abre espaço para o entendimento de que o discurso é o local da multiplicidade de vozes, e nele ocorre a negociação de sentidos pelo sujeito inserido em determinado contexto, com o qual dialoga na composição da cena enunciativa.

No processo de dialogismo, o sujeito da enunciação lança mão do diálogo com outros textos, o que caracteriza a negociação de sentidos, na qual o sujeito, perante o discurso, cede lugar a uma ambivalência na escritura, pois todo texto constrói-se, nesse processo, em relação a outros textos.

Considerado o sistematizador da Análise do Discurso de linha francesa, Pêcheux (1995) acrescenta a noção de *formação discursiva*, as quais poderiam ser definidas enquanto “discursos de adesão” aos elementos da ideologia, e seriam “materializáveis” por meio da língua, ou seja, as formações ideológicas.

Essa concepção Pêcheux desenvolve na esteira da formulação teórica de Althusser (1994) referente aos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, instituições que teriam a função de perpetuar relações materiais de produção, portanto, segundo o autor, as formações ideológicas remetem mais ou menos diretamente a posições de classe assumidas pelos indivíduos diante desse processo.

Existiriam várias formações discursivas dentro de uma determinada formação ideológica, às quais os sujeitos aderem no sentido de firmar posições, e dessa maneira o discurso é atravessado por uma dimensão histórica, que é material e lingüística, ao mesmo tempo.

Essa formulação sublinha a concepção bahktiniana da múltipla constituição da linguagem por intermédio do elemento verbal e do não verbal, isto é, os elementos do contexto presentes na materialidade lingüística.

Uma vez apresentadas as concepções de Bakhtin e Pêcheux, cabe mencionar outro teórico que contribui para o entendimento das posições assumidas pelo sujeito perante o discurso: Foucault (1975) define que a ideologia se caracterizaria pela dispersão, ou seja, os diferentes papéis que o sujeito assume em relação às formações discursivas.

Gregolin (2004) apresenta de modo sintético a forma como Foucault lida com esse objetivo teórico:

Pensando o sujeito como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes (GREGOLIN, 2004, p. 59).

O sujeito “luta” para dar a impressão de que controla o discurso, no desenvolvimento desse movimento demarcado por Foucault (1975), das várias instâncias enunciativas que correspondem ao discurso adotado.

Verificou-se esse movimento na análise discursiva do Ensaio *Da presunção*, de Michel de Montaigne, ou seja, o autor se dispersa entre concepções éticas distintas, em relação às quais adere ou se distancia.

Assim converge para a criação de uma visão particularizada, no entanto, caudatária da multiplicidade de vozes que pode ser identificada na linguagem, se acordarmos à formulação teórica bakhtiniana.

Para que adentremos nesse campo é necessário fazer ainda a distinção entre *intertextualidade* - o conjunto de relações intertextuais que determinada formação discursiva mantém com outras, definidas tais relações como legítimas, e que podem ser detectadas nos níveis interno e externo do discurso - e *intertexto*, ou seja, o corpo de textos alheios citados por determinado autor em seu texto

No nível interno, a intertextualidade se define na relação com um ou vários campos discursivos relativamente próximos, e no nível externo, se define pela relação entre uma formação discursiva com outros campos do saber, cuja vinculação não é necessariamente mencionada pelo autor.

Intertextualidade em Análise do Discurso seria, portanto, a reconstrução das formações discursivas, as vozes às quais o sujeito adere ou em

relação às quais polemiza, portanto, rastrear os fragmentos do intertexto é recompor a formação discursiva.

Por outro lado, de acordo com a Lingüística Textual, a Intertextualidade corresponderia, na mesma medida, à construção do contexto, ou seja, o rastreamento das múltiplas vozes que habitam o discurso pelo analista permite a reconstrução do contexto a partir do qual um texto é produzido.

Por dedução, a análise da intertextualidade nos “Ensaio” de Montaigne permite a reconstrução do contexto histórico do Renascimento.

Sobre como proceder na recomposição das formações discursivas por meio do intertexto, Blikstein (1994) traça uma hipótese que ressalta a forma como o sujeito da enunciação conduz os destinatários através dos sentidos do texto:

O enunciador leva o destinatário a dois níveis de decodificação: um, no plano de superfície, em que se capta o referente X (ilusório); outro, na estrutura profunda do intertexto, em que se absorve, inconscientemente, o referente Y (correspondente às reais intenções do enunciador) (BLIKSTEIN, 1994, p. 45).

Apresentado esse construto, fica evidente sua pertinência para o resgate dos procedimentos de adesão a idéias, quais sejam formações discursivas ou ideológicas - realizados pelo sujeito da enunciação –, no caso, aqui, Montaigne, assim como vincular esse processo à dimensão sócio-histórica que atravessa os discursos.

Por meio da reconstrução do conjunto de fragmentos citados por Montaigne, é possível sublinhar posicionamentos ideológicos e posturas de seu *eu subjetivo* perante as formações discursivas assimiladas.

O autor admite tomar o *eu* como tema de sua reflexão ensaística, como no trecho a seguir, na menção a Terêncio, que reforça tal postura: “Indago se, em perdendo totalmente a memória, não ficariam paralisadas todas as funções de minha alma: “sou como um recipiente vazado, racho por todos os lados” ²⁴ (MONTAIGNE, 1984, p. 299).

No próximo fragmento, transcrito do ensaio *Da Presunção*, pode-se visualizar o que Foucault define como sendo próprio da dispersão do sujeito em face

²⁴ Terêncio

das formações discursivas, ou seja, a forma como as inúmeras tendências que compõem o indivíduo manifestam-se por meio da linguagem:

A esse respeito, quero dizer desde já, que não é raro termos tendências e qualidades próprias que se enraízam em nós a ponto de não percebermos. O corpo retém por vezes alguns vestígios delas, bem contra a nossa vontade. Alexandre tinha o hábito de inclinar a cabeça levemente para um lado, o que se coadunava com seu tipo de beleza. Alcibiades falava lenta e gravemente. Júlio César coçava a cabeça com o dedo, indício de graves preocupações. Cícero, se não me engano, franzia o nariz, sinal de temperamento zombeteiro. Hábitos semelhantes podem surgir em nós sem que os percebamos (MONTAIGNE, 1984, p. 291).

Aqui se pode visualizar a formação discursiva²⁵ que tomou cena durante o século do Renascimento, na Europa, ou seja, a referência à cultura clássica greco-romana, cujos valores foram resgatados como forma de fundar uma visão de mundo distinta do teocentrismo medieval.

Isto resultou no movimento cultural do *antropocentrismo*, que, ao instaurar o homem como centro de todas as preocupações, contribui para a justificativa do modo de vida de uma nova classe social – a burguesia, cuja ideologia é o individualismo burguês que vai culminar no liberalismo político, o qual, por sua vez, deve suas premissas a essa *guinada epistemológica*.

A referência a personagens do período áureo da civilização greco-romana é uma constante na obra de Montaigne e, no caso aqui exposto, além de mostrar a formação discursiva recorrente ao século do renascimento, mostra as marcas do contexto de cada um deles em suas ações, elencadas no fragmento transcrito como forma de caracterizar as condutas morais, dando suporte à sensação do autor ante as tendências contraditórias que se assomam ao indivíduo e que por vezes governam suas ações.

O intertexto se faz presente como forma de sublinhar a ideologia burguesa nascente, e as formações discursivas que a ela se adequam, como no caso do próximo exemplo, em relação à importância da posse de terras, cuja

²⁵ Pode-se questionar em que medida, em paralelo da Análise do Discurso com a Lingüística Textual, a noção de *formação discursiva* coincide com a noção de *conhecimento partilhado*, pois este conceito diz respeito às formas discursivas comuns a determinado grupo e/ou indivíduos num contexto situado, e a formação discursiva diz respeito à repetição por um dado grupo social de elaborações discursivas repletas de conteúdos ideológicos, os quais, em última instância, são formas de conhecimento partilhado.

propriedade no século anterior ao do Renascimento era restrita aos membros de uma nobreza que detinha todos os meios de produção e reprodução das relações de classe e trabalho:

Desculpo mais o caçula que arrisca a herança do que o mais velho a quem cabe manter intacta a honra da família e que só pode tornar-se necessitado por culpa própria. Eu, felizmente, graças aos conselhos de bons amigos, encontrei o meio mais fácil e rápido me libertar de tais veleidades e sossegar: (“haverá meio mais dócil do que gozar a vitória sem ter combatido?”)²⁶ Pois percebi que minhas forças não dão para grandes coisas e recordo sempre as palavras do Chanceler Olivier: “os franceses assemelham-se a macacos que pulam de galho em galho até o topo das árvores, só parando quando atingem o mais alto, e aí, mostram o traseiro”. “É vergonhoso pôr à cabeça um peso impossível de carregar, para depois afrouxar e fugir ao fardo”²⁷ (MONTAIGNE, 1984, p. 297).

Montaigne se refere aqui às posses de terras herdadas de sua família, a qual enriqueceu por meio do comércio, por esse motivo, não se arrisca a ser presunçoso e tergiversar em outras veredas; assim, utiliza as remissões a Propércio e Horácio para justificar tal posicionamento.

Fica nítida também a questão da transmissão hereditária da propriedade privada junto à classe burguesa, fenômeno jurídico que antes do Renascimento só acontecia nos círculos de relacionamento restritos à aristocracia rural.

Essa formação discursiva, ao remeter à nascente ideologia burguesa, revela como o autor se utiliza das citações aos clássicos para caracterizar a presunção como elemento negativo, prejudicial à prudência, a qual, aqui, significa aderir a essa nova ideologia que vai garantir a prosperidade material.

Ocorre também, nesse fragmento, a menção a um homem letrado de seu tempo, o Chanceler Olivier, cuja ideologia centrada na importância da constância contribui para a forma como Montaigne elege a virtude dos clássicos como atributo a ser praticado pela nova classe social emergente, ou seja: estão lançadas as bases para a aplicação concreta de suas concepções acerca da ética do indivíduo, com preocupações humanistas, acerca da validade da virtude e do caráter.

²⁶ Horácio

²⁷ Propércio

Novamente, verifica-se, no seguinte fragmento, como o intertexto sublinha esta formação discursiva própria do Renascimento, o individualismo e o humanismo, e a dispersão do sujeito frente às inúmeras tendências que o atravessam na composição do discurso – dessa feita recorrendo a Sêneca, pensador central para o estoicismo:

Por isso evito igualmente os caminhos íngremes e escorregadios e sigo as estradas batidas, por barrentas e esburacadas que sejam, porque são mais seguras e delas não se pode rolar. E prefiro uma desgraça irremediável que provoque imediato e violento sofrimento, mas na qual não mais pensarei e que não procurarei remediar – sem certeza de êxito – mediante mil tormentos: “Os males incertos são os que mais pesam”.²⁸ [...]O avaro vive pior do que o pobre por causa de sua paixão; e o ciumento pior que o enganado; e não raro há menor prejuízo em perder o vinhedo do que lhe disputar a posse nos tribunais. A marcha mais lenta é a mais eficiente de manter; não exige ajuda de ninguém (MONTAIGNE, 1984, p. 296).

Nos dois últimos parágrafos, ficam claras as formações discursivas, respectivamente, do acesso da classe burguesa aos tribunais, onde disputam a posse de propriedades, espaço anteriormente restrito ao arbítrio dos senhores feudais, que não praticavam o comércio, mas eram os únicos ‘proprietários’ de terras e da ideologia individualista burguesa, que prima pelo não intervencionismo das esferas da sociedade na maneira como o indivíduo conduz seus negócios, o que, mais adiante, na história do pensamento ocidental, irá caracterizar a **ideologia liberal**.²⁹

Ao mesmo tempo em que Montaigne se utiliza do intertexto para sublinhar positivamente características da classe burguesa, percebe-se que tal elogio não é isento de contradições, pois em outro trecho do ensaio *Da presunção* há certa nostalgia que o autor demonstra ao comparar os homens de seu tempo, em termos da prática de virtudes, a personalidades da antiguidade clássica.

Em termos de formações discursivas, o seguinte fragmento ecoa os discursos humanistas que polemizam contra as concepções medievais de

²⁸ Sêneca

²⁹ Contribuíram para o surgimento e conseqüente desenvolvimento da formação discursiva correspondente à ideologia liberal autores como John Locke, Stuart Mill, David Ricardo e Adam Smith, ambos nascidos alguns séculos após a morte de Montaigne, em 1592, os quais, certamente, foram influenciados por sua obra, que funciona como uma espécie de “discurso fundador” que irradia sentidos a esse campo discursivo.

sociedade, no intuito de forjar “o homem como medida de todas as coisas”, e retirar Deus do centro do paradigma, no intuito de coibir o servilismo nas relações sociais, estimulado pelo catolicismo.

Em seguida, um exemplo de como se configura a ideologia manifesta durante o período do antropocentrismo:

Em relação ao meu século, poderia achar-me grande e raro tanto quanto me considero pequeno e vulgar se me comparo aos homens de alguns séculos passados, em que se viam indivíduos que, além de dotados das qualidades comuns e importantes, eram moderados na vingança, indulgentes com as ofensas recebidas, fiéis à palavra empenhada, hostis à duplicidade e à moral demasiado inconsistente, intransigentes com sua fé. Por mim, preferiria ver ruírem as coisas públicas a sujeitar-lhes minha crença. Quanto a esta nova virtude do artifício e da dissimulação, tão apreciada nesta era, odeio-a supremamente. Entre todos os vícios não conheço nenhum que revele tanta covardia e tanta baixeza. É característico da covardia e do servilismo e predispõe à perfídia mascarar-se e não se mostrar como se é (MONTAIGNE, 1984, p. 297).

Esse fragmento exemplifica várias questões, além da prenúncia da decadência do homem burguês ao longo do subsequente desenvolvimento da história, dentre as quais pode-se mencionar:

1-)A “comunicação temática interna” entre a questão da presunção e da mentira, ou seja, o presunçoso é aquele que mente esperando obter vantagens, mas que em tal prática demonstra apenas sua falha de caráter.

2-)Esta falha de caráter corrente em seu tempo é amplificada se comparada com as elevadas práticas da virtude levadas implementadas por personalidades da antiguidade clássica em suas vidas.

3-)As marcas da ideologia burguesa, que enxerga na liberdade individual a premissa para uma adequada compreensão da realidade: “*Preferiria ver ruírem as coisas públicas a sujeitar-lhes minha crença* (MONTAIGNE, 1984, p. 297).

4-)O fragmento articula-se ainda com o trecho anterior por meio de uma menção a Cícero, o célebre político, orador e pensador romano: “*nada é tão popular quanto a bondade*”, cuja presença é indício de uma formação ideológica que diz respeito à Ciência Política em seus estágios embrionários.

Trata-se de um trecho no qual o autor sugere que o governante deve priorizar a prática da bondade, pois: “São qualidades raras hoje, ignoradas, banidas,

e são as que pedem os povos que ele deve governar e são as que lhe granjeariam a afeição das massas, porque delas tiram estas as maiores vantagens” (MONTAIGNE, 1984, p. 297).

Montaigne transfere a concepção acerca da prática da bondade da esfera privada para a esfera pública; dessa forma, converge para a delimitação de um conceito de ética que consiste, em um primeiro passo, no desenvolvimento da virtude no caráter do indivíduo, para subseqüentemente estendê-la para a esfera pública - a virtude agora traduzida em moral -, como no exemplo da discussão a respeito da bondade do governante.

A discussão sobre a *eticidade* do caráter humano se dá nesse ensaio por meio de uma discussão acerca do tema da presunção: o autor faz uma autocrítica, no intuito de não incorrer naquilo que busca criticar, citando, para isso, uma passagem do pensador romano Marcial (aspas internas), que se refere à supressão da vaidade pelo uso da razão:

É certo ainda que não precisam advertir-me da insignificância do que digo; sei por mim mesmo que não vale grande coisa e quanto é absurda minha ambição. E já basta que meu juízo não se apoquente com estes ensaios.[...]“Porque mastigar o vácuo? É preciso carne para morder e saciar-se. Aqui perdereis vosso tempo; expandi alhures vosso veneno sobre os que se admiram a si mesmos, pois, quanto a mim, já sei que tudo isso não é nada”³⁰ (MONTAIGNE, 1984, p. 300).

Portanto, verifica-se que o tema da presunção é tratado nesse ensaio nas esferas da ética e da moral, ou seja, no plano das ações dos indivíduos e dos governantes.

Necessário remarcar que o nascente ideário relativo ao individualismo burguês surge como força opositora ao absolutismo monárquico, durante o século do renascimento, no intuito de refletir em mecanismos para limitar os poderes do monarca absoluto.

Por conta disso, encontra-se na passagem subseqüente mais um embrião da ideologia liberal, cujos pressupostos objetivam legitimar a não-intervenção do estado na economia.

³⁰ Marcial

Revela a adesão de Montaigne a esse debate sobre a limitação dos poderes do monarca absoluto uma anedota sobre a relação entre súdito e monarca, no que tange à manifestação da presunção no caráter humano:

Vi de uma feita apresentarem a Francisco I, em Bar-le-Dunc, um retrato que o Rei René fizera de si mesmo. Por que não seria permitido a alguém retratar-se com a pena do mesmo modo que o Rei René fez com o lápis? Não quero tampouco esquecer de tornar público esse estigma incômodo da irresolução, defeito nocivo para quem se ocupa com os negócios do mundo. Não sei tomar partido nas questões duvidosas: “nem sim nem não, nada mais me diz o coração”³¹ (MONTAIGNE, 1984, p. 297).

Além de ironizar a presunção do monarca, no último parágrafo, o intertexto cosido por Montaigne faz menção ao poeta humanista Petrarca, cujo subjetivismo perante a necessidade de resolução da vida prática é utilizado como eco de sua própria postura perante a formação discursiva protoburguesa correspondente ao enaltecimento das habilidades práticas em detrimento das reflexivas, ideologia que iniciava a constituir-se como tal nesse período (séc. XVI).

No quesito das discussões políticas intermináveis que houvera presenciado, acerca de cujos métodos deliberativos ponderou, Montaigne cita um autor muito discutido em seu tempo, o qual pode ser considerado o precursor da moderna ciência Política, cuja produção relaciona-se, também, à guinada epistemológica e cultural representada pelo antropocentrismo: Nicolau Maquiavel.

Antes de apresentar os princípios de Maquiavel como “reforço” de seu posicionamento enunciativo, Montaigne cita anteriormente uma passagem de Tibulo, pensador e político romano:

A balança cujos pratos se acham carregados de pesos iguais, não se abaixa nem levanta de nenhum lado.³² Os princípios de Maquiavel são, por exemplo, bastante sérios a esse respeito, e, no entanto têm sido facilmente refutados, e os que os refutam apresentam razões igualmente refutáveis. Qualquer argumento encontra sempre duas, três ou quatro réplicas, sem contar que dão azo a inextrincáveis debates, prolongados ainda pela chicana a fim de que não se encerre a discussão: “vence-nos o inimigo, vencemo-lo por nosso turno”³³ (MONTAIGNE, 1984, p. 301).

³¹ Petrarca

³² Tibulo

³³ Horácio

Esse fragmento, além de evocar a voz de seu importante contemporâneo florentino, encerra-se com uma citação ao poeta latino Horácio, que ressalta a adesão do enunciador à formação discursiva que considera a discussão política voraz algo desnecessário e sem sentido.

O que por vez ressalta os traços da nascente ideologia do individualismo burguês, qual seja o liberalismo político e, ainda, uma questão que será retomada adiante: a *parcimônia discursiva*, o equilíbrio e moderação nos usos da linguagem.

Todavia, essa linha do pensamento político apregoa que os direitos individuais devem ser o centro do processo normativo, inclusive que seja resguardada a vontade de não participação na vida política dos indivíduos.

Isso não ocorre, por exemplo, no pensamento republicano de Rousseau, para quem a participação política é o máximo da realização individual, aquilo a que o estado deve almejar como meta suprema, ou seja, garantir a participação política efetiva a todos os concidadãos (ROSSEAU, 1983).

Em seguida, o tema da presunção permeia a postura política congênere a essa formação ideológica individualista, ou seja, o continuísmo contrarrevolucionário, no sentido de ir contra as mudanças políticas, sejam elas quais forem.

Ocorre aqui mais um indício do liberalismo político nascente que permeia reflexões de Montaigne:

Entretanto, nos negócios públicos, não há direção, por má que seja, que, se continuamente seguida durante algum tempo, não se deva preferir a mudanças perturbadoras. Nossos costumes são por demais corruptos e tendem a piorar; entre nossas leis e nossos usos, muitos há bárbaros e monstruosos; entretanto, em razão da dificuldade em melhorar o que existe e do perigo de destruição atribuível a qualquer mudança, se pudesse cravar uma cunha que sustasse o movimento de nossa roda do ponto em que se acha eu o faria de bom grado: “não há ação, por vergonhosa e infame que seja que não se encontre pior”³⁴ (MONTAIGNE, 1984, p. 301).

No último parágrafo do fragmento, mais uma vez podemos verificar o intertexto como caudatário da formação discursiva proto-individualista: por meio da

³⁴ Juvenal

menção a Juvenal justifica-se o posicionamento ideológico continuista, no que tange às formas de governo.

Fica latente no sentido textual desse fragmento a questão anteriormente tangenciada, do “presságio” da decadência do homem burguês, devido à forma como Montaigne mais uma vez ressalta as virtudes das personalidades da antiguidade clássica e, como contraponto, deprecia os costumes praticados por seus contemporâneos:

Talvez a freqüentação assídua das idéias que prevaleciam outrora, e que vieram dessas ricas almas do passado, me desgoste dos outros e de mim mesmo; talvez seja também certo que vivamos em uma época de mediocridade; o fato é que não conheço entre nós nada muito digno de admiração”(MONTAIGNE, 1984, p. 302).

Ao mesmo tempo em que Montaigne constrói o texto com a intenção de promover um elogio aos novos valores individualistas burgueses, pressagia o decréscimo espiritual que a adesão a tais posturas ideológicas podem provocar no sujeito.

A partir desse argumento, é possível depreender a questão do *ceticismo*, que a partir do vol. II dos *Ensaíos* começa a se encorpar na obra filosófica do pensador francês.

O ceticismo em Montaigne é identificado por estudiosos quando ocorre a isenção do enunciador em relação a concepções de verdade pré-fabricadas, ou seja, devido à não-adesão explícita a determinada formação discursiva: essa adesão é sempre mascarada, sutil, contraditória e indecisa.

Montaigne apresenta várias formações discursivas no texto, porém, mantém distanciamento contemplativo – atributo do ceticismo - em relação às mesmas (EVA, 1995a).

O autor finaliza o ensaio *Da Presunção* tentando justificar-se desse vício, ao mesmo tempo em que comenta seu Processo de Construção Textual embasado na transmutação dos saberes provenientes, inclusive, da autoridade de outros autores, assinalando também as questões relativas ao posicionamento do sujeito perante as formações discursivas.

Assim, o autor retoma seu próprio fazer discursivo:

As idéias gerais que possuo nasceram comigo, se é que posso exprimir-me desta maneira. Expu-las simplesmente e despidas de artifícios, a princípio, sinceras e ousadas, mas sob uma forma algo indecisa; fortaleci-as, em seguida, e as formulei apoiando-me na autoridade de outros e nos exemplos tirados dos antigos com os quais estou de acordo. Confirmaram-me na decisão de mantê-las e tornaram-me mais caro e completo o gozo e a posse delas. Eis portanto como, e em que medida, quanto à idéia demasiado elevada de nós mesmos, posso dizer estar isento do vício da presunção (MONTAIGNE, 1984, p. 302).

Como exposto anteriormente, ao mencionar o caso da ideologia liberal não-intervencionista, os posicionamentos discursivos assumidos por Montaigne nesse ensaio encontram eco em autores nascidos após sua morte, os quais, possivelmente, foram influenciados por suas idéias.

Dessa maneira, a ideologia liberal, posteriormente desenvolvida pelo filósofo inglês John Locke, dentre outros, tem um precedente no ensaio *Da presunção*, bem como as questões relativas à subjetividade e a importância da dúvida, as quais se pode depreender do ceticismo de Montaigne.

Alguns estudiosos apontam o ceticismo de Montaigne como o substrato que impulsionou Descartes a desenvolver o conceito do *cogito* e a importância da dúvida enquanto propulsão ao método de produção de inteligibilidade em filosofia.

No entanto, a Análise do Discurso permite estabelecer essas correlações entre os variados campos discursivos: isso se deve à ausência de um princípio unificador dos discursos, tal como se depreende da formulação foucaultiana da dispersão do sujeito perante as formações discursivas (FOUCAULT, 1975).

O instrumento teórico da Análise Discursiva permite uma reconstrução de sentidos, e no caso deste capítulo, foi utilizado para demonstrar um aspecto do Processo de Transmutação de Saberes.

Por isso, com a AD, foi feita uma circunscrição da ideologia liberal no ensaio *Da Presunção*, de Montaigne, e de concepções acerca da ética, no intuito de evidenciar como isso é um importante fator no processo da Transmutação de Saberes.

No caso, a ideologia liberal abarca saberes dos campos da política, da ética e do direito, e com sua identificação, foi possível traçar um quadro genérico

desses saberes nos “Ensaio”, e com isso demonstrar mais um aspecto do Processo de Construção Textual de Montaigne.

Por esse motivo, é adequado estudar textos filosóficos com esse enfoque, pois é possível depreender, assim, a utilidade de outras estratégias e recursos para a análise de processos de construção textual, o que, por conseguinte, pode ampliar as possibilidades de evidenciar sentidos e idéias presentes no texto, bem como verificar sua pertinência a determinado contexto histórico.

Assim, é possível estabelecer relações entre as concepções ético-político-jurídicas humanistas³⁵ presentes no ensaio *Da Presunção*, de Montaigne e os Processos de Construção Textual dos Sentidos gerais dos “Ensaio”.

3.3.2 Centralidade da Virtude para as concepções éticas

Na concepção ética humanista, anteriormente mencionada, a concepção ética delineada por Montaigne remete seus contornos às sucessivas releituras que fez dos autores clássicos greco-latinos, em diálogo com as quais o pensador francês constrói sua visão particularizada da dimensão ética e política da existência humana.

Há em sua obra uma especulação reincidente no sentido de alçar uma ética que vise ao equilíbrio do homem em relação à natureza e à sociedade.

Agora, tenta-se salientar a importância dessa concepção enquanto ponto chave para a transmutação dos saberes éticos e políticos nos *Ensaio*.

Para chegar a essa concepção, dentre outras vertentes antigas do pensamento ético-político, em seus “Ensaio” o pensador francês atualiza a concepção esquematizada por Aristóteles, em sua *Ética à Nicômaco*.

Na concepção aristotélica, a ética é definida como a busca pelo bem coletivo; o campo da especulação ética, para o filósofo peripatético, seria uma

³⁵ Na obra de Montaigne, confundem-se, aparentemente, ética humanista e política liberal, contudo, a menção ao liberalismo foi efetuada em termos de formações discursivas, uma vez que somente em germe é possível fazer menção ao conceito de liberalismo na obra de Montaigne. Em contrapartida, tanto as críticas antecipadas ao liberalismo quanto a inserção do pensamento montaigniano no contexto do renascimento apontam para a maior abrangência e adequabilidade do termo *ética humanista*, para a circunscrição de seu pensamento político e jurídico.

“adjacência” da ciência política, que seria a “*mãe de todas as ciências*” (ARISTÓTELES, 2002, p.17).

Da reflexão acerca da ciência política desmembra-se a busca da definição da noção de bem, justamente para que haja um retorno de tal concepção ética ao campo da práxis política.

Aristóteles, portanto, identifica a finalidade da ação humana com a busca pelo bem: “Se, pois, existe uma finalidade visada em tudo o que fazemos, tal finalidade será o bem atingível pela ação, e se há mais de uma, serão os bens atingidos por meio dela” (ARISTÓTELES, p. 25, 2002).

No ensaio *Da crueldade*, Montaigne trata desse assunto com ao método semelhante ao método aristotélico, pois quando traça a comparação entre os atributos do ser, empreende relações intra e inter-conceituais, por exemplo, estabelecendo os nexos entre o vício e a virtude, a honra e a crueldade, a determinação e a covardia.

O macro-tema desse ensaio, como diz o título, é a crueldade, aquilo a que o bem deve por meio da constância na prática da virtude e no controle das “cegas paixões”, ou seja, a crueldade – o pior de todos os vícios, segundo Montaigne - surgiria logo nos primeiros sinais de abalo da virtude.

A virtude abalada permite a inoculação dos vícios, dos quais a crueldade seria o mais condenável, o mais desumano (MONTAIGNE, 1984, p. 198-207).

Retornando à Transmutação dos Saberes e concepções éticas que norteiam os “Ensaio” de Montaigne, em relação ao quesito da virtude que se manifesta no caráter humano, se dá uma conexão com a crítica formulada por Aristóteles àqueles que compartilham do gosto de Sardanapalo, o rei mítico da Assíria, apresentado na *Ética à Nicômaco*, o qual teria vivido uma vida de excessos, entre bebedeiras, banquetes e orgias (ARISTÓTELES, 2002, p.21).

Nesse sentido, Montaigne atualiza o mestre dos peripatéticos, ainda que criticasse o aristotelismo tomista dogmático de sua época:

A virtude recusa a companhia da facilidade[...]O caminho desta é árduo e espinhoso. A virtude exige luta para se realizar, ou contra os obstáculos exteriores [...] ou contra as dificuldades íntimas provocadas em nós por nossos desordenados apetites e as imperfeições da natureza (MONTAIGNE, 1984, p. 198).

Portanto, a ética para Montaigne seria o campo das ações humanas que são impelidas pelo exercício da virtude, uma vez que as ações impelidas por “apetites desordenados” e pelas “imperfeições da natureza” conduziriam à incidência do vício e faria do caráter algo disforme.

O vício que se manifesta no indivíduo, é transplantado por esse indivíduo à *pòlis*, por meio de sua atuação política, seja no intercurso de sua participação direta ou indireta em processos macro-normativos, legislativos e/ou deliberativos.

Portanto, o papel do sujeito ético, para Montaigne, consoante à ética aristotélica, seria o controle de suas paixões, no intuito de fazer emergir em seu caráter o desenvolvimento da virtude.

Em um segundo passo, segue-se na implantação do caráter virtuoso, que tem por prerrogativa guiar as ações éticas.

Ao passar por esse processo, o cidadão estaria pronto para a atuação política na esfera pública, pois nessa prática é preciso que o aspirante tenha como requisito fundamental a moderação, o equilíbrio.

Essa disposição só pode ser atingida por meio da conduta virtuosa, penosamente adquirida no controle asseverado das cegas paixões, ou seja, trata-se de conter os próprios vícios, não de negá-los.

Outro filósofo muito citado por Montaigne, o orador romano Marco Túlio Cícero, obtém de Xenofonte concepção ética idêntica.

Em seu discurso *Dos deveres*, Cícero cita a fábula na qual o escritor grego narra episódio no qual duas formosas mulheres se apresentam ao herói mítico Hércules, quando ele chega à idade de “escolher entre o vício e a virtude”.

A mulher que representa o vício lhe diz:

Toma-me como amiga que te conduzirei por caminhos felizes e fáceis, para gozar de todos os prazeres. Não te ocuparás de guerras nem negócios, passarás a vida sorvendo finas iguarias e sorvendo agradáveis bebidas. [...]Qual o teu nome? Perguntou Heracles: Meus **amigos** me chamam **Felicidade**, meus **inimigos**, para me ultrajarem, me chamam **Volúpia** (CÍCERO, 1965, p. 71-73) (Grifo Nosso).

Na seqüência, Xenofonte acrescenta outra concepção de felicidade, agora na voz de outra mulher, aquela que atende pelo nome de *virtude*: “Não te

enganarei, prometendo prazeres, mas explicarei a verdade das coisas[...]: Sem trabalho e constância os deuses não dão aos homens nada de belo e honroso” (CÍCERO, 1965, p. 71-73).

É importante notar que nessa passagem citada por Cícero (1965), valores como trabalho, assumpção de negócios públicos e privados, dedicação e preparação do corpo físico e do estado para a guerra, assumem a forma da virtude, por conseguinte a geradora das boas ações; ao passo que a preguiça, a indolência, o comodismo, a volúpia, a insaciedade são identificados como marcas de uma conduta viciosa.

Contudo, como esboçado anteriormente, na *Ética à Nicômaco*, Aristóteles entende que o bem comum é o objetivo da política e a felicidade o objetivo de uma vida de virtudes, exatamente como nas concepções de Cícero, Xenofonte e Montaigne.

Ocorre que a ética é o campo das ações, e das decisões que impelem às ações, e o que esses pensadores verificam é que parece mais fácil para muitos tomar as decisões que não são as mais difíceis de serem tomadas.

Por esse motivo, a tarefa da filosofia seria justamente engendrar um olhar distinto, que possibilite a emergência de ações benéficas, cujos resultados sejam expansíveis ao maior número possível de pessoas.

A concentração das benesses sociais nas mãos de poucos, de acordo com a concepção ética humanista aqui discutida, isso seria indício de **conduta viciosa** dos cidadãos, no trato da coisa pública.

Por fim, além da atualização de concepções éticas de pensadores da antiguidade, Montaigne se utiliza de argumentos de várias áreas do conhecimento, algumas ainda embrionárias, e isso constitui uma visão de mundo afinada com o Humanismo Renascentista, de modo que é possível entender a indagação ética como uma plausível finalidade da sua estratégia de construção ensaística.

É preciso observar que Montaigne considera que os atos de fala, os atos comunicativos devem ser parcimoniosos, pois é coerente nesse ponto com os princípios éticos que visam ao equilíbrio.

3.3.3 Ética, História e Ensaística

Montaigne afirma, consoante com Sócrates, que a verdade só pode advir da auto-indagação, e que só é possível conhecer e interpretar o mundo partindo do ponto de vista da subjetividade.

Em decorrência disso, o elemento humano é tomado como o ponto de referência de toda forma de conhecimento: eis o centro da acepção do termo *ética humanista*.

Cabe supor ainda que, olhar o mundo do ponto de vista do auto questionamento exige um gênero de escrita apropriado: o ensaio.

Como objetivou-se demonstrar no capítulo 2, o gênero ensaístico advém de uma linhagem de gêneros filosóficos que são inaugurados pela Maiêutica Socrática, passam pela Dialética Platônica, pela Oratória Latina e pela retomada desses métodos de estruturação epistemológicos e discursivos durante a Renascença.

O autor-pensador responsável pela síntese desses gêneros no Ensaio chama-se Michel de Montaigne, o qual é responsável, também, pela notável síntese que fez das estruturas de pensamento da Antigüidade Clássica, algumas das quais buscou-se identificar em fragmentos de seus “Ensaio”, contudo, conhecer o mundo e a verdade a ele subjacente, isso exige o conhecimento de si mesmo, processo que só pode se efetivar por meio do constante exercício do confronto de concepções distintas de verdade.

Como já discutido, o Ensaio permite maior flexibilidade nesse processo de extração de sínteses que se aproximem de maneira despretensiosa da verdade – ou não, provocando, simplesmente, uma reflexão sobre um conjunto de temas - uma vez que o ensaio não se pretende por um tratado *strictu sensu* acerca de determinado assunto, e muito menos aspira a coisa parecida.

Esse método de estruturação discursiva coincide com as concepções éticas transmutadas no texto de Montaigne, as quais tecem considerações acerca do cultivo da virtude no caráter humano, entendida de forma separada da moral, restringindo-a ao campo do auto controle – e não à universalização de máximas individuais.

A manifestação da virtude exige, além do esforço individual, também oposição, dificuldades que aumentem o mérito daquele que luta para obtê-la, é factível considerar a aplicabilidade dessa proposição aparentemente simples, porém, muito pouco praticada na atualidade.

Considerou-se essa concepção ética como *humanista* devido ao fato de que existem outras visões acerca da necessidade de posicionamento do homem em relação aos eventos do mundo, os quais, muitas vezes, propõem, para o campo da ética, ações que privilegiem o egoísmo, o imediatismo e a irreflexão.

Com a problemática atual, acerca do aquecimento global e da degradação do meio ambiente em esfera planetária, decorrente da implementação do pensamento unilateral que apregoa a acumulação de riquezas, a concepção de virtude de Montaigne deve ser no mínimo re-discutida, pois as ações virtuosas, para ele, não são aquelas que beneficiam tal ou qual grupo político, mas aquelas que se notam por ausência de vícios, tais como a crueldade ou a presunção, e pela presença de virtudes: moderação, equilíbrio, *inutilla truncat* (eliminação do desnecessário) e pelo auto-conhecimento.

Este, por sua vez, possibilita o aparecimento das ações virtuosas tão necessárias na atualidade como em todos os contextos.

3.4 ESTILÍSTICA, POÉTICA E CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Nesta seção, serão discutidos procedimentos de construção textual adotados por Montaigne, a respeito dos quais o próprio autor discorre ao longo de alguns de seus “Ensaio”.

Esses relatos constituem elo que liga os procedimentos supra referidos aos instrumentos teóricos aqui adotados para análise dos Processos de Construção Textual de Sentidos na obra de Montaigne.

Verificou-se que o autor deixa no texto “pistas” acerca de seu pensamento em relação ao processo de escrita e, por outro lado, objetivou-se complementar essas “pistas” com as teorias enunciativas que, visam a possibilitar reflexões e investigações sobre o problema do sentido.

No campo dos estudos enunciativos, de início, a questão da

polifonia, intertextualidade e dialogismo, tal como tratadas por Fiorin & Barros(2004), são exemplificadas por Montaigne no seguinte fragmento do ensaio *Sobre Versos de Virgílio*:

Quando escrevo, dispenso a companhia e a recordação dos livros, de medo que eles interrompam minha forma. E também porque, na verdade, os bons autores humilham-me demais e abatem meu ânimo. Uso de bom grado o estratagema daquele pintor que, tendo representado miseravelmente alguns galos, proibia que seus auxiliares deixassem entrar no estúdio qualquer galo de verdade (MONTAIGNE, 2002, v. 3, p.134).

Aqui Montaigne se refere a seu processo de construção textual, em cujos desdobramentos influiria negativamente uma carga excessiva de leitura, pois sua preocupação é de que os outros autores o influenciassem sem que ele percebesse.

Isso é um comentário que exemplifica, no Processo de Construção Textual, como se manifesta o dialogismo, a polifonia e a intertextualidade.

No fragmento seguinte, esse procedimento ocorre sem Montaigne se referir a ele, exemplificando assim esta teoria:

Dizem que filosofar é duvidar. Com maior razão ainda fantasiar e duvidar. Cabe porém aos aprendizes inquirir e indagar; e só aos mestres resolver. O meu mestre é a autoridade da vontade divina, a qual sem contestação possível nos rege, pairando acima das vãs indagações humanas. Tendo Filipe entrado no Peloponeso com seu exército, disse alguém a Damidas que os lacedemônios muito iriam sofrer se não pedissem mercê (MONTAIGNE, 1984, p. 166).

O dialogismo ocorre devido à dimensão dual da materialidade lingüística subjacente a todo texto, de acordo com Bakhtin (1992), pois ao falar sobre sua atividade de produção textual o autor situa-se na dimensão social de suas possibilidades de escolha, seja de atitudes ou de palavras.

É exemplificado nesse fragmento pois o autor se refere aos dizeres de outros autores sistematicamente, e menciona também eventos que ocorreram em outras épocas, dos quais tomou conhecimento por meio de outros textos.

A dimensão da polifonia discursiva fica evidente quando o autor

menciona as diversas vozes que habitam o discurso, ora as seleciona, ora prefere deixar-se livre de influências “recentes” para a construção de seus textos (FIORIN; BARROS, 2004).

No caso, Montaigne relata que prefere não se guiar por vozes de autores não assimilados quando de seu processo de escrita, pois teme escrever, assim, a partir de impressões momentâneas que seguiria das formulações alheias.

Subseqüentemente, o autor evidencia os dizeres de outros autores, revelando assim a dimensão polifônica da linguagem, bem como o processo do dialogismo, por meio do qual o texto vai sendo construído. Depreende-se que a intertextualidade ocorre também em todo tipo de texto que faz menção a algum outro texto.

Como será tratado a seguir, há leituras muito bem assimiladas que aparecem polifonicamente em seus textos, cuja presença Montaigne reconhece e lhes presta tributos um tanto exagerados.

É o caso do ensaio *Defesa de Sêneca e Plutarco*, o qual se inicia com a assertiva de que praticamente tudo que o autor escrevera deriva desses dois autores latinos.

Montaigne evidencia assim sua “angústia da influência”,³⁶ ou seja, a forma como não consegue se desvencilhar do peso da tradição construída pelos grandes autores que o influenciaram, apesar de esforçar-se para isso:

Porém, tenho mais dificuldade de desfazer-me de Plutarco. Ele é tão universal e tão pleno que, em todas as ocasiões e em qualquer assunto inusitado que houverdes escolhido, ingere-se em vossa tarefa e estende-vos uma mão liberal e inesgotável de riquezas e embelezamentos. Por isso me irrita ficar tão exposto à pilhagem dos que o visitam: não consigo freqüentá-lo tão pouco que não lhe tire coxa ou asa (MONTAIGNE, 1984, p.329).

Esse fragmento revela ainda a polifonia textual, ou seja, a

³⁶ O termo “angústia da influência” é utilizado pelo crítico literário norte-americano Harold Bloom em sua obra crítica para designar o movimento de aproximação e distanciamento que os grandes poetas apresentam em suas obras relativamente às suas influências poéticas mais marcantes. Por conta disso, no processo de aproximação e distanciamento dessas influências, os autores criam suas obras, com maior ou menor grau de originalidade. Isso confirma o conceito de polifonia, tal como discutido por Fiorin e Barros (2004) e o conceito de Intertextualidade discutido por Koch, Bentes e Cavalcante (2007)

impossibilidade de qualquer texto não ser constituído por meio do diálogo com outros textos: os textos compõem uns com os outros um *continuum* de sentidos interligados.

Até mesmo a originalidade estilística surge no bojo desse processo alquímico de transmutação de saberes e textos de múltiplos autores.

A transmutação dos textos, dos saberes e dos sentidos é feita pelo sujeito competente linguisticamente, tal como ensina a Lingüística Textual.

Ainda naquele fragmento, Montaigne utiliza-se de uma metáfora com forte caráter plástico, asseverando que a incorporação por ele empreendida do texto de outrem é tão escancarada que assemelha-se à amputação (não concedida) de um membro animal.

Pode-se supor que a força da imagem criada nessa hipérbole ressalta a intencionalidade autoral, ou seja, enfatiza e presta tributo à grande influência da obra de Plutarco para a configuração de boa parte dos argumentos presentes nos seus “Ensaaios”.

A influência de Plutarco pode ainda ser percebida em fragmentos nos quais Montaigne cita anedotas, pois o historiador latino é freqüentemente acusado de elencar junto de fatos verdadeiros anedotas e/ou fatos de ficção:

O exemplo de Júlio César bastaria para nos mostrar o quanto diferem tais apetites, pois nunca homem algum foi mais dado aos prazeres do amor. Prova-o o cuidado minucioso que tinha com sua pessoa, a ponto de apelar para os meios mais lascivos em voga na época: depilava o corpo e usava perfumes especiais extremamente raros (MONTAIGNE, 1984, p. 332).

Nesse trecho Montaigne expõe supostos hábitos do conquistador romano Júlio César de difícil comprovação, procedimento bastante comum nos textos de Plutarco; portanto, Montaigne é influenciado pela escrita do historiador romano também quando não comenta esse fato.

Todavia, o próprio autor ressalta que o diálogo com outros textos é traço estilístico característico de seu processo de construção textual e confirma, assim, a importância do processo dialógico para a configuração de um estilo.

Depreendem-se também marcas e interferências diretas do contexto da produção lingüística na cristalização das suas reflexões em forma de Ensaaios,

quando Montaigne menciona as cidades por onde passou e as marcas das leituras e/ou conversas que se fazem presentes em textos de sua autoria:

Ora, tenho uma tendência à macaquice e à imitação: quando me arriscava a fazer versos (e sempre o fiz em latim), eles apontavam claramente o poeta que eu acabara de ler há pouco; e de meus primeiros ensaios alguns tem um certo cheiro de fora. Em Paris, falo uma linguagem um tanto diferente do que em Montaigne. Qualquer um que eu olhe com atenção me imprime facilmente algo de seu. O que examino, usurpo: uma atitude tola, uma careta desagradável, uma forma de falar ridícula. Os vícios, mais ainda: na medida em que me espicaçam, agarram-se a mim e não vão embora se não os sacudir (MONTAIGNE, 2002, p. 135).

A auto-crítica parece um pouco exagerada aqui, mas evidencia-se o autor descreve um quadro bastante fiel do processo dialógico de construção textual, ou seja, fica nítido como o processo de escrita e de aquisição estilística se dá numa sucessão de erros, acertos, incorporações mais ou menos bem sucedidas, reflexões acerca de vícios, processos de construção textual e uma certa angústia na constatação de que não existe texto ou estilo totalmente original, uma vez que toda criação textual se dá no trânsito entre o texto e o seu contexto de produção.

No próximo fragmento, Montaigne discute a origem de sua inspiração temática: trata-se de um relato esclarecedor sobre como se dá a disposição textual dos elementos subjacentes ao seu processo de construção ensaística.

Suas reflexões surgiram nos lugares mais inusitados e seriam entrecortadas por inúmeros elementos, dentre os quais, o “zigzaguear” da paisagem pela qual transita o autor, ou, ainda, um desdobramento reflexivo de seu *eu*:

Mas minha alma me desagrada, porque costuma produzir seus devaneios mais profundos, mais loucos, e que mais me aprazem, de improviso e quando menos os procuro; e que se desvanecem prontamente, não tendo eu naquele momento onde fixá-los: à cavalo, à mesa, no leito, porém mais a cavalo, onde acontecem minhas conversas mais longas. Tenho a palavra um pouco melindrosamente ciumenta de atenção e de silêncio, se estiver falando com empenho; quem me interromper me detém. Em viagem, mesmo a dificuldade dos caminhos corta os assuntos; além do mais, quase sempre viajo sem companhia apropriada para essas conversas alentadas, pelo que tenho toda liberdade para conversar comigo mesmo (MONTAIGNE, 2002, v. 3, p.137).

Nesse fragmento há elementos que corroboram toda a argumentação do capítulo anterior, no qual se buscou demonstrar marcas de oralidade na elaboração formal dos “Ensaio”, pois Montaigne assume que muitas de suas reflexões surgem inopinadamente em meio a conversas, que tomam espaço em viagens. O desenvolvimento dessas conversas deve-se diretamente às qualidades intelectuais do interlocutor que se faz presente em tal situação.

Montaigne comenta, assim, como as marcas de oralidade ocorrem em seu texto; no caso de não haver um interlocutor disponível para negociação de sentidos, Montaigne conversa consigo mesmo durante suas viagens: eis a marca do interlocutor projetado, ou ainda o desdobramento de si que o autor leva a cabo para estruturar seus pensamentos em forma de Ensaio, tal como discutido no capítulo 2.

No fragmento seguinte, ocorrem marcas de oralidade, sem que o autor as comente:

Volto a César. Seus prazeres não lhe roubaram jamais um minuto à ambição. Esta dominou nele sobre todas as demais paixões e exerceu sobre sua alma tão completa autoridade que o levou onde quis. Em verdade, quando penso na superioridade desse homem e nos seus maravilhosos dotes, sinto-me despeitado. (MONTAIGNE, 2002, v. 3, p.137).

Ao dizer que se volta a César, Montaigne retoma um tópico discursivo anteriormente tratado nesse ensaio, dando indícios de planejamento característico da fala, uma vez que na Língua Falada o planejamento e a execução ocorrem simultaneamente, e, nesse trecho, o planejamento é comentado na execução.

No segundo e terceiro parágrafos do fragmento transcrito, tem espaço um procedimento de argumentação enfática que remonta à retórica, ou seja, às estratégias de oratória que visam ao convencimento: mais um indício de oralidade.

No último parágrafo, o autor assume a presença do interlocutor, novamente, pois escreve como se “confessasse” a alguém seu despeito ao pensar nos dotes de Júlio César. Essa estratégia discursiva assinala marcas de oralidade nesse fragmento.

Já no Ensaio *Fiquem para amanhã os negócios*, Montaigne comenta

questões de estilo e construção textual a partir das características que identificou em escritores contemporâneos:

Entre todos os nossos escritores franceses, coloco em primeiro lugar, e com razão, creio, Jacques Amyot. Não somente pela clareza e simplicidade de seu estilo (no que ultrapassa os demais) não apenas pela persistência que precisou levar a cabo para tão longo trabalho como a tradução de Plutarco, mas também pelos conhecimentos aprofundados que lhe permitiram, com tamanha felicidade, exprimir um amor tão difícil e conciso (MONTAIGNE, 1984, p. 172).

A transmutação dos saberes relativos à estilística, poética e construção textual, na obra de Montaigne, é exemplificada nesse tipo de comentário, pois se trata, inclusive, de um exercício de crítica literária.

Tais exercícios se encontram amalgamados em comentários acerca de poesia e processos de escrita, de modo que os três saberes transmutáveis do título deste capítulo encontram-se inextricavelmente unidos em construtos para a configuração dos “Ensaio”.

É o caso do seguinte fragmento, bastante elucidativo desse caso de transmutação de saberes nos “Ensaio” de Montaigne, combinado com a auto-crítica que beira à impetuosidade:

Pois, em verdade, as minhas obras, quaisquer que sejam, não me satisfazem nunca e não considero recompensa a aprovação dos outros. Tenho o julgamento delicado e difícil, especialmente quanto ao que me concerne; sinto-me indeciso, irresoluto e fraco; nada de mim satisfaz a razão. Sou bastante perspicaz, mas à minha obra minha vista se turva (MONTAIGNE, 1984, p. 292).

Em seqüência, o autor estende sua reflexão acerca da escrita para a poesia, no ensaio *Da Presunção*, e apresenta critérios com os quais concorda para a apreciação crítica de obras literárias:

É o que experimento nitidamente na poesia; aprecio-a muito e sei julgar as obras alheias, mas quando procuro escrever poemas sou como uma criança, e o que faço não o suporto: “tudo proíbe a mediocridade aos poetas: os deuses, os homens, as colunas dos

pórticos onde se afixam os versos.³⁷ Prouvera Deus se encontrasse tal pensamento nos mostruários dos impressores a fim de vedar a entrada a um bom número de versificadores! “Porém, ninguém acredita mais em si do que um mau poeta”³⁸ Porque não somos como alguns povos? Dionísio, o antigo, apreciava sua poesia acima de tudo. [...]Enviou poetas e músicos para que apresentassem seus versos. Ao serem julgados, interessaram a princípio, graças à dicção dos atores, mas percebendo-lhes a mediocridade em seguida o povo ridicularizou, exasperando-se, assaltou as tendas do tirano e as desmantelou. E esse mesmo povo não duvidou só por um instante que não se tratasse de um efeito de cólera dos deuses irritados com o mau poema (MONTAIGNE, 1984, p. 292-3).

O crítico literário norte-americano Harold Bloom parece concordar com Montaigne nesse ponto, pois diz no prefácio de seu livro *Gênio*³⁹ que os estudos crítico-literários devem nortear-se abertamente pelo estudo das obras máximas do talento humano, pois “o estudo da mediocridade gera mediocridade”(BLOOM, 2003, p. 1-3).

Montaigne menciona a corte do rei Dionísio, na qual, supostamente a atividade literária adquiriu tanta importância em suas formas de expressão poética que delineavam até mesmo os rumos das decisões políticas.

A crítica literária deve ser exercida pelo rigor, bem como a auto-crítica. A dignidade estilística do escritor provém desse exercício.

À aprimoração da escrita e do estilo por meio da auto-crítica corresponde o método socrático de auto-conhecimento, discutido no item anterior, quando tratou-se da transmutação dos saberes ético-político-jurídicos nos Ensaios.

Assim, essa estrutura de pensamento permeia também a transmutação dos saberes relativos à estilística, poética e construção textual.

Essa filiação aos pensadores da Antiguidade é expressa no último parágrafo do seguinte fragmento:

³⁷ Horácio

³⁸ Marcial

³⁹ Dos 100 autores discutidos pelo autor nesse livro, Montaigne é equiparado a Cervantes, Shakespeare, Milton e Tolstói, respectivamente os fundadores dos gêneros ensaístico, romanesco, teatral tragicômico moderno, da reconstrução épica e da fusão do romance épico com o conto.

Falta muito para que minhas obras me satisfaçam, e quanto mais as retifico mais me aborrecem: “quando as releio, me envergonho de tê-las escrito, pois vejo nelas muitas coisas que, mesmo a meus olhos indulgentes de autor são indignas de perdurar”⁴⁰. Tenho sempre uma idéia em mente mas não a percebo com nitidez. Sem cessar entrevejo, como em sonho, uma força melhor, mas não posso apreender nem realizar. Quanto à idéia mesma, não é nunca de primeira ordem. Isso induz-me a concluir que as produções desses espíritos tão ricos e grandes de outrora, ultrapassam de muito o extremo limite de minha imaginação e do que aspiro atingir. Seus escritos não somente me cativam, mas ainda me maravilham; aprecio-lhes a beleza, a qual talvez não me apareça em sua plenitude, mas tão-somente na medida do que posso perceber (MONTAIGNE, 1984, p. 293) (Grifo Nosso).

O trecho sublinhado expressa duas questões relevantes: a forma como a linguagem se aproxima do pensamento, nem sempre o alcançando – o que está por trás da necessidade de geração de recursos estilísticos para melhor expressão de uma idéia -, e derivação temática, isto é, a forma como os textos, polifonicamente, formam um *continuum*, um campo discursivo, ou interdiscurso, na terminologia própria à Análise do Discurso de linha francesa.

No fragmento subsequente, evidencia-se como se dá Transmutação dos Saberes relativos à Poética, Estilística e Construção Textual, na seqüência do ensaio *Da Presunção*:

Quando trato certos assuntos mais vulgares com algum espírito, faço-o por inclinação natural, não me comprazendo nessa sabedoria convencional, impregnada de tristeza, que granjeia a simpatia da sociedade. E por desejo de me divertir, bem mais do que por convirem ao meu estilo, mais adequado aos temas severos, se é que posso chamar estilo, a uma linguagem informe, desobediente a todas as regras, verdadeiro jargão popular, reunida à uma redação inominável, mal equilibrada, falta de clareza e inconclusiva, à moda de Amafínio e de Rabírio. [...] Só sei falar quando tomado pelo assunto, e careço inteiramente dessa facilidade que vejo em muitas pessoas de minhas relações, as quais prendem a atenção de todos. [...] Não lhes falta assunto porque tem a faculdade de se apoderar de qualquer um e tratá-lo segundo a disposição de espírito e o grau de inteligência dos que o ouvem. [...] Cícero reconhece que nas questões filosóficas o mais difícil é a entrada em matéria (MONTAIGNE, 1984, p. 293-294).

⁴⁰ Ovídio

Aqui Montaigne comenta algo extremamente importante para a compreensão de seu estilo, quando afirma que este é mais adequado aos temas severos. Em ensaios densos e profundos, tais como *Apologia de Raymond Sebond*, *Da crueldade* e *De como filosofar é aprender a morrer*, uma linguagem leve e irônica faz diferença ao tratar de assuntos de difícil abordagem.

Antes disso, pode-se separar esse fragmento em dois núcleos semânticos principais, o primeiro versa sobre esse problema da adequação do estilo de escrita ao assunto tratado e o segundo trata do problema da invenção discursiva, seja na escrita ou na fala.

Como de hábito, Montaigne evoca a autoridade autoral de Cícero, considerado por ele o maior orador da Antiguidade, para refletir acerca de sua indisposição para a invenção espontânea e a capacidade de glosa simultânea para diversos assuntos, tal como em oposto, alguns de seus conhecidos seriam bastante hábeis.

Isso mostra a vinculação entre escrita e reflexão, entre ensaística e ponderação, entre o gênero da escrita e o exercício do pensamento.

O estilo de escrita é para Montaigne um complemento que deve se adequar à espessura do assunto no qual se instala, devendo também executar a aproximação da linguagem ao pensamento pretendido.

Assim, pode-se deduzir uma série de questões abordadas anteriormente, a começar pela vinculação à estrutura de pensamento socrática, da qual Montaigne partilha como um *ethos discursivo* para a consolidação do gênero ensaístico, qual derivação dos métodos híbridos de estruturação discursiva da Antigüidade.

Evidencia-se, dessa maneira, novamente a arqueologia da reflexão ensaística, com pontos de conexão para seu desenvolvimento na Maiêutica Socrática, na Dialética Platônica e na Oratória Latina.

Esses gêneros híbridos entre a fala e a escrita, que partilham de processos de estruturação característicos a ambos, confluem para a formação do gênero ensaístico.

Deve-se sublinhar, ainda, como demonstrado no capítulo 2, que estudar processos de estruturação discursivos da fala revela inúmeras questões sobre a escrita.

Toda essa discussão filológica é pertinente, pois Montaigne ressalta as qualidades dos usuários da língua que têm a capacidade de adequar o assunto tratado à inteligência do interlocutor com o qual interagem.

Isso revela – além das estratégias de estruturação discursiva próprias da fala - ainda a dimensão polifônica da linguagem, exemplificando o processo bakhtiniano do dialogismo – para o qual todo texto surge de uma negociação de sentidos; tangencia-se também a intertextualidade, pois a construção textual de sentidos depende do diálogo do texto com uma série de outros textos.

Deduz-se, inclusive, a interligação que existe entre esses três conceitos, que revelam sob diferentes prismas os mesmos fenômenos da linguagem.

Por último, os estudos da Língua Falada contribuem para que se deduza ainda a dimensão da competência dos interlocutores aos quais Montaigne se refere, ou seja, sua habilidade de adequar a linguagem ao ouvinte provém da sua competência lingüística na estruturação de textos orais, em que pese o domínio das variáveis envolvidas no ato comunicativo engajado pelos interlocutores.

Em seguida, Montaigne revela mais atidamente aspectos de seu estilo e de suas reflexões sobre os processos de escrita, tecendo valorações acerca das qualidades de adequação da linguagem ao pensamento:

Minha linguagem nada tem de fácil e fluida; é antes áspera, livre, desregrada. Quero-a assim, não por decisão e sim por tendência natural, mas sinto que às vezes não me controlo o suficiente e que em me esforçando por evitar o artifício e a afetação, caio no excesso contrário: “procuro ser breve e torno-me obscuro”⁴¹. Platão diz que a sobriedade e a prolixidade são qualidades que não intervêm no mérito da linguagem. Por mais que tentasse tornar a minha igual, uniforme, bem ordenada, não conseguiria. Embora as frases curtas e ritmadas de Salústio se acertem melhor à maneira de me exprimir, acho o estilo de César mais nobre e menos passível de imitação; e apesar de ser mais levado a aproximar-me do de Sêneca, o fato não me impede de preferir o de Plutarco. Nos atos e nas palavras obedeço à minha natureza, o que faz que talvez me saia melhor falando do que escrevendo. O movimento e a ação dão vida às palavras, principalmente nos que, como eu, têm o gesto brusco e se entusiasma. A atitude, a expressão, a voz, a roupa, as circunstâncias podem valorizar o que por si mesmo não tem grande valor, como a loquacidade. Messala, em Tácito, queixa-se das vestimentas demasiado estreitas que então se usavam e do tipo das tribunas que prejudicavam os efeitos da eloquência (MONTAIGNE, 1984, p. 294-295).

⁴¹ Horácio

Nesse fragmento, novamente Montaigne faz apologia dos estilos de César, Sêneca e Plutarco, embora se objetasse a Sêneca por considerar seu estilo mais próximo ao do preceptor de Nero.

A menção a Horácio, “procuro ser breve e me torno obscuro”, revela a estrutura de pensamento do estoicismo, que visa, em filosofia, a prescrever à humanidade o equilíbrio, a moderação, a economia de meios, enfim, visa estabelecer um elevado senso de prudência⁴² (MONTAIGNE, 1984, p. 294-295).

Ao ressaltar a loquacidade obtida por meio das roupas e adereços que confluem para a confiabilidade do orador, confirma-se, nesse fragmento, a influência da oratória na ensaística montaigniana, por dois caminhos:

1-)Pelo próprio conhecimento do autor em relação à arte oratória, cujos saberes passam por transmutação textual e 2-)pelo partilhamento de suas estruturas discursivas que se referem aos procedimentos característicos da Língua Falada, revelando o hibridismo dos gêneros discursivos.

Importante identificar outra correspondência entre o que diz Montaigne e teorias enunciativas, quando diz o autor que “o movimento e a ação dão vida às palavras”, essa constatação é pontualíssima para os estudos lingüísticos (MONTAIGNE, 1984, p. 294-295).

O Interacionismo Sócio Discursivo e a Lingüística Textual partem desse mesmo pressuposto para suas respectivas concepções de língua, sujeito, discurso, texto e linguagem, no que se pode enfatizar a importância do múltiplo trânsito que se dá entre texto e contexto, que é o processo por detrás da terminologia aqui empregada para análise do Processo de Construção Textual de Montaigne: Transmutação de Saberes.

Os processos de construção textual do sentido revelam a marca dessa transmutação de formas e, como tratado anteriormente, isso converge para a inserção do texto no contexto histórico no qual foi concebido.

Ainda sobre Júlio César e seu estilo de escrita, no próximo fragmento, perscruta-se a intenção de “despistar” o leitor, pois Montaigne enaltece características da linguagem do político romano e se ausenta parcialmente da responsabilidade por isso, como passasse a ele despercebido:

⁴² Estudar o estoicismo na atualidade é importante por esse e outros motivos, pois vive-se em uma época de desregramentos, excessos e estripulias políticas, às quais uma pitada de estoicismo faria muito bem, e essa benesse seria co-extensível à sociedade global.

Uma linguagem antes difícil do que aborrecida, sem afetação, ousada, desregrada, descosida, expressiva em todos os seus aspectos, não uma linguagem pedante, fradesca, ou de advogado, mas de preferência soldadesca como Seutônio qualifica a de Júlio César, embora eu não perceba muito bem por que (MONTAIGNE, 1984, p. 86-87)

Trata-se, portanto, de uma forma de encaminhar o leitor a tecer determinadas conclusões, pois esta “isenção parcial” propiciada pela ironia gera um efeito de naturalidade que aproxima o leitor do argumento: este se obriga a complementar o sentido deixado em “aberto” pelo autor e isso revela a projeção de interlocutores virtuais aos quais Montaigne se dirige, tal como discutido no capítulo 2.

O autor enaltece a linguagem soldadesca, pela natureza da atividade militar, mais econômica que a “fradesca” ou “de advogado”, pois os militares seguem ordens, precisam se exprimir com clareza; logo em seguida se faz de desatento: “embora eu não perceba muito bem o porquê” (MONTAIGNE, 1984, p. 86-87).

Assim, por meio dessa ironia, multiplica, ou ainda, reverbera os sentidos superlativizando a idéia que pretende enfatizar, ao mesmo tempo em que se ausenta em parte, como em uma autocrítica, da responsabilidade pelo que escreveu.

O uso da ironia – como caracterização da intencionalidade - revela a estratégia de construção textual traçada para que os pontos de vista expostos pelo autor agreguem maior confiabilidade.

Novamente em relação à questão do estilo, Montaigne traça uma analogia com o modo de escrita de autor latino considerado prolixo, cujos textos são repletos de referências ocultas e insondáveis:

Em verdade, todos esses adornos se apagam ante ao brilho de uma verdade simples e natural. Esses requebros servem apenas para divertir o vulgo incapaz de escolher alimento mais substancial e fino, como Afer o demonstra claramente em Tácito (MONTAIGNE, 1984, p. 77).

Essa citação demonstra como o autor encaminha o leitor a traçar determinadas conclusões, direcionando-o, portanto, à construção de sentidos; no caso, a prescrição de parcelas dos saberes provenientes do estoicismo, também na apreciação estilística relativa à linguagem.

No caso, Montaigne leva o leitor a concluir que a simplicidade, a escrita e a expressão oral é uma característica a ser valorizada, em detrimento da obscuridade e da prolixidade, que deveriam ser contrapostas por um estilo claro e límpido de expressão verbal.

É importante ressaltar que a referência a autores do classicismo greco-romano é uma marca do contexto histórico em que se dá o humanismo renascentista. Montaigne elabora seu texto em diálogo com essa marca contextual, porém, de acordo com os ideais de moderação, pretende oferecer ao leitor uma crítica àqueles que exageram, justamente, nas citações aos clássicos:

Os escritores sem discernimento de nosso tempo, e que em seus livros sem valor vão semeando trechos inteiros dos autores antigos para se enfeitarem, fazem o contrário; porque a infinita dessemelhança de brilho entre o que lhes é próprio e o que tomam de empréstimo dá um aspecto tão pálido, desbotado e feio ao que é deles que perdem muito mais do que ganham (MONTAIGNE, 1984, p.75).

Esse fragmento, ao mesmo tempo em que insere uma informação sobre o contexto vivido pelo autor, revela novamente analogia com a estrutura de pensamento do estoicismo, e assim, ocorre a transmutação dos saberes no texto.

Portanto, os saberes relativos à Estilística, Poética e Construção Textual encontram-se transmutados em texto, também as teorias enunciativas com as quais chegou-se a tais conclusões, em germe.

Deduz-se, por isso, que Montaigne pode ser considerado um precursor longínquo e perspicaz dos estudos lingüísticos, literários e estilísticos.

3.5 MEDICINA, EPIDEMIOLOGIA E PSICOLOGIA

Nesse capítulo, busca-se ressaltar a marca dos saberes médicos na construção textual dos sentidos no ensaio “Da Experiência”, de Michel de Montaigne.

O objetivo é demonstrar a forma como o autor se aproxima enunciativamente de concepções médicas de Hipócrates (460-377 a.C.) cientista e filósofo grego considerado o fundador da Medicina - e, por outro lado, como critica as práticas médicas comumente adotadas em seu tempo(séc. XVI), por meio da incorporação de estruturas de pensamento relativas à visão de mundo greco-latina, que constitui o núcleo epistemológico motivador do movimento cultural do *antropocentrismo*.

No final do capítulo, esboçou-se a identificação da transmutação de saberes do campo médico para o psicológico – na Grécia Antiga não havia separação entre os dois campos, mais propriamente na escola hipocrática – e transmutação textual desses elementos feita por Montaigne.

Esse percurso elucidava a transdisciplinaridade constitutiva dos “Ensaio”, ou seja, como os vários saberes influem no processo de construção textual e isso também possibilita a visualização, por meio da análise lingüística, do *conhecimento de mundo* do autor.

Desse modo, é possível demonstrar as analogias que Montaigne estabelece com pensamentos relativos ao *Corpus Hippocraticum*, conjunto de textos atribuídos a Hipócrates e algumas marcas pontuais de influência da linguagem médica na escrita do autor.

Além dos conhecimentos da cultura clássica, Montaigne detinha certos conhecimentos acerca da medicina que remontam aos saberes disponíveis na época em que viveu:

Quanto à força, não há animal do mundo mais exposto a riscos do que o homem. Sem falar da baleia, do elefante e do crocodilo, e outros animais que sozinhos podem dar cabo de muitos homens, os simples piolhos bastam para destruir a ditadura de Sila, um animalzinho qualquer, um verme, pode comer ao almoço o coração e a vida de um imperador no apogeu de sua glória. Dizemos que graças à ciência e à razão, o homem obtém os conhecimentos necessários para distinguir as coisas úteis à sua alimentação, e ao tratamento de suas enfermidades, das que lhe são nocivas. Assim pode saber quais as virtudes do ruibarbo e do polipódio (MONTAIGNE, 1984, p. 215)

Nesse fragmento, há indícios interessantes da atividade médica que influenciou a escrita de Montaigne, como por exemplo, a questão da alimentação preventiva, ou do estágio de desenvolvimento da microbiologia, pois ainda não havia precisado a atuação de microorganismos em doenças internas. Há inclusive a constatação da fragilidade do corpo humano em relação ao meio que impinge a ele tantas ameaças.

Antes de adentrarmos propriamente na influência da medicina grega na ensaística de Montaigne, as influências da linguagem médica são perceptíveis em fragmentos dos “Ensaaios” nos quais o autor se utiliza delas para ressaltar alguma idéia, criar alguma imagem, embasar alguma reflexão, como ocorre no exemplo seguinte:

Não procuremos nossos males fora de nós; estão em nós, arraigados em nossas entranhas; mas exatamente porque não nos sentimos doentes, com maiores dificuldades nos curamos. Se não nos dispusermos desde cedo a cuidar de nossas doenças, quando acabaremos de pensar as nossas chagas, de tratar de nossos males? E, no entanto, temos à mão este suave remédio da filosofia; dos outros medicamentos só sentimos os efeitos benéficos depois da cura; aquele é agradável e eficiente a um tempo (MONTAIGNE, 1984, p. 316).

Montaigne não alude diretamente à medicina grega no ensaio em questão, no entanto, a ponte com esses conhecimentos ocorre porque eles foram difundidos amplamente nos locais onde ocorreu a dominação política e cultural de Roma, na idade antiga, e é sabido que os romanos incorporaram a cultura grega, para além do próprio território.

Personalidades que viveram nesse contexto histórico partilhavam dos preceitos hipocráticos como um dos atributos constitutivos da visão de mundo pan-helênica, e a conjunção entre doutrina médica e cultura grega se traduz por meio do signo contido na seguinte máxima: *mens sans, corpore sano*.

Mente sã em corpo são, ou seja, deve-se cultivar o equilíbrio, visando a saúde física, do corpo, e a saúde mental, ligada à *psique*, ou alma, para os gregos.

Um exemplo de como se dava essa ligação ocorre no fragmento seguinte, do ensaio *Da inconveniência de fingir de Doente*, no qual Montaigne assinala sintomas de cegueira como derivação de perturbações mentais:

Conta Plínio de alguém que sonhou que era cego e acordou cego sem jamais ter estado doente. O poder da imaginação, como já o observei antes, pode influir nisso, e Plínio parece dessa opinião. A meu ver, porém, foram os movimentos internos do corpo causadores da cegueira – e os médicos os explicarão se quiserem – que provocaram o sonho [...] Mas essa louca perdeu repentinamente a vista. O que te conto agora é espantoso, mas verdadeiro: ignora que ficou cega e atormenta a pessoa encarregada de tratá-la a fim de que a leve para fora, porque, diz, minha casa é demasiado escura (MONTAIGNE, 1984, p. 316).

Portanto, somados aos saberes médicos de seus contemporâneos, Montaigne tentava atualizar preceitos das concepções médicas da Grécia Antiga, como nesse argumento que assinala a estreita ligação entre saúde física e saúde mental.

No trecho subsequente, o autor discorre acerca de trágico evento, no qual um médico teria envenenado a própria filha para assim poder matar envenenado também o Rei de Nápoles Ladislau, o qual havia requisitado a jovem como prêmio por sua vitória em combate:

Essa mulher era filha de um médico famoso na época; o qual, ante tão penosa necessidade, tomou enérgica resolução. Enquanto adornavam a filha, cobrindo-a de rendas e jóias para torná-la mais agradável ainda a tão estranho amante, o pai juntando-se aos outros, fazia-lhe presente de um lenço maravilhoso, exalando delicioso perfume, para que o usasse para enxugar as partes genitais nos seus primeiros contatos, o que não esquecem de fazer as mulheres. O lenço era envenenado e o médico apelara para toda a sua ciência. Em contato com a carne excitada e quente, entraria pelos poros dilatados. Com efeito, penetrou-os o veneno tão rapidamente que o sangue dos amantes gelou de imediato, expirando ambos abraçados (MONTAIGNE, 1984, p. 333).

Essa história contundente é melhor traduzida em sua intensidade original por meio da utilização de termos caros à medicina, por esse motivo Montaigne utiliza-se de uma linguagem quase cirúrgica, não apenas médica, para

descrever a trágica morte da filha do médico, que serviu de armadilha para a morte do monarca napolitano.

Contudo, em relação à medicina grega, o compartilhamento dessas estruturas de pensamento advém do conhecimento de mundo do autor e isso se reflete na construção textual do sentido: no caso de Montaigne, seu conhecimento de mundo coincide com os saberes da civilização clássica que são resgatados no século do Renascimento.

Como exposto no capítulo 1, ocorre entre os agentes da interação verbal o *compartilhamento de contextos*, por intermédio de ações situadas, nas quais a linguagem traduz o conhecimento de mundo de determinado autor para a integração em contextos distintos.

Depreende-se disso que o funcionamento da linguagem depende da estruturação de múltiplos saberes, e que esses saberes cristalizam-se em *estruturas de pensamento*; dessa forma, o texto resulta de uma tradução do conhecimento de mundo do autor.

Esse é o aspecto teórico, integrante dos estudos em Lingüística Textual, que nos permite observar a contribuição dos saberes médicos na construção textual dos sentidos.

Por outro lado, as marcas da linguagem médica característica de sua época aparecem, igualmente, nos trechos em que o autor trata de assuntos relativos à saúde, em seus Ensaaios.

Nesse sentido, Starobinski (1992) discute a forma como a linguagem médica “contamina” a escrita de Montaigne, em tonalidades geralmente críticas, o que também confirma o processo de transmutação de saberes, pois os estilos de escrita e de expressão refletem os assuntos de que tratam:

Onde encontrar esse sistema, senão no uso descritivo comum, tal como foi ele próprio influenciado pelo discurso médico? A atenção se dirige a uma ordem de fatos cuja importância e o caráter de realidade foram constituídos, de geração em geração, sob a influência dos conceitos fixados pelos médicos [...] e sua escolha, sua própria percepção foi guiada por uma linguagem em que as categorias médicas desempenham um papel maior do que ela presume ou reconhece. Para dizer ao corpo o que o faz a medicina é preciso encontrar uma linguagem adequada e inteligível: a linguagem comum oferece seus serviços- ora, ela está crivada de reminiscências médicas. Daí a dificuldade de sair da linguagem médica para falar, no caso, contra a medicina (STAROBINSKI, 1992, p. 162).

Como será pormenorizado a seguir, Montaigne tem um particular apreço em criticar os praticantes da medicina de sua época.

No Ensaio *Da experiência*, o seguinte trecho exemplifica isso e o processo de transmutação de saberes, enquanto processo de construção textual, bem como as peculiaridades e reminiscências das linguagens médicas que constituem elementos estruturais do texto:

Deve-se dar passagem às doenças, e creio que não se detém em mim porque não as molesto; livre-me de algumas que passavam por tenazes; desgastaram-se sozinhas, sem que a arte interviesse e mesmo em me opondo às regras da medicina. Deixemos que a natureza aja por si; ela entende melhor do que nós de seus negócios. “Mas fulano morreu”, dirão. É verdade, e vós também morrereis; se não dessa doença, de outra. Quantos igualmente não escaparam com três médicos à cabeceira! O exemplo é um espelho em que tudo se reflete vagamente e sob todos os seus aspectos. Se o remédio que vos oferecem é agradável, aceitai-o. Nada perderei com isso. Eu não atentarei sequer para o nome e a cor, se for apetitoso, porquanto o prazer constitui uma das principais formas do proveito. Deixei que envelhecessem e morressem por si os defluxos, as crises de gota, os desarranjos, as palpitações, as enxaquecas e outros acidentes, os quais me abandonaram quando já ia me resignando à sua companhia; melhor se conjuram com cortesias que com bravatas. É preciso suportar com paciência as leis inerentes à nossa condição; somos feitos para envelhecer, enfraquecer, adoecer, a despeito dos remédios (MONTAIGNE, 1984, p. 488).

Itens lexicais, tais como “palpitações”, “defluxos”, “crises de gota”, “adoecer”, “enfraquecer”, “remédios”, “regras da medicina”, são indícios da linguagem médica na escrita de Montaigne, assim como os tratamentos acerca dos quais discorre, no caso desse fragmento, o autor defende que o auto-tratamento é mais eficaz que o tratamento oferecido pelos médicos de sua época, pois bastaria deixar que a natureza cuidasse de “seus negócios”, uma vez que a presença de um ou três médicos junto ao doente não garantiria melhoria dos sintomas das doenças mencionadas.

Nesse ensaio, a observação da realidade adquire importância temática, enquanto ponto de partida para as digressões tecidas pelo autor, que abarcam e traduzem os diversos saberes constitutivos de seu conhecimento de mundo: ética, moral, direito, ciência política, filosofia grega e latina, história.

“Mesclados” a esses saberes encontram-se reflexões sobre saúde e medicina, em seus desdobramentos sobre a vida cotidiana; no entanto, o aspecto temático recorrente é a questão da experiência, ou seja, de fundamentar os conhecimentos na experimentação da realidade.

Nos dois fragmentos a seguir, é possível verificar correspondências entre as proposições metodológicas de Montaigne e Hipócrates, no que tange aos saberes médicos, em sua relação epistemológica com o método experimental.

Montaigne considera como virtudes essenciais para a formulação dos saberes a curiosidade, a avidez de espírito e a ponderação. Nesse sentido, observa que a experiência é o fator central para a fundamentação de um método investigativo:

É apenas fraqueza pessoal que nos faz contentarmo-nos com o que outros ou nós mesmos houvermos encontrado nessa caça ao conhecimento; alguém mais inteligente não se contentará. [...] Não há fim em nossas investigações; nosso fim está no outro mundo. É sinal de estreiteza de espírito quando ele se contenta, ou de lassidão. Nenhum espírito generoso detém-se em si mesmo: sempre tende para a frente e vai além de suas forças; tem impulsos que excedem suas realizações; se não avançar e não se apressar e não recuar e não se bater só estará vivo pela metade; suas diligências não tem termo nem forma; seu alimento é espanto, caçada, ambigüidade (MONTAIGNE, 2002, p. 428).

A estrutura de pensamento professada por Montaigne nesse fragmento ecoa o aforisma que emblematiza a doutrina médica hipocrática, excerto largamente difundido por médicos e cientistas de vários períodos históricos, como referencial metodológico e epistemológico à prática da medicina:

A vida é curta, a arte é difícil e longo tempo é necessário empregar-se na sua aprendizagem; a oportunidade é fugidia; a experiência, cheia de encruzilhadas e o julgamento trabalhoso de formular. Ante problemas tão árduos e situações perigosas, o médico deve ser modesto e ter a íntima convicção de que não são só seus cuidados os que podem fazer voltar a saúde perdida, porque a experiência demonstra como, muitas vezes, as enfermidades se curam por si mesmas (MONTAIGNE, 2002, p. 123).

Hipócrates expõe, nesse aforismo, os princípios de sua doutrina terapêutica, enfatizando o aspecto da observação da realidade como ponto de

partida para a formulação de raciocínios especulativos, cuja aplicação clínica se dá na formulação de tratamentos adequados para diferentes moléstias.

São fundamentais, para Hipócrates, os fatores epidemiológicos, ou seja, o conjunto de fatores circunstanciais (clima, temperatura, dieta, composição dos humores) que influenciam no contágio, desenvolvimento, tratamento e/ou cura de alguma doença.

A epidemiologia, portanto, é o principal instrumento que a observação oferece à prática médica, logo, o próprio método experimental, para Hipócrates, se origina inseparável do estudo da epidemiologia.

Os saberes epidemiológicos hipocráticos podem ser encontrados no Ensaio *Da experiência*, pois seu aspecto semântico global confirma a centralidade desse método experimental para a constituição e prática dos saberes, principalmente dos saberes médicos.

Hipócrates operou significativa inovação na história da medicina por conta do método racional que lhe outorgou, a partir da observação da realidade, e reflexão das recorrências e imobilismos da natureza.

O médico Eduardo Putman Tanco observa que:

A obra de Hipócrates e sua escola traçam um novo curso na vida. É um novo caminho aberto na selva escura e assinala o nascimento da medicina racional. Hipócrates é como o Davi da medicina racional, que se levanta contra o gigante do obscurecimento. Só aceita as razões puramente naturalistas. Rompe com as lendas e superstições sacerdotais dos Asclepiades. Em seus livros de nosografia e epidemiologia, provam-se os seus conceitos críticos, baseados diretamente na observação clínica (TANCO, 2003, p. 123-124).

Montaigne, por sua vez, postula no ensaio *Da experiência* que, no tratamento dos males que afligem o corpo, a conduta médica deve indicar a suspensão de certos hábitos nocivos e a adoção de outros, de caráter terapêutico, devendo-se partir, para isso, de pressupostos racionais e métodos precisos.

Ao mencionar hábitos seguidos e professados por indivíduos representativos da civilização romana, como forma de solidificar seu posicionamento enunciativo, Montaigne faz referência a um preceito difundido pelo imperador Tibério e ecoa novamente o método hipocrático, especialmente o trecho do primeiro

aforisma supracitado, para o qual *muitas vezes as enfermidades se curam por si mesmas*:

A experiência sente-se verdadeiramente em casa a respeito da medicina, em que a razão lhe deixa livre toda a praça. Tibério dizia que quem houvesse vivido vinte anos devia estar seguro quanto às coisas que lhe eram nocivas ou salutares, e saber conduzir-se sem medicina. E podia tê-lo aprendido de Sócrates, o qual, aconselhando a seus discípulos, cuidadosamente e como um estudo muito importante, o estudo de sua saúde, acrescentava que era difícil que um homem inteligente, que cuidasse de seus exercícios, de sua comida e sua bebida, não discernisse melhor que qualquer médico o que lhe era bom ou mau. Também a medicina professa ter sempre a experiência como pedra de toque de sua ação (MONTAIGNE, 2002, p. 444).

Pesquisas médicas recentes⁴³ demonstram a importância do equilíbrio na alimentação e na prática regular de exercícios físicos, os quais, muitas vezes, são secundados por hábitos indolentes e sedentários.

Nesse trecho, Montaigne afirma exatamente o ponto nodal da sabedoria médica, e mostra suas fontes na Antigüidade, as quais são indissociáveis da figura de Hipócrates.

A arte médica hipocrática atua no sentido de restabelecer o equilíbrio do corpo humano em relação ao meio ambiente: esse é também o mecanismo de prevenção e tratamento de moléstias, e para isso, é fundamental a experiência, a observação da realidade.

O método experimental oferece ao médico os pressupostos para que ele prescreva o equilíbrio, a moderação de hábitos, seja na alimentação, nas bebidas ou nos exercícios físicos, como forma de prevenir e/ou atenuar a incidência de moléstias.

Hipócrates postula que na influência exercida pela natureza no corpo humano - entendido como invólucro que reproduz os movimentos de multiplicidade de causas e efeitos que há na natureza – se encontram os elementos causadores das enfermidades.

Dessa maneira, em cada caso de enfermidade, uma ampla gama de circunstâncias precisam ser inventariadas e levadas em consideração pelo médico, para que um adequado tratamento possa ser prescrito ao doente; nesse sentido

⁴³ O livro “Dietas que previnem o câncer e outras doenças” traz um sem-número de pesquisas que confirmam esse ponto de vista.

Hipócrates afirma: “Para extremas moléstias, exatos métodos de tratamento são os mais poderosos”, ou ainda: “Deve-se considerar a quem convém dar alimentação uma ou duas vezes, em maior ou menor quantidade, ou aos poucos, levando em conta o hábito, a estação, o lugar, a idade” (HIPÓCRATES, 2003, p. 47-50).

Nesses aforismos é possível visualizar que o elemento circunstancial, ou seja, os fatores *epidemiológicos* devem ser incorporados pela observação clínica, e nisso o olhar médico deve ponderar.

Entrementes, a prescrição de alimentação em maior ou menor quantidade deve considerar variáveis externas ao estado clínico do paciente.

Antes de Hipócrates inserir o método experimental como fundamento epistemológico para as ciências médicas, era habitual, na Grécia antiga, a figura dos curandeiros, cujas práticas médicas eram matizadas por teores proféticos e místicos.

Scliar (1996) menciona uma reflexão atribuída a Hipócrates, que exemplifica a mudança de direção provocada nos saberes médicos por meio da introdução do método experimental como fundamento à prática clínica:

A doença chamada sagrada não é, em minha opinião, mais divina ou mais sagrada que qualquer outra doença, mas, ao contrário, tem características específicas e uma causa definida. Entretanto, como é diferente de outras enfermidades, tem sido encarada como manifestação divina por aqueles que não passando de seres humanos, vêem-na com espanto e ignorância. A teoria da origem divina resulta da dificuldade de entender a doença; mas a cura, que consiste de purificação espiritual e encantamentos é, sem dúvida, simplória. Se aspectos notáveis de uma doença fossem evidência de ação divina, haveria muitas outras enfermidades sagradas (SCLIAR, 1996, p. 32).

Na seqüência, o autor menciona a doença à qual o médico grego se refere, ao descartar a explicação mística como causa de enfermidades:

A epilepsia, a doença à qual Hipócrates se refere neste texto, era considerada pelos gregos e romanos uma enfermidade sagrada (*morbus sacer*) o que estava bem de acordo com a visão religiosa do fenômeno saúde-doença. Havia um Deus tutelar da medicina, Asclépio ou Esculápio, e duas deusas, Panacéia, a divindade da cura, e Higiéia, da saúde. Esta última era uma manifestação de Atena, a deusa da razão; significando, obviamente, que a manutenção da saúde dependia de medidas racionais (SCLIAR, 1996, p. 32).

Da mesma forma, Montaigne cita exemplos da civilização greco-latina que são usados como argumentos contra as práticas médicas obscurantistas, ainda vigentes em sua época, surgidas e implementadas durante a Idade Média.

No fragmento seguinte, o autor menciona indiretamente essas práticas, em contraposição às quais embainha o argumento presente no primeiro aforisma de Hipócrates, transcrito acima, de que para moléstias extremas, devem ser adotados métodos exatos de tratamento:

Importuna ciência, que nos desacredita as horas mais amenas do dia! Estendamos nosso domínio até os últimos recursos. Quase sempre nos enrijecemos obstinando-nos, e corrigimos nossa compleição, como fez César com a epilepsia, à força de menosprezá-la e maltratá-la. Devemos adotar as melhores normas, não porém sermos submissos a elas, a não ser àquelas, se houver alguma, nas quais a obrigação e a sujeição sejam úteis (MONTAIGNE, 2002, p. 453).

Montaigne argumenta aqui, em diálogo com a estrutura de pensamento instaurada por Hipócrates nas ciências médicas, que o tratamento do doente deve seguir medidas racionais, dentre as quais, a postura ativa do enfermo em relação ao mal que o acomete.

Isto seria uma forma de atuar diretamente no equilíbrio do organismo, seguindo, para tal, resoluções exatas: “Devemos adotar as melhores normas, não porém sendo submissos a elas”. Isso ecoa o raciocínio contido nesse outro aforisma de Hipócrates: “Em todas as moléstias conservar a inteligência lúcida e o gosto pelos alimentos é um bom sinal; o contrário é mau” (HIPÓCRATES, 2003, p. 59).

Esse argumento sustenta que a mente possui papel ativo no tratamento de doenças, mesmo em relação às incuráveis, tais como a epilepsia, da qual sofria Júlio César⁴⁴.

O indivíduo que não se submete às normas presumidas, que não passaram por um processo de mínima elaboração científica: esse é o ponto central

⁴⁴ O conquistador romano Júlio César parece ter lido os *Aforismos*, de Hipócrates, no entanto, o único dado concreto a que temos acesso sobre a relação de um indivíduo com a cultura nesse período, é de que a visão de mundo helênica sobre-determinava aspectos comportamentais, devido à forma como a filosofia grega, em seus múltiplos aspectos, foi incorporada enquanto *estrutura de pensamento*, pelo povo de Roma. César tinha o costume de esconder e menosprezar as crises de sua doença.

da crítica que Montaigne tece às prescrições médicas elaboradas a partir de devaneios místicos.

Esse tema, como é possível verificar na comparação dos fragmentos seguintes, ativa recursos de construção textual, por meio dos quais o autor instaura sentidos no texto, estabelecendo analogias com as estruturas de pensamento discutidas anteriormente.

Exemplifica-se, assim, a transmutação de saberes médicos no texto:

A arte da medicina não é tão segura que não tenhamos autoridade, não importa o que façamos; ela muda de acordo com a região e com as luas, de acordo com Farnel e de acordo com L'escale.⁴⁵ Se vosso médico não acha bom que durmais, que vos sirvais de vinho ou de determinado alimento, não vos preocupeis: encontrar-vos-ei um outro que não será da opinião dele. A diversidade de argumentos e de opiniões médicas abarca toda espécie de formas. Vi um mísero doente estalar e desfalecer de sede para curar-se, e depois ser ridicularizado por um outro médico que condenava aquela orientação como prejudicial; ele não empregara bem seu sofrimento? Morreu recentemente de cálculo um homem desse ofício, que se servira de extrema abstinência para combater seu mal; seus colegas dizem que, ao contrário, o jejum ressecara-o e lhe cozinhou as areias nos rins (MONTAIGNE, 2002, p. 457).

Desse trecho pode-se depreender que os médicos da época de Montaigne baseavam suas práticas em especulações, sem levar em conta a dimensão experimental das ciências clínicas, e prescindiam, assim, da observação de indícios empíricos ao estado clínico de cada paciente.

Aquilo que atualmente na terminologia médica é denominado por *semiologia clínica*, ou seja, o conjunto de informações que o paciente relata ao médico, e que ajuda na composição do quadro de elementos circunstanciais que influem no diagnóstico e tratamento de uma doença, isso não era levado em consideração por esses médicos da época de Montaigne, assim como os fatores epidemiológicos.

Montaigne utilizou-se, nesse trecho, da ironia, para enfatizar o caráter picaresco das práticas médicas ainda vigentes em sua época, ao relatar o caso do médico que prescreveu a si próprio um tratamento absolutamente

⁴⁵ Farnel e L'escale (ou Scaliger) são dois médicos franceses célebres, mortos em 1588.

inadequado para os problemas renais que o afetavam, e que de tão desvinculado da realidade, acabou provocando sua própria morte.

Esse exemplo funciona como ilustração dos métodos heterodoxos que eram adotados pelos médicos durante o período medieval, e cada um desenvolvia seu próprio cabedal especulativo, e formas peculiares de desvinculação da realidade e da dimensão experimental, o que aponta para a ausência de critérios científicos e/ou racionais na medicina praticada nesse período.

Em parte, essa questão se deve à visão de mundo teocêntrica, que regulava, via instituições eclesásticas, o acesso ao conhecimento durante toda a era medieval: a Igreja Católica proibia experimentos científicos com o corpo humano (SCLIAR, 1996).

Restava aos praticantes da medicina especular e lançar-se à própria imaginação, porém, no final da era medieval abre-se um novo horizonte para os aspirantes a médico: a releitura dos pensadores clássicos torna-se um instrumento de reivindicação e efetivação de mudanças na visão de mundo predominante.

Esse movimento ocorre no séc. XVI, o século do Renascimento, período em que viveu Montaigne, no qual houve uma significativa mudança na visão de mundo, enviesada pelo *antropocentrismo*, que unge em termos culturais o florescimento das cidades, do comércio, da classe burguesa e do absolutismo monárquico: dessa maneira, o teocentrismo passa a ser vinculado a tudo que há de retrógrado, obscuro e equivocado.

Nesse contexto, Montaigne ecoa os preceitos hipocráticos ao tecer analogias com estruturas de pensamento, ou seja, visualiza-se assim a transmutação de saberes no seu processo de construção textual.

Transmutam-se os significados relativos a concepções sobre saúde e observação clínica, que remontam ao período em que a medicina surge como ciência, na Grécia clássica dos séculos V a III a.C.

Esses significados foram difundidos pela cultura latina, à qual Montaigne se refere inúmeras vezes em seus Ensaios.

Por esse motivo, pode-se supor que os saberes médicos influenciam a construção textual enquanto processo constitutivo, e são, assim, intermediados pela *Transmutação de Saberes*.

Como tratado anteriormente, em diálogo com essas estruturas de pensamento, o texto montaigniano constrói os sentidos e adquire a forma ensaística.

É perceptível a forma como os pensamentos são “postos à prova” nos Ensaios, pois recorrentemente o autor dialoga com estruturas de pensamento para corroborar ou criticar pontos de vista; dessa maneira, ocorre a reelaboração dos saberes médicos sistematizados pela doutrina hipocrática, e por meio desse processo ocorre o engendramento formal e conteudístico do ensaio *Da experiência*.

Esse processo, denominado Transmutação de Saberes, ocorre em sintonia com os pressupostos teóricos da Lingüística Textual, para os quais há continuidade e complementaridade entre texto e contexto: o autor capta os saberes médicos e os utiliza como constructos para seus ensaios; no caso, isso fica mais evidente no Ensaio *Da Experiência*, pois se trata do último texto escrito por Montaigne antes de sua morte, no qual preocupações com a saúde são mais evidentes.

A discussão sobre o método hipocrático e os saberes médicos observados no ensaio *Da experiência*, de Montaigne, permitiu visualizar os processos e conjuntos de fatores que levam à perda, obtenção ou manutenção da saúde, entendida não apenas como saúde física, mas também como saúde mental/espiritual.

A Psicologia, na época, era uma derivação do método hipocrático, pois as outras “ciências do espírito” não possuíam substrato racional, muito menos caráter científico.

A saúde mental era decorrência da saúde física, e vice-versa, portanto, a Psicologia já era um braço fundamental da medicina.

No método hipocrático, encontra-se que o médico deve deixar “o paciente descarregar tudo o que tem na cabeça”, antes de se iniciar o tratamento, pois isso ajudaria no restabelecimento da saúde (TANCO, 2003, p. 130).

Ora, o método psicanalítico de “cura por meio da fala” teria, assim, como todo o saber ocidental, origens remotas na Grécia Antiga, o que não seria de todo surpreendente, visto que naquela localidade surgiu o pensamento racional e o método científico.

Hipócrates, juntamente com alguns filósofos e matemáticos gregos, foi o principal responsável pela obtenção desse método, e inclui nas ciências médicas o estudo e tratamento do espírito humano: a Psicologia.

Pode-se entrever, portanto, a complementaridade metodológica entre medicina, epidemiologia e psicologia, tal como esboçadas na Grécia Antiga, por meio da transmutação de saberes nos Ensaaios de Montaigne.

Não é difícil supor que sua obra seja uma sùmula do pensamento ocidental, pela incrível síntese que empreende dos saberes da Antigüidade, da Idade Média e do início da Era Moderna.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a análise da correspondência entre estruturas de pensamento é um instrumento adequado ao entendimento de como a transmutação de saberes corresponde a processos de construção textual.

Assim, visualiza-se como o autor mobiliza os diversos saberes relativos ao seu conhecimento de mundo para a criação de sua obra.

Por isso foi acertado estudar o processo de construção textual de Montaigne por meio de uma separação **parcial** de saberes transmutados em texto.

Os elementos que atuam no processo de transmutação de saberes apontam ainda para o estudo de gêneros textuais, recursos estilísticos e mecanismos enunciativos subjacentes à construção textual dos sentidos.

Para se chegar nesse ponto exposto no capítulo 3, foi preciso passar pelos critérios teóricos acerca da textualidade, no capítulo 1, para em seguida entrever-se, no capítulo 2, as especificidades do gênero ensaístico, em que pesem as marcas de oralidade - que contribuíram na visualização dos saberes textualizados nos “Ensaio” de Montaigne.

O diálogo do autor com os saberes - em anexo o contexto - é o processo de reelaboração do mundo em discurso, o que as habilidades lingüísticas outorgam ao sujeito (BEUAGRANDE, 1997; BRONCKHART, 1999; KOCH, 2004).

A lingüística e as teorias enunciativas (Lingüística Textual, Análise Conversacional, Análise do Discurso, Estilística, Crítica Genética, Semântica Argumentativa) possibilitam, então, um estudo amplo acerca de todos os saberes humanos, por intermédio do estudo de textos, pois todos os saberes estruturam-se discursivamente.

Por outro lado, pode-se depreender das demonstrações aqui realizadas, que a leitura de textos filosóficos pode contribuir para a mudança de hábitos ao indivíduo, pois, por exemplo, há conhecimentos que se praticados podem levar à manutenção da saúde e a evitar doenças.

O Ensaio *Da experiência*, por exemplo, é um texto que tem essa propriedade. Seu estudo foi importante por isso e por oferecer um suporte derradeiro a todo o percurso analítico deste trabalho.

Em relação ao gênero Ensaio, conclui-se que se trata de um gênero flexível, adequado ao exercício da investigação filosófica e da ponderação necessária para que seja possível ao indivíduo alcançar o equilíbrio.

A importância de estudar a voz de Montaigne passa pelo dado marcante de ter sido ele o sistematizador do gênero ensaístico, e que em seus “Ensaio” fez uma síntese notável de todo o conhecimento ocidental.

Dessa forma, além de ter sistematizado essa importante herança cultural, fez muitos “herdeiros” de seu pensamento, nos mais variados campos do conhecimento.

Estudar mais ativamente as contribuições de Montaigne aos saberes aqui abordados é um trabalho a ser feito, e de grande importância, que pode salientar ainda mais a importância desse autor para o desenvolvimento do pensamento ocidental.

O Ensaio, historicamente, possibilitou a muitos autores um início de carreira na escrita e continua assim fazendo: por não se ater a parâmetros estáveis, convida o sujeito curioso e propenso à reflexão a escrever, contribuindo assim para um processo de educação da sociedade, formando autores, leitores e pensadores.

Outro ponto passível de aprofundamentos que foi levantado nessa pesquisa, é a questão da influência médica na escrita de Montaigne. Ao mesmo tempo em que a crítica da medicina de seu tempo lhe fez incorporar traços da linguagem médica, possibilitou uma crítica bastante acertada à ineficiência de algumas (im)posturas da medicina.

Montaigne quer dizer que a Filosofia pode servir como uma espécie de medicina preventiva – a qual, aliás, é bastante discutida nos dias atuais - se contrapondo com isso aos médicos de seu tempo que eram muito pretensiosos e praticavam uma ciência carente de fundamentação.

Os preceitos filosóficos podem, com isso, além de prevenir doenças, em ocorrendo sua manifestação, amenizar seus efeitos, ajudar em sua melhoria e quando o fim da vida for inevitável, auxiliar na aceitação desse destino comum a todos os homens.

Pode-se dizer que Montaigne atualiza o preceito clássico *mens sana in corpore sano*, ou seja, a mente sã é o que possibilita a saúde ao corpo. A saúde da mente é obtida pelo exercício da reflexão filosófica, logo, como um médico da

alma, à moda de Sêneca, Montaigne recomenda instaurar o exercício filosófico no processo pedagógico.

Se isso fosse levado a sério na época atual, a obra de Montaigne se tornaria uma grande referência para a organização da sociedade como um todo, o que justificaria estudos pormenorizados acerca de sua obra, alguns dos quais se tentou esboçar neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença: Martins Fontes, 1994.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
AUGUSTO, Sérgio. **Lado B**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BAHKTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, Diana Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman, 1981.

BEUAGRANDE, Robert. **New foundations for a science of text and discourse**. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BIRCHAL, Telma. Montaigne e a modernidade. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 86, p. 77-92, 1992.

BLIKSTEIN, Izidoro. Intertextualidade e polifonia. In: BARROS, Diana Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 37-45.

BLOOM, Harold. **A angústia da influência**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio e Janeiro: Imago, 2002

BLOOM, Harold. **Gênio: os 100 autores mais criativos da história da literatura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

BOÉTIE, Étienne La. **Discurso da servidão voluntária** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 1999.

BROWN, Gillian.; YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CARVALHO, Jorge Melchiades. **Nós, Freud e o sonho**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. de. Para um estudo das unidades discursivas no português falado. In: _____. **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. p. 249-280

CHAUÍ, Marilena. **Texto introdutório à coleção os pensadores: Montaigne**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CÍCERO, Marco Tulio, 106a.C.-34a.C. **Dos deveres**. São Paulo: Saraiva, 1965.
COELHO, Marcelo. **Montaigne.**, São Paulo: Publifolha, 2001.

DEWEY, John. **A criança e o programa escolar**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1979a.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979b.

EVA, Luiz. Ceticismo e costume na obra de Montaigne. **Revista Educação e Filosofia** Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 76-82, 1995a.

EVA, Luiz. Notas sobre a presença de Sêneca nos ensaios de Montaigne. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 39-52, 1995b.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo: Parábola Editora, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, 1993. p. 33-54. (Série Projetos Paralelos, v. 1)

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 2005.

FOCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Tradução Salma Tannus Michail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **“Ensaaios” de Montaigne**. Disponível em: <[http:// www.palatasena.edu.br](http://www.palatasena.edu.br)>. Acesso em: 14 jul. 2006.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. A lingüística textual e seus mais recentes avanços. **Cadernos do CNFL**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, 2005.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. **Língua falada**: processos de construção. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Paulo: Claraluz, 2004.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Rugaiya. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HIPÓCRATES. **Aforismos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visões do paraíso**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: _____. **Intertextualidades**. Tradução de Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Ana Cristina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAPA, Manoel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 3.ed.São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, Luiz Costa. Montaigne: a história sem ornatos. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, v.3, n. 2, p. 1-15, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MANTOVANI, Dante Henrique. Singularidades sonoras e transmutação de materiais. ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2004, Londrina, PR. **Anais...** Londrina: UEL, 2004.

MARCO AURÉLIO. **Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo**. Recife, UFPE, 1990.

MASSIMI, Marina. A psicologia dos Jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas. **Psicologia**: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.14, n.3, p. 625-633, 2001.

MELO, Gladstone Chaves de. **Ensaio de estilística da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MILLET, Sérgio. **Diário crítico**. São Paulo: Edusp, 1969. v. 1-10.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaaios**. Tradução Rosemary Costhek Abílio, Martins Fontes: São Paulo, 2002. v. 1

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaaios**. Tradução Sergio Milliet. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MOREAU, Pierre. Montaigne: o homem e a obra. In: MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaaios**. Tradução Sergio Milliet. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB: Hucitec, 1987. v.1, p. 3-93.

ORTEGA, Francisco. **Por uma ética e uma política da amizade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

PANICHI, Edina Regina Pugas. **A luta pela expressão em Pedro Nava**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de São Paulo, Assis, 1994.

PANICHI, Edna Regina Pugas; CONTANI, Miguel Luis. **Pedro Nava e a construção do texto**. Londrina: Eduel, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do obvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PIAGET, Jean. **A psicologia**. Lisboa: Bertrand, 1973.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PRETI, Dino. (Org.) **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas, 1993. (Série Projetos Paralelos, v. 1)

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

ROBERTS, John Morris. **The shorter History of the World**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 215-225

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado**: processo de criação artística. São Paulo: Annablume, 1998.

SALLES, Cecília Almeida; CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Crítica genética em expansão**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n1/a19v59n1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, John Joseph; Dell Hymes (Ed.). **Directions in sociolinguistics**. New York: Holt, Rinehart e Winston, 1972. p. 346-380.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCLIAR, Moacyr. **A paixão transformada**: história da medicina na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SÊNECA. **A vida feliz**. São Paulo: Escala, 2006.

STAROBINSKI, Jean Marcel. **Montaigne em movimento**. São Paulo: Hucitec, 1992.

TANCO, Eduardo Putman. Hipócrates. In: _____. **Aforismos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Leitura e escrita. **Letras & Letras**, Uberlândia, v.15; n. 1, p. 79-91, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998